

Práxis Projetos Sociais Ltda.

**RELATÓRIO DE
MONITORAMENTO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL DA
CIDADE DE PORTO VELHO – OUTUBRO 2012**

Porto Velho – Março de 2013

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta os resultados do trabalho objeto do contrato número CT.DS.420.2012 celebrado entre a SANTO ANTONIO ENERGIA SA e a PRAXIS PROJETOS SOCIAIS LTDA datado de 17 de setembro de 2012. Constitui uma sequência dos estudos para monitoramento do crescimento da população da cidade de Porto Velho com o objetivo de identificar alterações no número e características das pessoas aí residentes após o início de implantação da UHE Santo Antônio. Esta atividade foi incluída no Programa de Compensação Social – Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho do Plano Básico Ambiental – PBA da UHE Santo Antônio

SUMÁRIO

I. PESQUISA DOMICILIAR – OUTUBRO 2012	6
INTRODUÇÃO	7
1. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	8
1.1. Abrangência Geográfica.....	8
1.2. Plano Amostral	9
1.3. Estratificação dos Setores.....	10
1.4. Fator de Expansão	11
1.5. Evolução das Estimativas.....	13
2. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	15
2.1. População Total Estimada.....	15
2.2. Saldo Líquido Migratório.....	17
2.3. Composição das Famílias	19
2.4. Distribuição da População Segundo o Sexo e a Idade.....	21
2.5. Distribuição da População Segundo o Status Migratório.....	23
2.6. Características dos Nativos e Migrantes	27
□ Sexo e Idade	27
□ Frequência à escola e escolaridade	28
□ Tipo de movimento migratório	31
□ Motivo da migração	33
□ Atividade Econômica	37
3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA.....	39
3.1. Grupos Ocupacionais	39
3.2. Situação Ocupacional.....	47
3.3. Setor de Atividade	52
3.4. Outros Indicadores	54
4. HABITAÇÃO.....	58
1.1. Características das Ocupações e do Sítio.....	58
1.2. Tempo de Residência no Bairro e na Moradia Atual	59
1.3. Atendimento dos Domicílios por Infraestrutura.....	60
1.4. Tipologia das Moradias	61
4.1. Condição de Ocupação das Moradias.....	62
5. DÉFICIT HABITACIONAL E INADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS	63
1.5. Déficit Habitacional.....	63
1.6. Inadequação dos Domicílios.....	67
6. ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH.....	70
1.7. IDH - Longevidade.....	70
1.8. IDH - Educação	71
1.9. IDH - Renda.....	73

1.10.	IDH–M – Índice de Desenvolvimento Humano	77
7.	AVALIAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO TRABALHO E SERVIÇOS	79
7.1.	Trabalho e Renda	79
7.2.	Educação	85
7.3.	Segurança Pública	90
7.4.	Lazer	95
7.5.	Saúde	100
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
II.	ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES SECUNDÁRIAS SOBRE EMPREGO	104
	INTRODUÇÃO	105
1.	A PERCEPÇÃO DAS LIDERANÇAS LOCAIS	105
2.	QUALIFICAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	109
□	Qualificação de mão-de-obra	109
□	MÃO DE OBRA CONTRATADA	109
3.	EVOLUÇÃO MENSAL DO EMPREGO FORMAL EM PORTO VELHO	114
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
III.	PESQUISA DE CAMPO PARA OBSERVAÇÃO DAS ÁREAS SENSÍVEIS	124
	INTRODUÇÃO	125
1.	DESCRIÇÃO DAS ÁREAS	125
□	Área 01 – Bairro Rio Madeira	125
□	Área 02 – Bairro Parque da Cidade	126
□	Área 03 – Bairro Rio Madeira	127
□	Área 04 – Bairro Planalto	128
□	Área 05 – Bairro Cuniã	129
□	Área 06 – Bairro Lagoa	129
□	Área 07 – Bairro Lagoa	131
□	Área 08 – Bairro Três Marias	132
□	Área 09 – Bairro Três Marias	133
□	Área 10 - Bairros Floresta e Tucumunzal	136
□	Área 11 – Bairro Novo Horizonte	138
□	Área 12 – Bairro Cidade Lobo	141
□	Área 13 – Ao Sul do bairro Cidade Nova	142
□	Área 14 – Bairro Aeroclube	142
□	Área 15 – Bairro Castanheira	143
□	Área 16 – Bairro Ayrton Senna	143
□	Área 17 – Bairro Castanheira	147
□	Área 18 – Bairro São João Bosco	148
□	Área 19 – Bairro Triângulo e Estação Madeira Mamoré	149

□	Área 20 – Bairro Lagoinha.....	150
□	Área 21 – Bairro Rio Madeira	150
2.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
IV.	EQUIPE TÉCNICA	155
□	Coordenação	155
□	Equipe Técnica.....	155
□	Coordenação de Campo	155
□	Coordenação de Campo	155
□	Apoio Administrativo:.....	155
V.	BIBLIOGRAFIA.....	156

I. PESQUISA DOMICILIAR – OUTUBRO 2012

INTRODUÇÃO

O relatório a seguir encontra-se subdividido em três partes principais que contêm os resultados da pesquisa domiciliar conduzida na cidade de Porto Velho durante o mês de outubro de 2012, da análise dos dados sobre a contratação de mão de obra na UHE Santo Antônio em contraposição à evolução do emprego formal em Porto Velho através das informações disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho, e da visita a áreas consideradas sensíveis em termos de expansão da ocupação urbana na cidade de Porto Velho.

Os resultados da Pesquisa Domiciliar são apresentados em oito itens que englobam a metodologia utilizada na definição da amostra (item 1); a dinâmica demográfica da cidade, com estimativa dos saldos migratórios e a caracterização da população segundo o status migratório (item 2); o detalhamento de aspectos importantes que caracterizam a população economicamente ativa (item 3); aspectos referentes às características da habitação na cidade (item 4); as estimativas do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios (item 5); os cálculos dos Índices de Desenvolvimento Humano (item 6); e finalmente as avaliações da população sobre o acesso ao mercado de trabalho e aos serviços de educação, saúde, segurança pública e lazer (item 7). Para concluir a análise são apresentadas algumas considerações finais que destacam as principais alterações encontradas nesta quinta pesquisa domiciliar realizada na cidade a partir do ano de 2009 (item 8).

A análise de dados referentes ao mercado de trabalho formal contempla em primeiro lugar a análise de entrevistas com lideranças locais abordando as perspectivas de evolução nas atividades econômicas da cidade nesta fase de implantação das usinas hidrelétricas (item 1). A seguir são analisadas as informações disponibilizadas pelo consórcio construtor da UHE Santo Antônio referentes à mão de obra qualificada e contratada para a fase atual de implantação (item 2), concluindo-se a análise pela apresentação da evolução mensal do emprego formal em Porto Velho nos últimos meses (item 3). Esta parte do relatório também é finalizada pela apresentação de considerações finais sobre o tema tratado (item 4).

A terceira parte dos trabalhos é desenvolvida a partir de visitas periódicas a 21 áreas consideradas sensíveis à ocupação que são visitadas anualmente para o registro de alterações seja em termos de novas ocupações residenciais ou não, seja de adensamento da ocupação inicialmente identificada. Um registro fotográfico de cada área onde se identificou alterações é apresentado ao longo do texto.

Para finalizar o relatório são apresentadas a equipe técnica responsável pelos trabalhos e a bibliografia consultada.

1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este texto apresenta uma descrição dos aspectos relativos à amostragem da quinta etapa da Pesquisa de Monitoramento do Crescimento Populacional no Município de Porto Velho – Rondônia, destacando o planejamento da amostra, ou seja, o processo de seleção, a alocação dos domicílios e o mecanismo de construção de pesos para expansão da amostra.

Em conformidade com os objetivos da pesquisa, definiu-se, como método, uma pesquisa domiciliar por amostragem probabilística, abordagem semelhante àquela utilizada na pesquisa anterior.

1.1. ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA

Neste planejamento amostral, a abrangência da pesquisa foi composta pela área urbana da sede do município de Porto Velho. De forma equivalente à primeira, segunda, terceira e quarta fases do trabalho de monitoramento populacional, considerou-se a área composta por setores censitários que formam a cidade de Porto Velho, caracterizada por intensa ocupação, construções e área afetada por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano.

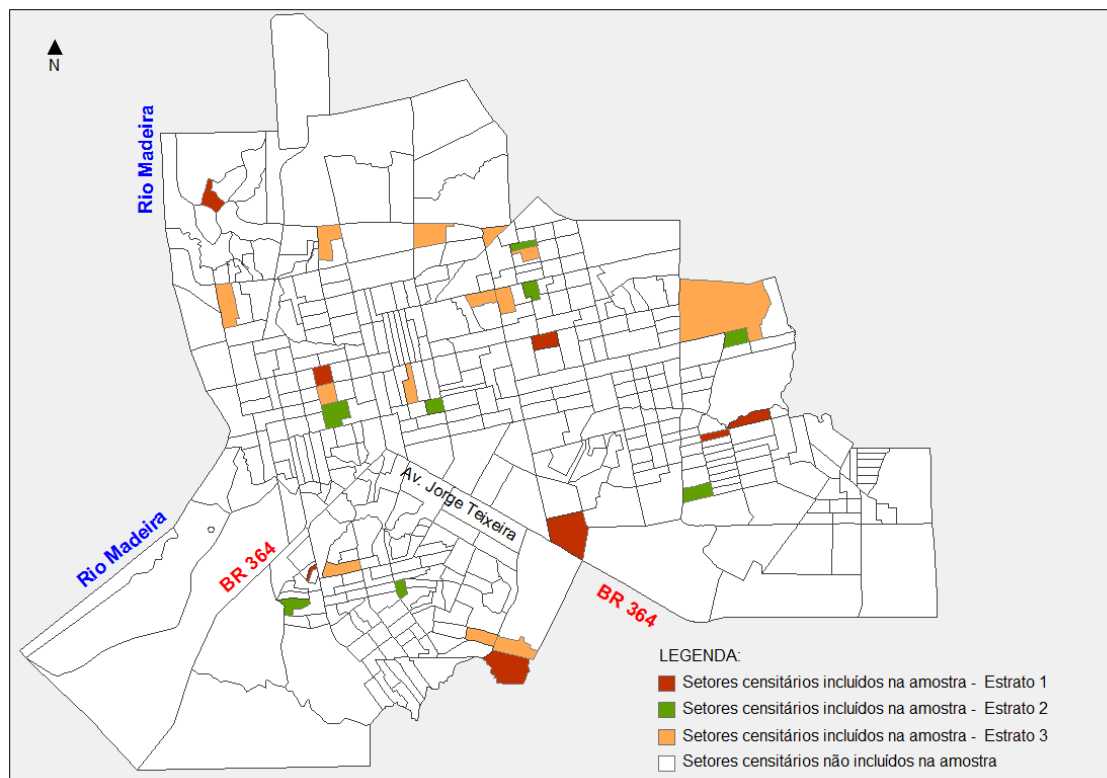
A amostra em questão foi contemplada por 29 setores censitários que compõem a área urbana da sede. Um setor é definido como uma área contínua que contém em média 250 domicílios. Foram considerados somente os setores cujo tipo é não especial, ou normal, e especial de aglomerado subnormal (conjunto constituído no mínimo por 51 domicílios), visto que o objetivo da pesquisa é investigar o crescimento populacional e a forma como ele ocorre. Os pontos destacados na Figura 1 mostram a distribuição espacial dos setores censitários selecionados para a amostra da pesquisa. Conforme se observa, todas as regiões do município de Porto Velho foram consideradas no processo amostral respeitando-se, assim, a dinâmica econômico-social e demográfica do município.

Para determinação da amostra considerou-se, como base populacional, um total de 423 (quatrocentos e vinte e três) setores censitários, conforme estabelecido no Censo Demográfico 2010 do IBGE.

De acordo com o objetivo da pesquisa, a população alvo foi constituída por moradores de domicílios particulares permanentes ocupados e particulares improvisados na área de abrangência geográfica da pesquisa.

O responsável pelo domicílio foi considerado, preferencialmente, como a unidade informante. Na ausência deste, seria elegível, como informante, qualquer pessoa moradora do domicílio selecionado com, no mínimo, de 18 anos de idade.

Figura 1: Distribuição espacial dos setores censitários selecionados para a amostra na área urbana do município de Porto Velho, outubro de 2012



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, Resultados do Universo
Praxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, outubro de 2012

1.2. PLANO AMOSTRAL

Para subsidiar o processo de elaboração do plano amostral, efetuou-se uma análise exploratória da população da pesquisa. Nesta atividade foram verificados os cadastros disponíveis, relacionados com a população alvo, que serviriam de base para a análise exploratória de dados, visando um conhecimento prévio de algumas características da população.

O sistema de referência (cadastro) utilizado foi o arquivo contendo as informações provenientes do Censo Demográfico 2010 e dos resultados da primeira, segunda, terceira e quarta fases da pesquisa, que continham informações auxiliares correlacionadas com o objetivo da pesquisa.

Para garantir a representatividade geográfica, socioeconômica e estatística dos domicílios selecionados, assim como possibilitar o monitoramento das mudanças sociodemográficas, foram utilizadas, para o estágio de estratificação da amostra, as mesmas variáveis consideradas na primeira, segunda, terceira e quarta fases da pesquisa.

Nesta atividade foram utilizados os softwares – SPSS, para análise estatística, MapInfo, para visualização e preparação de dados espaciais, bem como o software Excel, para elaboração de tabelas e gráficos.

Para a especificação do plano amostral levou-se em conta a demanda por informações domiciliares, de moradores e o número de setores contidos na área da pesquisa (Figura 1).

Por não haver um cadastro atualizado e disponível de todos os domicílios no grupo dos bairros a serem pesquisados, tornou-se, assim, inviável a seleção direta de uma amostra de domicílios. A solução encontrada para realizar a pesquisa foi um plano de amostragem por conglomerados em dois estágios. Este procedimento facilita a etapa de atualização da listagem de domicílios que somente ocorrerá nos setores selecionados. Neste sentido, realizou-se, nos setores selecionados, o processo de arrolamento, que consiste, resumidamente, em identificar e registrar todos os domicílios do setor.

As unidades primárias de amostragem (UPA's) foram os setores censitários. Já as unidades secundárias de amostragem (USA's) foram os domicílios dos setores selecionados. A amostra foi composta através da seleção de domicílios dos setores censitários contemplados no processo de seleção aleatória.

A amostragem conglomerada permite fazer uma pesquisa agregando as unidades amostrais em diferentes níveis hierárquicos. Sabe-se da homogeneidade dentro dos setores censitários com relação a determinadas características, especialmente por se constituírem em áreas geográficas. Em razão disto, o plano perde em eficiência quando comparado com outros devido ao efeito de conglomeração. Para compensar este problema, foi avaliada uma estratificação geográfica e estatística dos setores censitários, com intuito de se obter alguma melhoria da precisão das estimativas, bem como a representação, na amostra, dos grupos da população formados pela estratificação obtida.

1.3. ESTRATIFICAÇÃO DOS SETORES

Foi mantida a estratificação da fase anterior para definição de quais setores correspondiam a cada estrato. Entretanto, foi feito novo sorteio aleatório para definição dos setores que comporiam a amostra de cada estrato. As variáveis “taxa de crescimento populacional” e “densidade demográfica”, uma vez mais, não sinalizaram nenhuma divisão, sendo, portanto, descartadas da análise para estratificação. A distribuição do número de setores que compõem a amostra em cada estrato é apresentada na Tabela 1. Assim como na fase anterior a alocação da amostra de setores dentro dos estratos foi feita proporcional ao tamanho dos mesmos, conforme a tabela.

Para cada um dos setores censitários selecionados no primeiro estágio foi feita a listagem durante o trabalho de campo, com o objetivo de atualizar o cadastro de domicílios particulares permanentes ocupados e/ou improvisados. A necessidade de atualização do cadastro justifica-se para que não haja perda de informação, decorrente do domicílio selecionado não pertencer ao âmbito da pesquisa (uso ocasional, vago, uso comercial etc.). A partir dessa listagem foram selecionados domicílios particulares permanentes ocupados e improvisados, que foram pesquisados em cada um dos setores selecionados no primeiro estágio.

A seleção dos domicílios foi realizada por amostragem aleatória simples sem reposição, mediante aplicação de um procedimento construído no Excel. Após o processo da listagem para

cada um dos 29 setores selecionados no primeiro estágio, selecionou-se aleatoriamente 1.015 domicílios a serem pesquisados.

Tabela 1: Distribuição do número de setores por estrato e número de setores amostrados, Pesquisa Domiciliar, Cidade de Porto Velho, outubro de 2012

Estrato	Nº de setores censitários (população)	Participação percentual	Nº de setores da amostra
Estrato 1	119	28,1%	8
Estrato 2	118	27,9%	8
Estrato 3	186	44,0%	13
Total	423	100,0%	29

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, Resultados do Universo Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, outubro de 2012

1.4.FATOR DE EXPANSÃO

Nas pesquisas por amostragem probabilística, cada unidade amostral escolhida no processo de seleção tem como objetivo representar a si mesma e a outras unidades que não foram selecionadas. Desta forma, para cada unidade amostral foi atribuído um fator de expansão definido como PESO, que permite estimar os resultados para toda a população. Esse estudo envolveu uma unidade de investigação: DOMICÍLIOS.

O peso para expansão da amostra é definido como o inverso da probabilidade de inclusão de cada unidade selecionada, ou seja, probabilidade de seleção do setor e probabilidade de seleção do domicílio. Assim, o peso final é definido pelo produto do inverso destas probabilidades.

Os pesos efetivamente utilizados para a expansão dos dados da amostra necessitaram de ajustes para compensar a perda de informações (ajuste de não resposta). Este procedimento deve ser feito em razão da existência de entrevistas parcialmente realizadas ou entrevistas não realizadas, por recusa ou por domicílio fechado, conforme a situação final de entrevista para cada domicílio ou pessoa selecionada (ver Tabela 2).

Tabela 2: Situação final de entrevista, Pesquisa Domiciliar, cidade de Porto Velho, outubro de 2012

Situação	Número de entrevistas
Realizadas	784
Não Realizadas	231
Total	1.015

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, Resultados do Universo Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, outubro de 2012

O peso w_{hi} dos domicílios do setor i , do estrato h é dado pela fórmula:

$$w_{hi} = (1/m_h) * (N_h/N_{hi}) * (N_{hi}^*/n_{hi}) * (n_{hi}^*/n_{hi}^{**}) \quad (1)$$

Onde:

N_{hi} = Total de domicílios no setor i do estrato h

N_h = Total de domicílios na população do estrato h

m_h = Tamanho da amostra de setores dentro do estrato h

N_{hi}^* = Total de domicílios na população do setor i do estrato h

n_{hi} = Total de domicílios na amostra do setor i do estrato h

n_{hi}^* = Total de entrevistas realizadas e não realizadas dentro do âmbito (inclui todas as categorias da Tabela 1)

n_{hi}^{**} = Total de entrevistas efetivamente realizadas

Assim, com base nos resultados da TAB. 1 e utilizando a fórmula (2), descrita no próximo tópico, calcularam-se os pesos, cuja estatística descritiva é apresentada na Tabela 3.

Tabela 3: Estatística descritiva dos pesos de domicílios por setor, Pesquisa Domiciliar, cidade de Porto Velho, outubro de 2012

Situação	Número de entrevistas
Mínimo	80
Primeiro Quartil	107
Mediana	136
Terceiro Quartil	163
Máximo	512
Média	140

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, Resultados do Universo
Praxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, outubro de 2012

Pode-se observar que, dependendo do setor selecionado, no mínimo um domicílio representa 80 domicílios da população e no máximo 512 domicílios. Na média, cada domicílio da amostra representa 140 domicílios da população.

Considerando o desenho amostral proposto e a estratificação especificada, um estimador não tendencioso para o total de uma característica y , de domicílio, é dado pela expressão:

$$\hat{Y}_d = \sum_{h=1}^3 \sum_{i=1}^{m_h} \sum_{j=1}^{n_{hi}^{**}} w_{hij}^{d*} * y_{hij} \quad (2)$$

Onde:

y_{hij} = valor da variável de interesse y para o domicílio selecionado j do setor i no estrato h .

1.5. EVOLUÇÃO DAS ESTIMATIVAS

Os tamanhos amostrais nas fases várias fases da pesquisa corresponderam a erros amostrais da ordem de:

- 3,83% para a pesquisa de setembro de 2009
- 3,63% para a pesquisa de abril de 2010,
- 3,31% para a pesquisa de outubro de 2010
- 3,57% para a pesquisa de outubro de 2011
- 3,43% para a pesquisa de outubro de 2012.

Em todas elas foi adotada a hipótese de uma amostragem aleatória simples para população infinita, com nível de 95,0% de confiança (Tabela 4).

As taxas de não retorno variaram de 13,40% a 22,86%. Com o aumento no tamanho da amostra ao longo das cinco etapas da pesquisa, verificou-se uma redução no erro amostral máximo, de 3,83% a 3,31%. O aumento no erro amostral entre outubro de 2010 e outubro de 2011 em que os tamanhos amostrais são idênticos, ocorre em função de um aumento da taxa de não resposta em 2011.

A amplitude do peso do domicílio é função do número de domicílios por estrato e setor selecionado. Embora esta amplitude tenha sido consideravelmente diferente nas quatro fases da pesquisa, consequência das características dos setores selecionados, por estrato, em cada fase da pesquisa, a média do peso do domicílio não acompanhou tamanha variação. A maximização do tamanho da amostra nas três últimas etapas pode ter sido a principal responsável por uma redução na amplitude do peso.

Tabela 4: Estatística descritiva das estimativas relacionadas ao cálculo do tamanho da amostra e pesos de domicílios nas pesquisas domiciliares anteriores, cidade de Porto Velho, outubro de 2012

Situação	Pesquisa				
	Set/2009	Abr/10	Out/10	Out/11	Out/12
Amostra planejada	812	1.010	1.015	1.015	1.050
Amostra realizada	654	728	879	784	810
Taxa de não resposta	19,46%	27,92%	13,40%	22,76%	22,86%
Erro amostral máximo (*)	3,83%	3,63%	3,31%	3,57%	3,43%
Peso mínimo domicílio	57	72	47	80	34
Peso máximo domicílio	585	1624	528	512	336
Média do peso domicílio	139	132	106	140	131
Amplitude peso domicílio	528	1552	481	432	302

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, Resultados do Universo
Praxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, outubro de 2012
Nota: (*) Nível de confiança de 95,0%.

Na quinta fase da pesquisa, as estimativas pontuais e intervalares mostram uma redução significativa no tamanho da população, contrariando a expectativa de crescimento apontada pelas estimativas da quarta fase da pesquisa. Por outro lado, observa-se a tendência de redução no número médio de pessoas por domicílio, iniciada na terceira fase da pesquisa (Tabela 5).

Tabela 5: Estimativas pontuais e intervalares (IC = 95%) da população, Domicílios Particulares Permanentes Improvisados e número médio de pessoas por domicílio na cidade de Porto Velho, setembro de 2009, abril e outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

População total da cidade de Porto Velho					
Referência	Set/09	Abr/10	Out/10	Out/11	Out/12
Limite inferior	360.594	358.414	374.426	395.522	371.205
Estimativa pontual	369.246	365.431	381.962	401.283	378.828
Limite superior	377.903	372.448	391.014	407.044	386.451
Domicílios Particulares Permanentes e Improvisados					
Referência	Set/09	Abr/10	Out/10	Out/11	Out/12
Limite inferior	86.429	90.689	97.005	107.132	102.151
Estimativa pontual	90.682	95.765	101.158	110.041	106.177
Limite superior	94.935	100.840	104.653	112.949	110.202
Número médio de pessoas por domicílios					
Referência	Set/09	Abr/10	Out/10	Out/11	Out/12
Limite inferior	3,93	3,79	3,97	3,54	3,70
Estimativa pontual	4,07	3,82	4,08	3,65	3,57
Limite superior	4,21	4,10	4,23	3,79	3,83

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, Resultados do Universo
Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, outubro de 2012

2. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

A caracterização da população residente na cidade de Porto Velho é desenvolvida a partir do conjunto de informações levantadas no questionário aplicado aos domicílios selecionados na amostra, conforme apresentado no capítulo anterior. Tem-se em primeiro lugar a estimativa da população total, que é desmembrada posteriormente para se identificar os componentes do crescimento demográfico e detalhar as questões referentes aos movimentos migratórios e à inserção no mercado de trabalho.

2.1. POPULAÇÃO TOTAL ESTIMADA

A população total da cidade de Porto Velho, em outubro de 2012, foi estimada em 378.828 habitantes que residiam em 106.177 domicílios particulares, não sendo incluídos na pesquisa realizada os domicílios coletivos em função da dificuldade em se trabalhar com uma amostra representativa da população residente nestes domicílios. Desta forma, não são considerados na população estimada os moradores permanentes em prisões e abrigos, por exemplo, nem aqueles que residem temporariamente em alojamentos e hotéis e que se dirigiram para Porto Velho em função dos trabalhos nas usinas hidrelétricas do rio Madeira. Por outro lado, são incluídos os moradores temporários que residem durante tempo determinado na cidade, como os estudantes que migram para Porto Velho durante o período letivo e os trabalhadores que levaram suas famílias para moradias na cidade no período em que trabalham na obra das usinas ou de outros projetos em implantação.

A Tabela 6 mostra a evolução da população a partir de 2000 até 2007, com dados de levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e das pesquisas realizadas anualmente a partir de setembro de 2009 até 2012. Apesar de ter sido feita a pesquisa em abril de 2010, optou-se por retirar seus resultados deste relatório, mantendo-se a periodicidade anual, sem prejuízo da série histórica.

Pode-se ver que a população de Porto Velho, segundo as estimativas, sofreu uma queda significativa no último ano, apesar de ainda se manter acima daquela aí residente em 2007. A taxa de crescimento, a partir deste ano ainda é positiva, tanto para a população como para o número de domicílios. A maior taxa estimada para a população ocorreu no período 2007 a 2009, quando houve uma grande atração de migrantes provocada pela expectativa de oportunidades de trabalho e renda na cidade. Nos anos seguintes observou-se uma queda gradual da taxa de expansão – em relação a 2007 – atingindo-se 3,83% ao ano para o período 2007 a 2012.

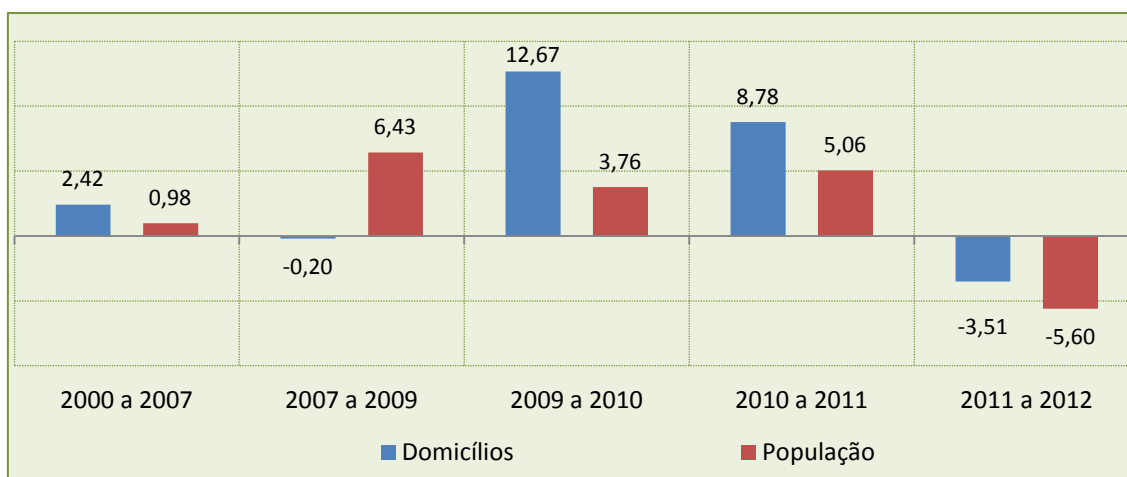
Em termos dos vários períodos considerados, o crescimento mais expressivo ocorreu entre 2007 e 2009, diminuindo a intensidade entre 2009 e 2010, com ligeira elevação entre 2010 e 2011. Já no intervalo 2011 a 2012 atingem-se taxas negativas de crescimento, tanto da população como dos domicílios ocupados, conforme pode ser visualizado no Gráfico 1.

Tabela 6: Número de domicílios particulares permanentes e improvisados e população residente na cidade de Porto Velho, 2000, 2007, 2010, setembro de 2009, abril e outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Ano Estimativa	Domicílios	População residente	Taxa de crescimento (% ao ano)		
			Intervalo	Domicílios	População
Dados do IBGE: Contagem de População 2007 e Censos Demográficos 2000 e 2010					
2000	77.021	304.422	2000 a 2007	2,42	0,98
2007	91.049	325.970	2007 a 2010	3,90	4,25
2010	102.112	369.361	2000 a 2010	2,86	1,95
Estimativas das Pesquisas Domiciliares Setembro de 2009 a Outubro de 2012					
Setembro de 2009	90.682	369.246	2007 a 2009	-0,20	6,43
Abril de 2010	95.765	365.431	2007 a abril/2010	2,04	4,68
Outubro de 2010	101.158	381.962	2007 a outubro/2010	3,57	5,43
Outubro de 2011	110.041	401.283	2007 a outubro/2011	4,85	5,33
Outubro de 2012	106.177	378.828	2007 a outubro/2012	3,92	3,83

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010 e Contagem de População 2007, Resultados do Universo Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisas Domiciliares, set/ 2009, abril e out/ 2010, out/2011 e out/2012

Gráfico 1: Taxas médias anuais de crescimento, cidade de Porto Velho, 2000, 2007, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010 e Contagem de População 2007, Resultados do Universo Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisas Domiciliares, set/ 2009, abril e out/ 2010, out/2011 e out/2012

2.2. SALDO LÍQUIDO MIGRATÓRIO

O Saldo Líquido Migratório é estimado através da aplicação da taxa de crescimento natural sobre a população residente na data do início do período para o qual a estimativa é realizada. Considera-se na estimativa apresentada na tabela a seguir duas taxas de crescimento natural: a primeira, obtida na pesquisa domiciliar de setembro de 2009 – igual a 1,556% ao ano, a maior já obtida – e a de outubro de 2012 que se limitou a 1,032% ao ano, mas que foi superior à estimada para 2011, igual a 0,988%, conforme relatório apresentado no Anexo 1.

Conforme mostrado na Tabela 7, considerando-se a taxa de crescimento natural maior, tem-se uma população esperada de 407.527 habitantes em Porto Velho para o ano de 2012. Como a estimativa fornecida pela pesquisa realizada em outubro de 2012 limitou-se a 378.828 habitantes, a diferença, igual a 28.699 pessoas a menos, é uma estimativa do saldo líquido migratório, negativa no período, significando que saíram mais pessoas de Porto Velho que o número daquelas que chegaram. Com uma taxa de crescimento natural menor, a perda líquida de população é reduzida para 26.596 pessoas.

Para todo o período 2007 a outubro de 2012 os resultados mostram ainda um saldo positivo de migrantes em Porto Velho, com as estimativas variando entre 27 mil e 36 mil pessoas. O valor maior encontra-se em torno de 10% da população da cidade na metade do intervalo considerado.

Tabela 7: Estimativa dos Saldos Líquidos Migratórios, cidade de Porto Velho, 2000, 2007, setembro de 2009, abril e outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Discriminação	Ano					
	2.000	2.007	Set/2.009	Out/2010	Out/2011	Out/2012
A – População recenseada ou estimada (A)	304.422	325.970	369.246	381.962	401.283	378.828
População esperada utilizando-se a taxa de crescimento natural estimada em setembro de 2009 (B1 com $r=1,556\%$) e em outubro de 2012 (B2 com $r=1,032\%$)						
B1 – População esperada pelo crescimento natural $((1+(r/100))^n)$...	339.168	336.193	374.991	387.905	407.527 (352.132)*
B2 - População esperada pelo crescimento natural $((1+(r/100))^n)$...	326.110	332.443	373.097	385.736	405.424 (343.141)*
Discriminação	Intervalos considerados					
	2000 a 2007	2007 a set/09	Set/09 a out /10	Out/10 a out/11	Out/11 a out/12	2007 a out/2012
C1 – Saldo Líquido Migratório (A-B1)	-13.198	33.053	6.971	13.378	-28.699	26.696
C2 – Saldo Líquido Migratório (A-B2)	-140	36.803	8.865	15.547	-26.596	35.687
D1 – Taxa Líquida de Migração (C1/população média)*100	-4,19%	9,51%	1,86%	3,42%	-7,36%	7,58%
D2 – Taxa Líquida de Migração (C2/população média)*100	-0,04%	10,59%	2,36%	3,97%	-6,82%	10,13%

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisas Domiciliares, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

(*) – População esperada em outubro de 2012 tendo como base a população da Contagem de População 2007 (utilizando-se as taxas de crescimento natural da pesquisa de set/09 e out/12)

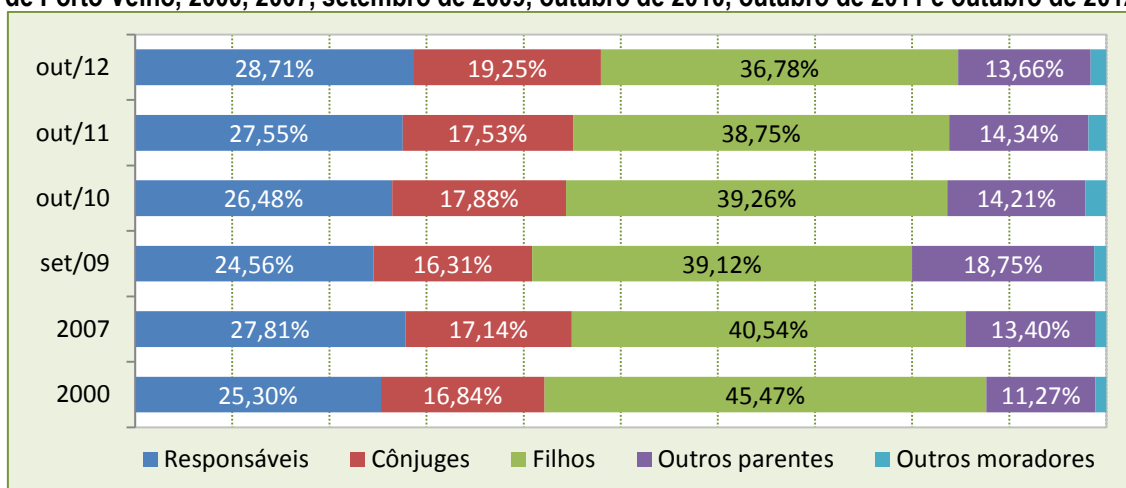
2.3. COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS

As famílias são formadas por pessoas que apresentam vínculos de parentesco, sendo seus principais componentes os pais e filhos. A presença de outros familiares, não pertencentes ao núcleo principal, bem como outras pessoas sem vínculos de parentesco, é um indicador que pode estar associado a várias questões sociais importantes, entre elas a falta de oferta de moradias ou de recursos para o acesso a uma unidade independente.

A Tabela 8 e o Gráfico 2, a seguir, mostram a evolução da composição das famílias na cidade de Porto Velho a partir de 2000. Pode-se observar, em 2009, uma alta proporção de outros parentes, enquanto responsáveis e cônjuges tiveram uma participação bem menor no total da população. Esse resultado foi considerado uma consequência da moradia temporária de migrantes em casas de parentes ou não, até conseguirem uma moradia independente na cidade.

Nas pesquisas mais recentes, esta situação vem se revertendo, com aumento da proporção de responsáveis e cônjuges e menor de outras categorias de membros da família, entre eles os outros parentes e até os filhos que, em outubro de 2012, podem ter iniciado um movimento migratório para locais com maiores perspectivas de trabalho. Estes moradores, que tiveram possibilidade de adquirir experiência de trabalho e qualificação, podem migrar para outros locais, como a região de influência da UHE Belo Monte, cuja demanda de mão de obra possivelmente, era do conhecimento de antigos trabalhadores na construção das usinas hidrelétricas do rio Madeira.

Gráfico 2: Distribuição da população segundo a relação com o responsável pelo domicílio, cidade de Porto Velho, 2000, 2007, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Contagem de População 2007

Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisas Domiciliar, setembro/2009, outubro/2010, outubro/2011 e outubro/2012

Tabela 8: População residente segundo a relação do morador com o responsável pelo domicílio, cidade de Porto Velho, 2000, 2007, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Relação com o responsável pelo domicílio	População (habitantes) - Ano						Taxa média de crescimento (% ao ano)				
	2000	2007	Set/09	Out/10	Out/11	Out/12	2000/07	2007/set 09	2007/Out10	2007/Out11	2007/Out12
Responsáveis	77.036	90.661	90.682	101.158	110.536	108.747	2,35	0,01	3,72	5,08	3,70
Cônjuges	51.289	55.878	60.215	68.292	70.331	72.919	1,23	3,81	6,92	5,92	5,47
Filhos	138.457	132.150	144.458	149.955	155.480	139.333	-0,66	4,55	4,30	4,15	1,06
Outros parentes	34.305	43.688	69.236	54.276	57.539	51.734	3,51	25,89	7,50	7,13	3,44
Outros moradores	3.394	3.593	4.656	8.282	7.396	6.095	0,82	13,83	32,10	19,78	11,15
Total	304.481	325.970	369.246	381.962	401.283	378.828	0,98	6,43	5,43	5,33	3,05

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Contagem de População 2007

Praxis/Santo Antônio Energia, Pesquisas Domiciliar, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

2.4. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO O SEXO E A IDADE

A distribuição etária de uma população obtida através de dados de pesquisa amostral frequentemente apresenta problemas em função das várias desagregações necessárias de um resultado para o qual já se prevê a existência de erros amostrais. É, portanto, bem maior a possibilidade de distorções nas faixas etárias e por sexo do que em outras variáveis mais agregadas. Apesar desta limitação, decidiu-se por apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida na cidade de Porto Velho em outubro de 2011 e outubro de 2012, tendo como referência a distribuição etária e por sexo para o Brasil em 2010 (Censo Demográfico) por ser esta uma população pouco afetada por movimentos migratórios internacionais (pouco expressivos como proporção da população total brasileira).

No Gráfico 3 é mostrada primeiramente a distribuição para outubro de 2011, vindo a seguir a de outubro de 2012. Pode-se visualizar diferenças bem significativas entre os dois resultados.

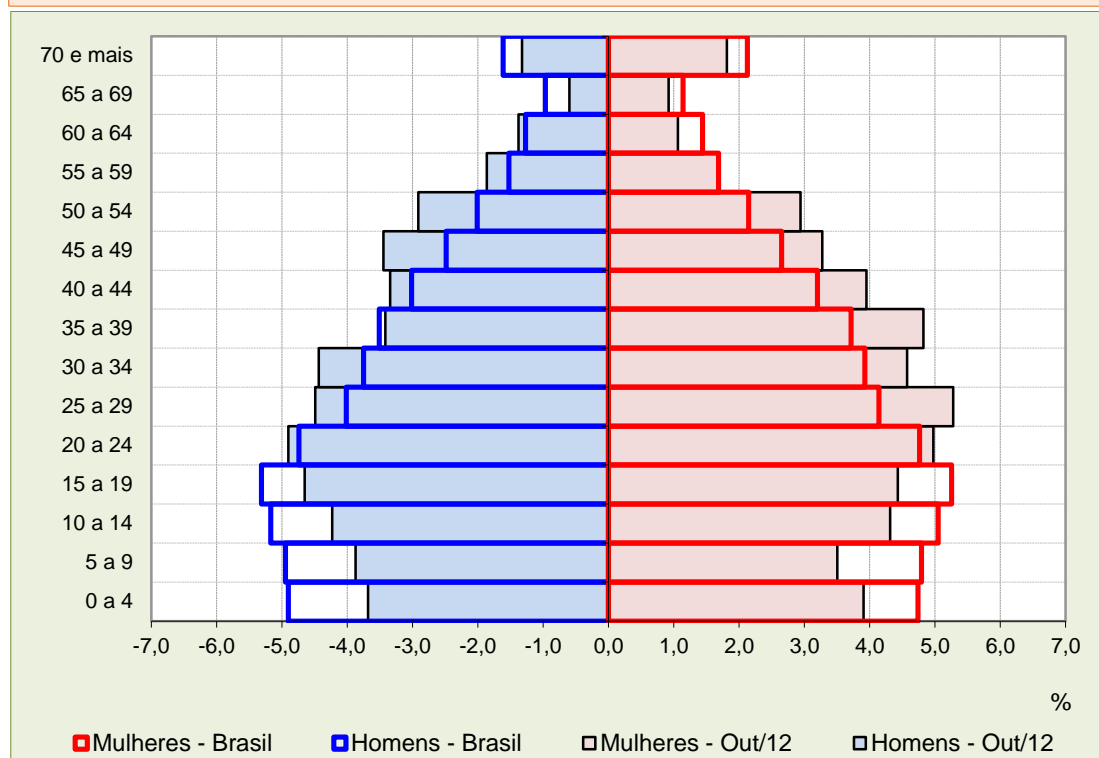
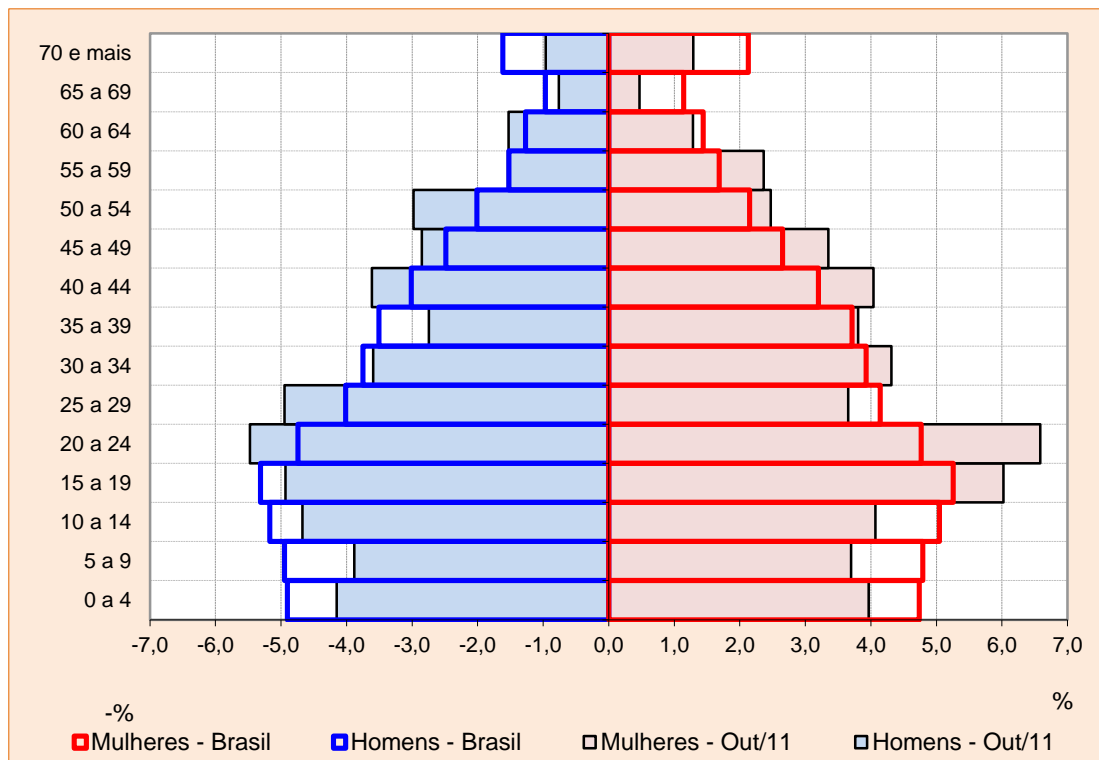
Na distribuição de outubro de 2011 as proporções de jovens com até 19 anos, do sexo masculino, e até 14 anos, do sexo feminino, eram bem inferiores às observadas para a população brasileira na mesma faixa etária. Este resultado está associado a um padrão de fecundidade mais baixa na cidade de Porto Velho que na média nacional. Ele é influenciado também pela proporção maior de pessoas nas faixas etárias mais elevadas, uma vez que o somatório das proporções nas duas distribuições é igual a 100%.

Observa-se também que homens adultos entre 20 e 29 anos bem como mulheres entre 15 e 24 anos apresentavam proporções mais significativas na cidade de Porto Velho que no total da população brasileira. Associa-se este resultado à atração de migrantes jovens para a cidade, não só em busca de oportunidade de trabalho, mas também para o estudo nas várias faculdades e colégios aí existentes. Nas faixas etárias entre 40 e 59 anos, principalmente, a maior proporção de população na cidade é devido a fortes movimentos de atração de migrantes em décadas anteriores, principalmente para o trabalho nos setores público federal, estadual ou mesmo municipal.

Em outubro de 2012 a distribuição da população se assemelha mais à da população brasileira. A menor proporção de crianças e jovens até 19 anos ainda se mantém, uma confirmação da existência de menores taxas de fecundidade na cidade de Porto Velho. A maior proporção de adultos jovens, contudo, **não é tão expressiva como aquela observada no ano anterior.**

Esta mudança expressiva na estrutura etária e por sexo da população é uma consequência imediata da alteração nos movimentos migratórios em direção à cidade de Porto Velho. É bem provável que o saldo líquido migratório observado no último ano seja composto principalmente de jovens que foram atraídos recentemente para a cidade e que se transferiram para outros locais após a redução da demanda por mão de obra das empresas responsáveis pela implantação das usinas, principalmente a UHE Santo Antônio cuja fase de implantação está mais avançada que a da UHE Jirau.

Gráfico 3: Distribuição etária e por sexo, Brasil 2010 e cidade de Porto Velho, outubro de 2011 e outubro de 2012



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisas Domiciliar, outubro de 2011

2.5. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO O STATUS MIGRATÓRIO

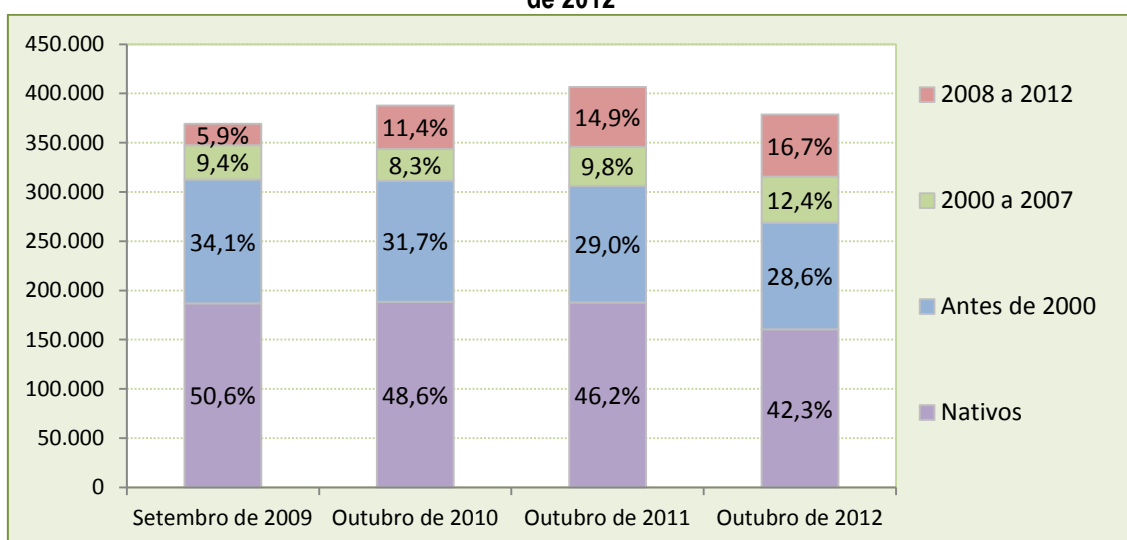
No quadro onde foram levantados os dados referentes a cada morador do domicílio pesquisado solicitou-se a informação sobre o local de nascimento, a procedência, o ano de chegada e o motivo da migração, tanto daqueles que nasceram em outros municípios como os nativos do município e da cidade de Porto Velho que já haviam morado em outro local. Consideraram-se migrantes tanto os que nasceram fora da cidade – inclusive na área rural e distritos de Porto Velho - como aqueles que aí nasceram e já moraram em outros municípios. A Tabela 9 e o Gráfico 4 mostram os resultados obtidos.

Pode-se ver que na pesquisa de 2012 tem-se uma proporção maior de migrantes procedentes de outras regiões do Brasil e do exterior que nas pesquisas anteriores. Já as populações originárias dos distritos e da área rural do município, bem como aqueles que nasceram na cidade de Porto Velho e nunca moraram em outros locais apresentam uma participação menor no total da população da cidade.

Vê-se pelo gráfico que a tendência de diminuição da proporção de nativos já vem ocorrendo desde a primeira pesquisa realizada. Tal fato é justificado tanto pela tendência de queda nas taxas de fecundidade, que reduz o número de crianças nativas na população, e pela chegada contínua de migrantes, aumentando assim este grupo populacional.

Os resultados mostram que mesmo com a queda no saldo líquido migratório, indicando uma diferença menor entre o número dos que chegam e dos que saem da cidade, o número de migrantes recentes identificados na população ainda é bastante significativo, sendo praticamente iguais as estimativas dos que chegaram em 2011 e 2012 e ainda se encontravam na cidade em outubro deste último ano.

Gráfico 4: Distribuição da população entre nativos e migrantes segundo o ano de chegada dos migrantes, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012



Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, abril e outubro de 2010, outubro de 2011

Tabela 9: População residente segundo o status migratório – cidade de Porto Velho – setembro de 2009, abril e outubro de 2010 e outubro de 2011

Status migratório	População residente – Número de habitantes							
	Setembro de 2009		Outubro de 2010		Outubro de 2011		Outubro 2012	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Nascidos em outros municípios ou nascidos em Porto Velho que já moraram fora da cidade								
Ano que migrou ou retornou para a cidade:								
Antes de 2000	112.275	30,41	118.291	30,97	112.323	27,99	106.095	28,01
2000 a 2007	28.530	7,73	31.426	8,23	33.297	8,30	45.714	12,07
2008	5.067	1,37	12.088	3,16	7.302	1,82	9.119	2,41
2009	15.467	4,19	12.312	3,22	9.934	2,48	11.999	3,17
2010	0	0,00	17.769	4,65	16.991	4,23	17.601	4,65
2011	0	0,00	0	0,00	19.414	4,84	11.547	3,05
2012	0	0,00	0	0,00	0	0,00	11.696	3,09
Subtotal de migrantes	161.338	43,69	191.886	50,24	199.261	49,66	213.770	56,43
Nascidos nas sedes de distritos e área rural do município de Porto Velho								
Ano que migrou para a cidade:								
Antes de 2000	13.528	3,66	4.564	1,19	5.816	1,45	2.220	0,59
2000 a 2007	6.303	1,71	815	0,21	6.559	1,63	1.073	0,28
2008	624	0,17	457	0,12	2.575	0,64	312	0,08
2009	538	0,15	381	0,10	596	0,15	191	0,05
2010	0	0,00	1.212	0,32	2.196	0,55	348	0,09
2011	0	0,00	0	0,00	1.757	0,44	188	0,05
2012	0	0,00	0	0,00	0	0,00	322	0,09
Subtotal	20.993	5,69	7.429	1,94	19.498	4,86	4.654	1,23
Nascidos na cidade de Porto Velho e que nunca moraram em outro local								
Nunca moraram em outro local	186.915	50,62	188.615	49,38	188.016	46,85	160.404	42,34
População total	369.246	100,00	381.962	100,00	401.283	100,00	378.828	100,00

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Conforme mostrado na tabela, o número de migrantes recentes estimados para a cidade de Porto Velho entre 2008 e 2012 é de 63.323 pessoas, incluindo os procedentes do interior do município de Porto Velho. Esta estimativa é bem diferente do Saldo Líquido Migratório - cujo intervalo de estimativa está entre 27 mil pessoas, para um crescimento natural maior, e 36 mil para uma taxa de crescimento natural inferior. A comparação entre os dois números indica uma ampla substituição de residentes na cidade, com migrantes antigos e nativos deixando o local, enquanto grandes contingentes de migrantes chegados após 2008 ainda permanecem na cidade.

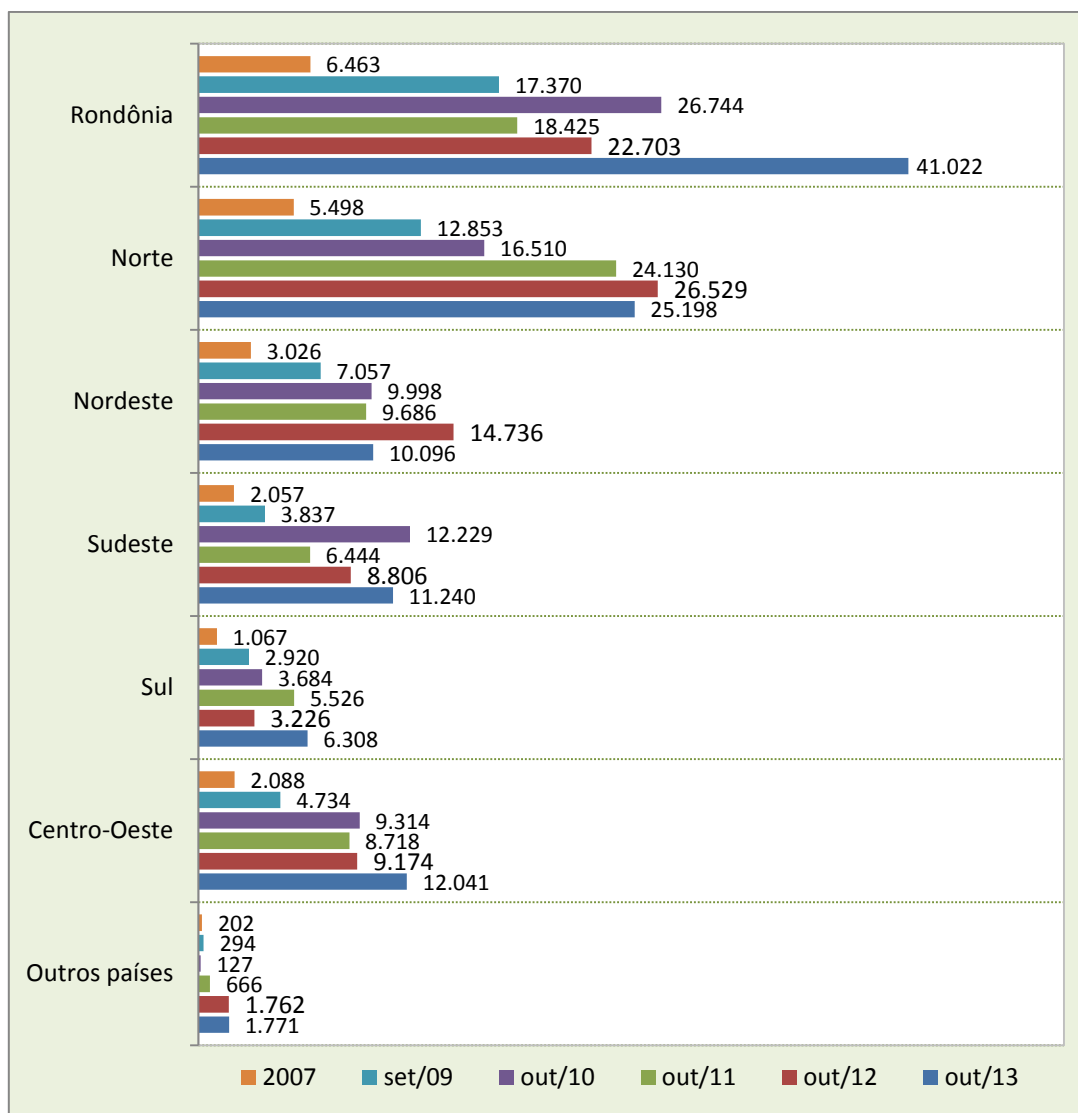
Esta suposição é difícil de ser confirmada, uma vez que não se tem estatísticas de entrada e saída de pessoas nos municípios e estados brasileiros. Contudo, informações sobre números expressivos de pessoas procedentes da cidade de Porto Velho, trabalhando nas obras de implantação da UHE Belo Monte, podem ser um indicador da migração de nativos e migrantes antigos da cidade que se transferiram para a região em busca de oportunidades de trabalho. A qualificação adquirida nos cursos de preparação de mão de obra e no trabalho da construção das usinas do Madeira pode ter facilitado este movimento migratório.

O gráfico a seguir mostra a distribuição dos migrantes pesquisados, segundo a origem ou procedência, desde o ano 2000 (dado levantado na Contagem de População de 2007) até a data da última pesquisa de outubro de 2012.

Verifica-se que as origens mais representativas são o estado de Rondônia e o Norte do país, vindo a seguir a região Nordeste. Centro-Oeste e Sudeste estão em posição intermediária, enquanto o Sul e a migração de outros países têm uma significância menor.

É interessante notar que na última pesquisa, de outubro de 2012, tem-se um número de migrantes originários do próprio estado de Rondônia bem superior àquele estimado nas pesquisas anteriores. De um máximo de 26.744 pessoas estimadas em outubro de 2010, observou-se uma queda para 22.703 em outubro de 2011, atingindo-se em outubro de 2012 a 41.022 migrantes estimados para o período 2000 a 2012. Trata-se de um resultado difícil de ser interpretado, podendo o mesmo estar associado ao significativo aumento dos migrantes chegados entre 2000 e 2007, entre os quais uma percentagem significativa origina-se no interior do estado. É possível que algum (ou alguns) dos setores censitários incluídos na pesquisa de 2012 tenha sido objeto de políticas estaduais de habitação voltada para funcionários públicos estaduais ou que seja um destino preferencial de pessoas vindas de municípios como Guajará Mirim, Ji-Paraná, Cacoal, Ariquemes, Machadinho do Oeste, Pimenta Bueno e Rolim de Moura, responsáveis por 65% do fluxo migratório de outros municípios de Rondônia para Porto Velho.

Gráfico 5: Distribuição da população que migrou para Porto Velho a partir de 2000 segundo a origem, Porto Velho, 2007, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012



Fonte: IBGE, Contagem de População 2007 (dados básicos)

Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro/2009, outubro/2010, outubro/2011 e outubro/2012

2.6. CARACTERÍSTICAS DOS NATIVOS E MIGRANTES

Neste item são apresentadas algumas características da população que migrou para Porto Velho no intervalo entre 2008 e 2011, tanto procedentes de outros municípios e estados como do próprio município de Porto Velho (área rural e sedes distritais).

▪ Sexo e Idade

Antes de se passar à análise da estrutura etária e por sexo daqueles que chegaram a Porto Velho a partir de 2008, apresenta-se na Tabela 10 o status migratório da população dividindo-se os migrantes segundo o ano de chegada, o sexo e a origem. Observa-se que as mulheres representam mais da metade da população em todos os grupos considerados, sendo esta representatividade maior entre os migrantes antigos procedentes da área rural e dos distritos de Porto Velho devido, provavelmente, à tendência existente de migração da esposa e das crianças para a área urbana em busca de educação e oportunidades para os filhos, enquanto o marido permanece na área rural ou distritos nas atividades de sustentação da renda familiar.

Tabela 10: Distribuição da população segundo o sexo e status migratório, Porto Velho, outubro de 2012

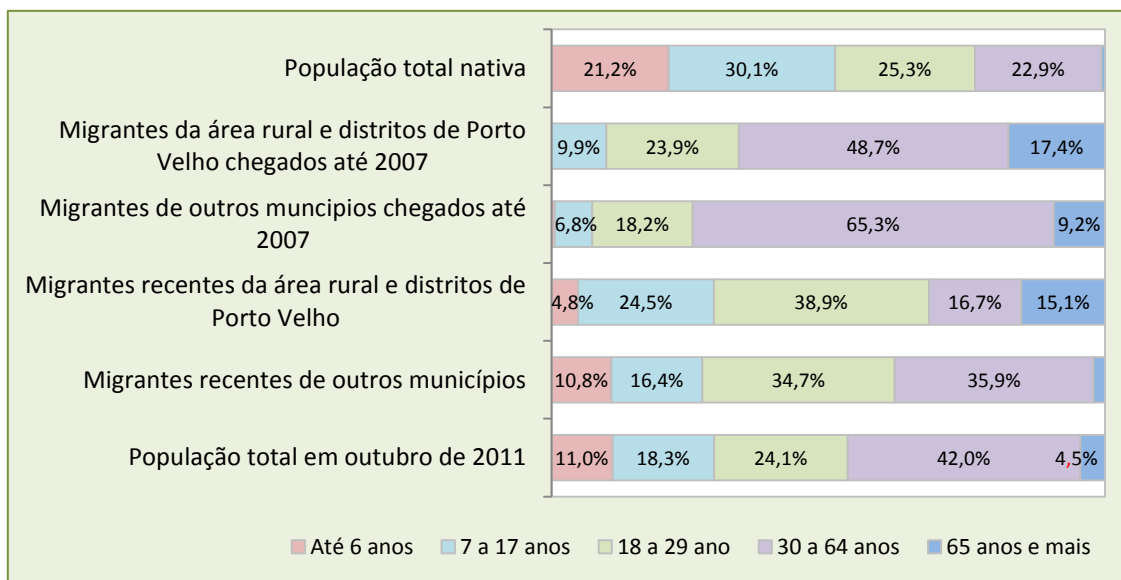
Status migratório	Homens		Mulheres		Total	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Nativos	78.436	48,90	81.968	51,10	160.404	100,00
Migrantes anteriores a 2008 segundo a origem:						
Porto Velho	1.828	55,49	1.466	44,51	3.293	100,00
Outros municípios	72.785	47,95	79.024	52,05	151.808	100,00
Subtotal	74.612	48,11	80.490	51,89	155.102	100,00
Migrantes de 2008 a 2010 segundo a origem:						
Porto Velho	321	23,60	1.039	76,40	1.360	100,00
Outros municípios	30.031	48,47	31.931	51,53	61.962	100,00
Subtotal	30.352	47,93	32.970	52,07	63.322	100,00
Total	183.400	48,41	195.428	51,59	378.828	100,00

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, outubro de 2012

O gráfico a seguir mostra a distribuição da população por sexo, status migratório e grupo de idade. Observa-se na maior parte dos grupos considerados o predomínio dos adultos entre 30 e 64 anos, faixa etária que contém a maior parte das pessoas que se encontram no mercado de trabalho.

Na população masculina procedente de distritos e área rural de Porto Velho é maior a participação dos jovens entre 18 e 29 anos, um resultado coerente com a migração para a sede municipal visando o acesso a escolas de níveis mais altos de ensino ou mesmo a entrada no mercado de trabalho urbano. As proporções das mulheres são superiores às da população migrante masculina, permitindo que se conclua pela forte atração deste grupo para a cidade nos últimos anos.

Gráfico 6: Distribuição percentual da população estimada segundo o status migratório e idade, Cidade de Porto Velho, outubro de 2012



Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, outubro de 2012

▪ **Frequência à escola e escolaridade**

A Tabela 11, a seguir, apresenta a distribuição da população estimada da cidade de Porto Velho segundo o status migratório, a frequência à escola e o grau de escolaridade. Pode-se observar que entre os migrantes recentes, a partir de 2010, predominam as pessoas que estão estudando ou que já completaram o curso superior, resultado diferente do encontrado na pesquisa de 2009 onde predominava a migração de pessoas com menor nível de escolarização.

Os gráficos a seguir ajudam a interpretar os resultados da tabela. No primeiro deles pode-se ver que a participação daqueles que ainda estão estudando na população total varia de forma significativa segundo o status migratório. Ela é maior entre os nativos, como não poderia deixar de ser, uma vez que estes apresentam uma presença maior de crianças e jovens, já que os filhos de migrantes nascidos em Porto Velho são nativos da cidade. É interessante notar que em outubro de 2012 tem-se uma participação bem maior de estudantes entre a população migrante procedente de outros municípios, um indicador da atração da cidade como polo educacional no estado.

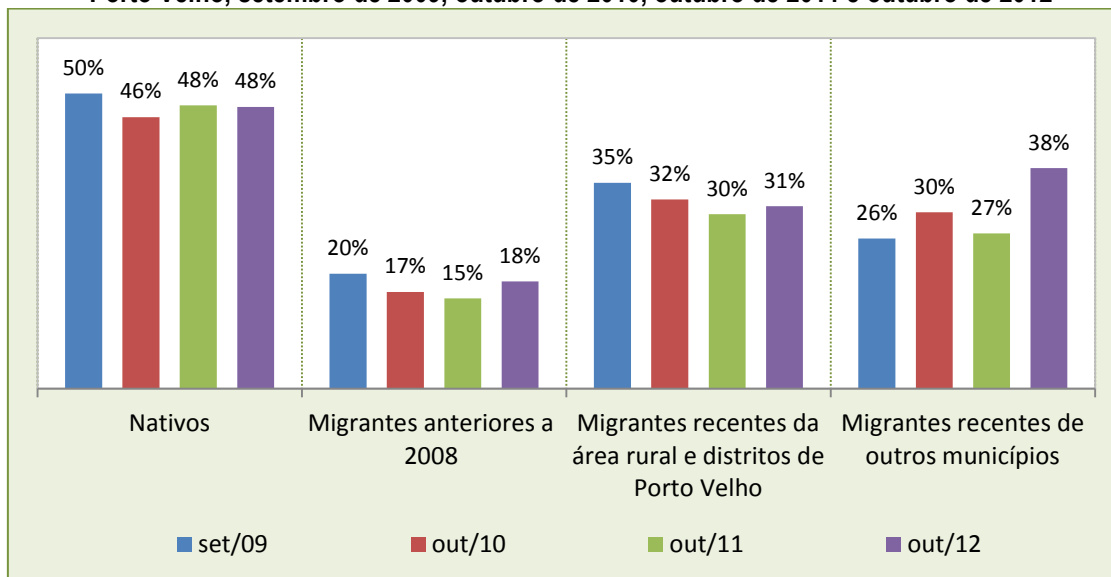
No segundo gráfico vê-se que a predominância daqueles que estão estudando ou já concluíram o segundo grau é muito expressiva em Porto Velho, seguida pelo grupo daqueles com escolaridade mais avançada, com proporção crescente entre os migrantes recentes procedentes de outros municípios.

Tabela 11: Distribuição da população segundo o status migratório, a frequência à escola e a escolaridade, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Discriminação	População migrante nos anos 2008 a 2010								População total incluindo nativos e migrantes anteriores a 2008			
	Procedentes do município de Porto Velho				Procedentes de outros municípios				Set/09	Out/10	Out/11	Out/12
	Set/09	Out/10	Out/11	Out/12	Set/09	Out/10	Out/11	Out/12				
Estão estudando – Série e/ou grau:												
Pré-escolar, creches, cursos especiais	0	0	214	0	81	1.701	2.069	2.781	8.084	13.473	15.515	18.494
1ª a 4ª série do primeiro grau	0	206	214	82	2.040	3.174	2.904	5.351	36.639	29.405	30.738	27.168
5ª a 8ª séries do primeiro grau	288	274	610	38	1.262	2.240	2.824	3.984	37.071	35.932	36.715	30.883
1ª a 3ª séries do segundo grau	122	90	632	38	914	2.136	2.884	4.524	24.557	22.766	25.227	21.674
Curso superior e pós-graduação	0	95	454	246	978	3.488	3.579	6.733	25.284	24.134	22.903	31.224
Subtotal	409	664	2.125	404	5.274	12.739	14.260	23.373	131.634	125.710	131.098	129.443
Não estão estudando – Grau de escolaridade												
Nunca estudou	0	0	396	222	336	902	1.026	1.456	11.734	13.104	12.201	10.822
1ª a 4ª série do primeiro grau	0	178	1.313	69	1.432	2.371	4.918	2.743	29.808	30.613	36.906	23.182
5ª a 8ª séries de primeiro grau	0	246	1.438	492	2.863	5.438	9.979	7.280	50.820	52.691	56.850	47.650
1ª a 3ª séries do segundo grau	668	610	1.089	107	5.623	12.282	13.980	16.921	84.756	100.725	93.287	102.052
Curso superior e pós-graduação	84	82	147	0	1.753	5.145	5.404	6.262	29.138	32.536	42.439	43.123
Abaixo da idade escolar	0	270	615	65	3.253	3.293	4.073	3.928	31.355	26.583	28.502	22.514
Subtotal	752	1.387	4.998	956	15.259	29.429	39.380	38.589	237.611	256.252	270.185	249.344
Total	1.161	2.051	7.123	1.360	20.534	42.168	53.640	61.962	369.246	381.962	401.283	378.787

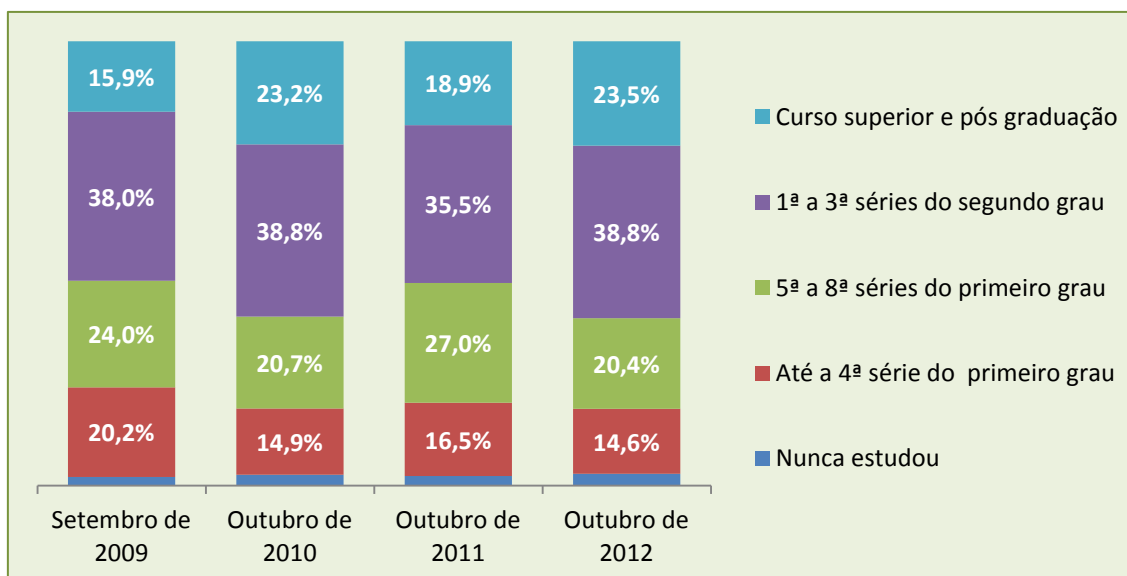
Praxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009 e abril de 2010 e outubro de 2011

Gráfico 7: Participação dos que estão na escola no total da população nativa, dos migrantes antigos (chegados antes de 2008) e dos migrantes recentes (chegados a partir de 2008), Cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012



Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro/2009, outubro/2010, outubro/2011 e outubro/2012

Gráfico 8: Distribuição percentual dos migrantes recentes (chegados a partir de 2008) com idade igual ou superior a sete anos, procedentes de outros municípios segundo o grau de escolaridade, Cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, Outubro de 2011 e outubro de 2012



Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro/2009, outubro/2010, outubro/2011 e outubro/2012

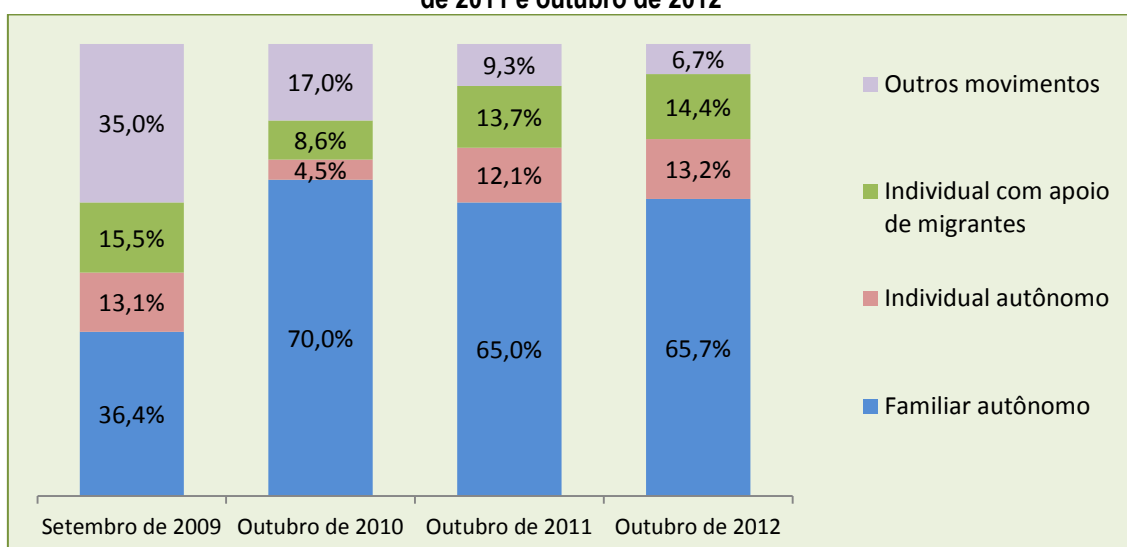
▪ **Tipo de movimento migratório**

A transferência de moradia de um local para outro, que caracteriza o movimento migratório, pode se dar de várias formas. Entre as classificações possíveis, resolveu-se por considerar a migração daqueles que vêm em família – denominada migração familiar – e a daqueles que vêm sozinhos, sem acompanhamento de outros membros da família, movimento migratório considerado como do tipo individual. Outra classificação adotada é o apoio recebido no local de destino, que para a família migrante pode envolver a residência, como família convivente junto a outros moradores mais antigos ou naturais da cidade de Porto Velho.

Na Tabela 12 e no Gráfico 9 é mostrada a distribuição dos migrantes chegados a partir de 2008 segundo a tipologia de movimento migratório adotada. Pode-se verificar que o único resultado em que a migração individual superou a migração familiar foi em 2009, ocorrendo o contrário nos anos subsequentes. **A suposição que se faz é que os primeiros movimentos de migrantes atraídos pela construção das usinas e consequente dinamização da economia foi feito por pessoas sozinhas, que se dirigiram para Porto Velho de forma relativamente precária esperando trazer a família posteriormente após se estabilizar na cidade.** Outro tipo de migrante atraído àquela época foi o de retorno de jovens pertencentes a famílias locais que haviam saído em busca de oportunidades de trabalho e voltaram para junto da família. **Deve-se anotar também a pouca disponibilidade de moradias, dificultando a instalação independente de novas famílias.**

Conforme mostrado no gráfico a seguir, a tendência mostrada pelas pesquisas é de predomínio da migração autônoma, familiar ou individual, seguida pela individual com o apoio de outros migrantes que fizeram o movimento migratório há mais tempo (em geral têm a mesma origem). Os outros tipos de movimentos são cada vez menos significativos no total de migrantes para a cidade de Porto Velho.

Gráfico 9: Distribuição percentual dos migrantes recentes (chegados a partir de 2008) segundo o tipo de movimento migratório, Cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, Outubro de 2011 e outubro de 2012



Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro/2009, outubro/2010, outubro/2011 e outubro/2012

Tabela 12: Migrantes que chegaram entre 2008 e 2012 segundo o tipo de movimento migratório, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Tipo de movimento migratório	Migrantes da área rural e distritos de Porto Velho								Migrantes de outros municípios							
	Setembro/09		Outubro/10		Outubro/11		Outubro/12		Setembro/09		Outubro/10		Outubro/11		Outubro/12	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Familiar																
Família nuclear	0	0,0	956	46,6	4.140	58,1	572	42,0	7.889	38,4	29.976	71,1	35.328	65,9	41.030	66,2
Família convivente	288	24,8	541	26,4	647	9,1	196	14,4	6.087	29,6	5.979	14,2	3.978	7,4	3.634	5,9
Subtotal	288	24,8	1.497	73,0	4.787	67,2	768	56,4	13.976	68,1	35.955	85,3	39.306	73,3	44.664	72,1
Individual																
Autônomo	250	21,5	232	11,4	740	10,4	0	0,0	2.585	12,6	1.743	4,1	6.585	12,3	8.377	13,5
Apoio famílias migrantes	624	53,7	92	4,5	1.290	18,1	593	43,6	2.747	13,4	3.715	8,8	7.032	13,1	8.526	13,8
Apoio famílias nativas	0	0,0	230	11,2	306	4,3	0	0,0	1.227	6,0	756	1,8	717	1,3	395	0,6
Subtotal	874	75,2	554	27,0	2.336	32,8	593	43,6	6.558	31,9	6.214	14,7	14.334	26,7	17.298	27,9
Total	1.161	100,0	2.050	100,0	7.123	100,0	1.360	100,0	20.534	100,0	42.169	100,0	53.640	100,0	61.962	100,0

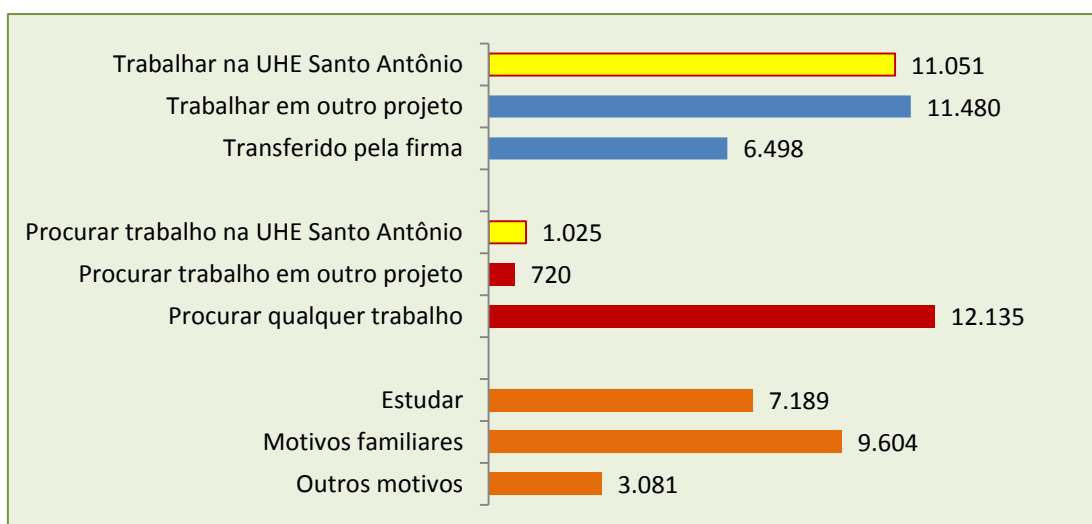
Praxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

▪ **Motivo da migração**

A Tabela 13, a seguir, mostra as causas que levaram os migrantes recentes a se transferirem para a Cidade de Porto Velho. São considerados três grandes grupos de temas que são o trabalho já garantido ou contratado, tanto na UHE Santo Antônio como em outros projetos; a procura por uma oportunidade de trabalho; e os outros motivos, entre os quais se destacam os relacionados à família (casamento, separação, ficar com os pais ou filhos) e à educação. Um quarto grupo da tabela é formado pelos que acompanharam aqueles que decidiram o motivo para o movimento migratório.

Tanto entre os migrantes procedentes do próprio município de Porto Velho como entre aqueles procedentes de outros municípios ou países predomina o terceiro grupo de motivos, ou seja, motivos não diretamente ligados a questões econômicas. Entre os que vieram de fora, o trabalho garantido ou a procura por oportunidades, contudo, são muito relevantes, respondendo por cerca de um terço do total. Os acompanhantes formam o maior contingente dos migrantes na cidade de Porto Velho. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos migrantes pelo motivo que levou o responsável pela família à migração, excluindo-se, portanto, o motivo “acompanhando a família”. Diferentemente do que se observou na pesquisa anterior, onde os migrantes que procuravam qualquer trabalho eram o maior destaque, bem acima dos outros motivos, nesta pesquisa o trabalho na Santo Antônio Energia, bem como em outros projetos, apresentam uma alta frequência, quase alcançando o número daqueles que procuraram qualquer oportunidade de trabalho. Tal informação é surpreendente, uma vez que a desmobilização de trabalhadores na construção das usinas aponta para uma diminuição no número daqueles que vieram diretamente para o trabalho nas usinas ou em outros projetos em implantação na cidade.

Gráfico 10: Distribuição dos migrantes chegados entre 2008 e 2012, segundo o motivo da migração para Porto Velho, outubro de 2012



Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, outubro de 2012

Tabela 13: Distribuição dos migrantes da área rural e distritos de Porto Velho que chegaram entre 2008 e 2012 segundo o motivo do movimento migratório, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Motivo da migração	Migrantes da área rural e distritos de Porto Velho							
	Setembro 2009		Outubro 2010		Outubro de 2011		Outubro de 2012	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Trabalhar na UHE Santo Antônio	0	0,0	0	0,0	168	2,4	0	0,0
Trabalhar em outro projeto	0	0,0	0	0,0	214	3,0	152	11,2
Transferido pela firma	84	7,2	0	0,0	340	4,8	0	0,0
Subtotal	84	7,2	0	0,0	723	10,2	152	11,2
Procurar trabalho na UHE Santo Antônio	122	10,5	134	6,5	314	4,4	0	0,0
Procurar trabalho em outro projeto	0	0,0	0	0,0	129	1,8	0	0,0
Procurar qualquer trabalho	531	45,7	405	19,7	344	4,8	155	11,4
Outros motivos econômicos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Subtotal	653	56,2	539	26,2	787	11,0	155	11,4
Estudar	0	0,0	0	0,0	280	3,9	348	25,6
Motivos familiares	425	36,6	325	15,9	2.205	31,0	220	16,2
Outros motivos	0	0,0	110	5,3	129	1,8	206	15,1
Subtotal	425	36,6	435	21,2	2.614	36,7	774	56,9
Acompanhando a família	0	0,0	1.076	52,5	2.999	42,1	280	20,6
Total	1.162	100,0	2.050	100,0	7.123	100,0	1.360	100,0

Praxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Tabela 13: Distribuição dos migrantes que chegaram de outros municípios entre 2008 e 2012 segundo o motivo do movimento migratório, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Motivo da migração	Migrantes de outros municípios							
	Setembro 2009		Outubro 2010		Outubro de 2011		Outubro de 2012	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Trabalhar na UHE Santo Antônio	538	2,6	1.398	3,3	2.585	4,8	4.425	7,2
Trabalhar em outro projeto	1.298	6,3	658	1,5	2.114	3,9	5.074	8,3
Transferido pela firma	2.528	12,3	6.124	14,4	2.188	4,1	2.392	3,9
Subtotal	4.364	21,3	8.180	19,2	6.887	12,8	11.891	19,4
Procurar trabalho na UHE Santo Antônio	169	0,8	415	1,0	2.292	4,3	529	0,9
Procurar trabalho em outro projeto	996	4,9	1.060	2,5	1.059	2,0	340	0,6
Procurar qualquer trabalho	2.533	12,3	3.069	7,2	8.572	16,0	7.254	11,8
Outros motivos econômicos	629	3,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Subtotal	4.327	21,1	4.544	10,7	11.923	22,2	8.123	13,2
Estudar	1.024	5,0	697	1,6	2.477	4,6	4.988	8,1
Motivos familiares	2.980	14,5	6.976	16,4	6.452	12,0	7.103	11,6
Outros motivos	256	1,2	432	1,0	803	1,5	1.242	2,0
Subtotal	4.260	20,7	8.104	19,1	9.732	18,1	13.333	21,7
Acompanhando a família	7.583	36,9	21.341	50,2	25.098	46,8	28.076	45,7
Total	20.534	100,0	42.526	100,0	53.640	100,0	61.423	100,0

Praxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, abril e outubro de 2010 e outubro de 2011

Tabela 13: Distribuição do total dos migrantes que chegaram entre 2008 e 2010 segundo o motivo do movimento migratório, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, abril e outubro de 2010 e outubro de 2011

Motivo da migração	Migrantes da área rural e distritos de Porto Velho e de outros municípios (total dos chegados entre 2008 e 2011)							
	Setembro 2009		Outubro 2010		Outubro de 2011		Outubro de 2012	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Trabalhar na UHE Santo Antônio	538	2,6	1.398	3,3	2.753	4,5	4.425	7,0
Trabalhar em outro projeto	1.298	6,3	658	1,5	2.329	3,8	5.226	8,3
Transferido pela firma	2.612	12,7	6.124	14,4	2.529	4,2	2.392	3,8
Subtotal	4.448	21,7	8.180	19,2	7.610	12,5	12.043	19,2
Procurar trabalho na UHE Santo Antônio	291	1,4	549	1,3	2.606	4,3	529	0,8
Procurar trabalho em outro projeto	996	4,9	1.060	2,5	1.189	2,0	340	0,5
Procurar qualquer trabalho	3.064	14,9	3.474	8,2	8.916	14,7	7.408	11,8
Outros motivos econômicos	629	3,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Subtotal	4.980	24,3	5.083	12,0	12.710	20,9	8.277	13,2
Estudar	1.024	5,0	697	1,6	2.756	4,5	5.336	8,5
Motivos familiares	3.405	16,6	7.301	17,2	8.657	14,2	7.322	11,7
Outros motivos	256	1,2	542	1,3	932	1,5	1.448	2,3
Subtotal	4.685	22,8	8.539	20,1	12.346	20,3	14.107	22,5
Acompanhando a família	7.583	36,9	22.417	52,7	28.097	46,2	28.356	45,2
Total	20.534	100,0	42.526	100,0	60.763	100,0	62.783	100,0

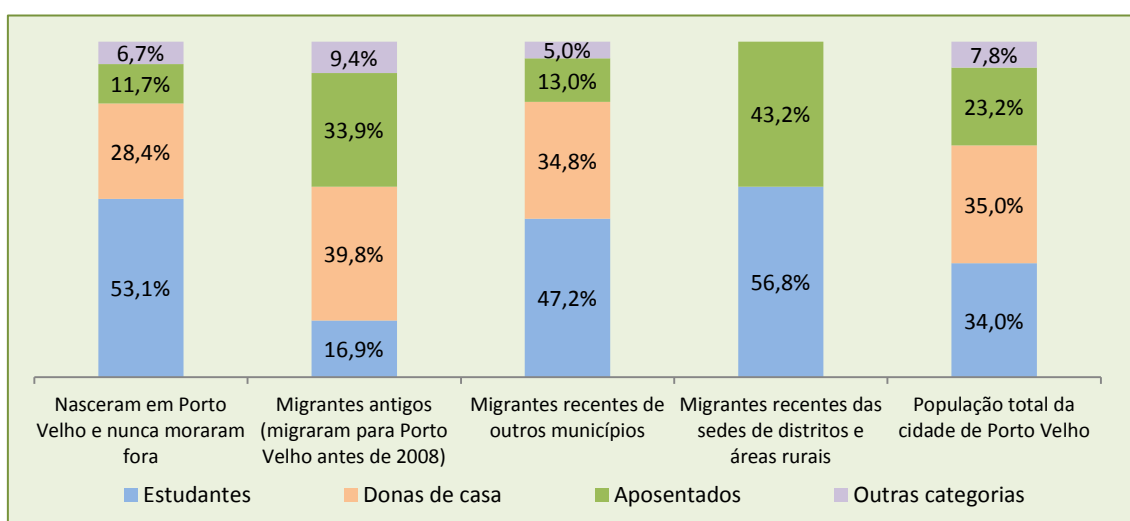
Praxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, abril e outubro de 2010 e outubro de 2011

▪ **Atividade Econômica**

A análise da atividade econômica da população é conduzida a partir das informações sobre o trabalho e emprego levantadas no quadro da família. As informações se referem às pessoas com idade igual ou superior a 15 anos, que formam a chamada População em Idade Ativa. Esta população é dividida em dois contingentes de pessoas, que são aquelas que estão “ocupadas”, desenvolvendo uma ocupação remunerada considerada como um trabalho produtivo, e as que estão à procura de um trabalho, consideradas “desempregadas”. Este grupo de pessoas constitui a força de trabalho local e é considerado como População Economicamente Ativa. Os que não estão ocupados ou desempregados são considerados na População Não Economicamente Ativa, que abrange estudantes, donas de casa, aposentados, os que vivem de renda ou que não trabalham nem procuram uma atividade remunerada (em geral jovens que se encontram excluídos tanto do mercado de trabalho como da escola).

Vê-se pela Tabela 14 que a taxa de atividade, ou de participação da população economicamente ativa na População em Idade Ativa, é maior na pesquisa de 2012 que nas anteriores. Este resultado, igual a 69,2%, deve-se ao aumento da porcentagem de pessoas ocupadas e não dos desempregados, como seria de se esperar em uma situação de desmobilização de mão de obra como a que estava ocorrendo em outubro de 2012. Os valores para os migrantes antigos e nativos da cidade de Porto Velho são mais expressivos – em termos de participação no total – que para os migrantes recentes. No gráfico a seguir tem-se a distribuição percentual da População Não Economicamente Ativa segundo o status migratório. É interessante notar como a estrutura etária influencia a composição de cada grupo, com os migrantes chegados antes de 2008 – população predominantemente adulta - apresentando pequena porcentagem de estudantes, o contrário do que ocorre com os nativos. Entre os migrantes procedentes do interior do município de Porto Velho predominam as donas de casa e estudantes.

Gráfico 11: Distribuição percentual da População Não Economicamente Ativa segundo o status migratório, Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012



Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, abril e outubro de 2010, outubro de 2011.

Tabela 14: Condição de trabalho e atividade econômica segundo o status migratório, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011

População, status migratório Data da Pesquisa Domiciliar	Condição de trabalho				População Economicamente Ativa E	Taxa de Atividade F=(E/I)*100	População Não Economicamente Ativa G	Taxa de Inatividade H=(G/I)*100	População em Idade Ativa I
	Ocupados	Taxa de Ocupação	Desempregados	Taxa de Desemprego					
	A	B=(A/E)*100	C	D=(C/E)*100					
Migrantes antigos e nativos									
Setembro de 2009	151.004	88,73%	19.175	11,27%	170.179	66,58%	85.432	33,42%	255.611
Outubro de 2010	154.119	90,37%	16.419	9,63%	170.538	66,50%	85.748	33,44%	256.430
Outubro de 2011	152.611	90,54%	15.945	9,46%	168.557	66,91%	83.345	33,09%	251.901
Outubro de 2012	149.380	90,21%	16.207	9,79%	165.587	68,94%	74.597	31,06%	240.184
Migrantes recentes (chegados entre 2008 e 2011)									
Setembro de 2009	8.178	69,46%	3.595	30,53%	11.774	68,98%	5.295	31,02%	17.069
Outubro de 2010	20.633	92,59%	1.652	7,41%	22.284	65,26%	12.005	35,16%	34.146
Outubro de 2011	26.638	86,49%	4.159	13,51%	30.797	64,08%	17.264	35,92%	48.061
Outubro de 2012	30.736	88,75%	3.895	11,25%	34.631	70,37%	14.580	29,63%	49.211
População Total									
Setembro de 2009	159.182	87,49%	22.771	12,51%	181.953	66,73%	90.726	33,27%	272.680
Outubro de 2010	174.751	90,63%	18.071	9,37%	192.822	66,36%	97.753	33,64%	290.575
Outubro de 2011	179.249	89,92%	20.104	10,08%	199.353	66,46%	100.608	33,54%	299.962
Outubro de 2012	180.116	89,96%	20.102	10,04%	200.218	69,19%	89.177	30,81%	289.395

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, abril e outubro de 2010, outubro de 2011.

3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA

Apresentam-se a seguir os dados referentes à População Economicamente Ativa - PEA, que agrega toda a população ocupada sob diversas formas de atividade econômica somada dos desempregados – pessoas que estão a procura de trabalho, na última pesquisa domiciliar, realizada em outubro de 2012, e em algumas tabelas e gráficos trazendo uma perspectiva comparada com as pesquisas anteriores, iniciadas em setembro de 2009. Estes dados permitem contemplar a dinâmica econômica recente da cidade de Porto Velho do ponto de vista do emprego e da renda, trazendo informações detalhadas a respeito do perfil do emprego e das atividades econômicas a partir da informação prestada pelos moradores (o que tem uma vantagem em relação às pesquisas de mercado de trabalho a partir das empresas, por agregar também o trabalho informal) em diálogo com as alterações demográficas do mercado de trabalho na cidade.

Em geral, é visível que ocorre uma desaceleração no mercado de trabalho local no último período observado, entretanto sem que haja um aumento no desemprego – o que indica que vem havendo uma emigração da cidade para outros locais, sendo que a PEA praticamente não aumentou ao longo do último ano coberto pela pesquisa. Há também uma alteração no perfil do emprego, com um crescimento de atividades de maior nível de qualificação e renda, bem como no setor público (que tende a agregar empregos com maiores salários). O comércio e os serviços continuam sendo o carro-chefe do emprego em Porto Velho, com algum nível de adensamento da complexidade do setor terciário indicado pelo aumento dos profissionais das ciências e das artes, o que se relaciona com uma consolidação do papel da cidade como polo regional no sudoeste da Amazônia.

3.1. GRUPOS OCUPACIONAIS

Esta seção tem o objetivo de apresentar os dados da PEA a partir de suas ocupações. A Tabela 15, a seguir, apresenta a evolução dos grupos ocupacionais entre setembro de 2009 e outubro de 2012.

Observa-se que o total da PEA passa de 181.953 para 200.218 ao longo deste período, sendo as principais alterações na composição deste total dentre os grupos ocupacionais retratadas no Gráfico 12. Há um decréscimo significativo nos trabalhadores do comércio e dos serviços entre outubro de 2011 e outubro de 2012, enquanto os trabalhadores da indústria, dos serviços de reparação e manutenção e os profissionais das ciências e das artes crescem ao longo do período. O desemprego, por sua vez, decresce no primeiro intervalo entre outubro de 2009 e outubro de 2010 e, posteriormente, permanece estável na casa das 20 mil pessoas.

Tabela 15: População economicamente ativa, ocupada e desempregada, por grupo ocupacional, Porto Velho, Setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Grupo ocupacional	Setembro/2009						Outubro/2010					
	Ocupados		Desempregados		Total		Ocupados		Desempregados		Total	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Dirigentes do setor público e privado	14.044	8,8	720	3,2	15.410	8,5	15.881	9,1	694	3,8	16.683	8,7
Profissionais das ciências e artes	18.053	11,3	648	2,8	19.669	10,8	16.379	9,4	1.272	7,0	17.699	9,2
Técnicos de nível médio	11.494	7,2	1.234	5,4	12.934	7,1	14.031	8,0	1.012	5,6	15.093	7,8
Trabalhadores de serviços administrativos	18.652	11,7	2.866	12,6	21.419	11,8	25.444	14,6	2.277	12,6	27.761	14,4
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio	59.284	37,2	13.149	57,7	70.098	38,5	60.547	34,6	6.676	36,9	67.176	34,8
Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca	950	0,6	360	1,6	1.197	0,7	1.356	0,8	87	0,5	1.449	0,8
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	24.120	15,2	2.747	12,1	27.219	15,0	24.965	14,3	4.076	22,6	28.871	15,0
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros	6.281	3,9	0	0,0	6.731	3,7	4.477	2,6	1.652	9,1	5.994	3,1
Trabalhadores de reparação e manutenção	5.248	3,3	750	3,3	5.999	3,3	8.933	5,1	0	0,0	9.038	4,7
Ocupações mal especificadas	1.055	0,7	297	1,3	1.278	0,7	2.739	1,6	324	1,8	3.058	1,6
Total da População Economicamente Ativa	159.182	100,0	22.771	100,0	181.953	100,0	174.751	100,0	18.071	100,0	192.822	100,0

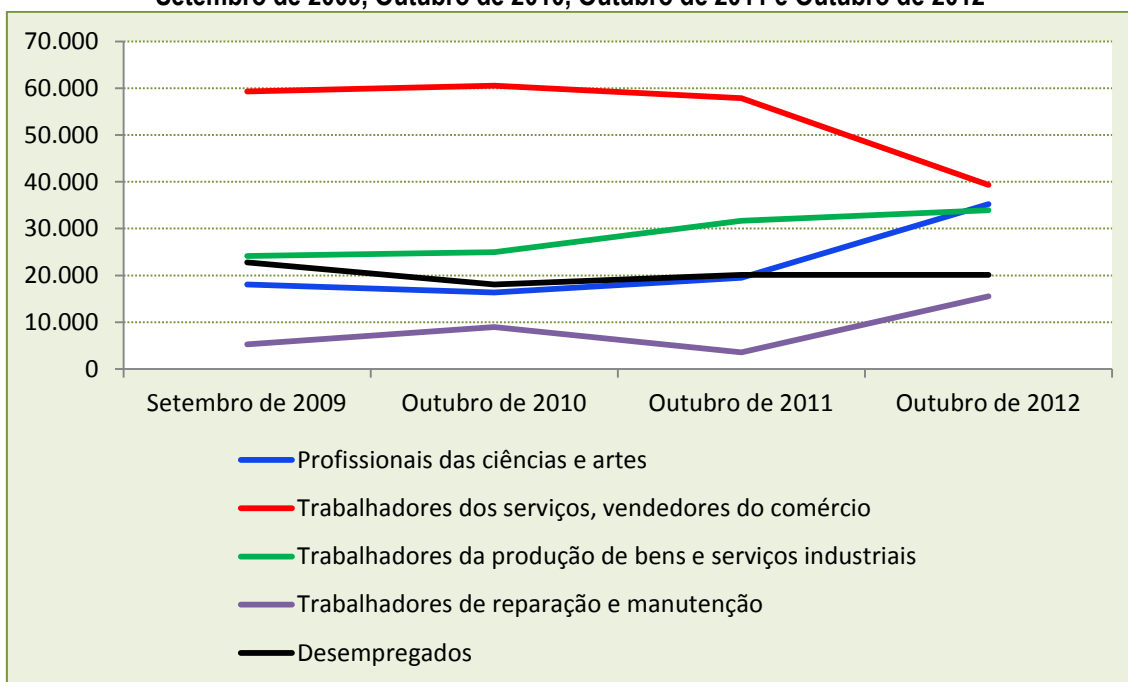
Continua...

Tabela 15: População economicamente ativa, ocupada e desempregada, por grupo ocupacional, Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012 (continuação)

Grupo ocupacional	Outubro/2011						Outubro/2012					
	Ocupados		Desempregados		Total		Ocupados		Desempregados		Total	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Dirigentes do setor público e privado	17.037	9,5	939	4,7	18.027	9,0	13.388	7,43	348	1,73	13.736	6,86
Profissionais das ciências e artes	19.522	10,9	1.221	6,1	20.795	10,4	35.242	19,57	2.059	10,24	37.300	18,63
Técnicos de nível médio	12.403	6,9	1.183	5,9	13.597	6,8	18.127	10,06	1.705	8,48	19.832	9,91
Trabalhadores de serviços administrativos	26.577	14,8	1.388	6,9	28.050	14,1	17.171	9,53	4.166	20,73	21.338	10,66
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio	57.894	32,3	9.124	45,4	66.879	33,5	39.327	21,83	6.622	32,94	45.949	22,95
Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca	1.420	0,8	135	0,7	1.556	0,8	1.893	1,05	0	0,00	1.893	0,95
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	31.647	17,7	4.280	21,3	35.888	18,0	33.904	18,82	3.703	18,42	37.607	18,78
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros	7.182	4,0	457	2,3	7.657	3,8	5.430	3,01	0	0,00	5.430	2,71
Trabalhadores de reparação e manutenção	3.558	2,0	202	1,0	3.771	1,9	15.508	8,61	328	1,63	15.837	7,91
Ocupações mal especificadas	2.008	1,1	1.174	5,8	3.132	1,6	126	0,07	1.170	5,82	1.296	0,65
Total da População Economicamente Ativa	179.249	100,0	20.104	100,0	199.353	100,0	180.116	100,00	20.102	100,00	200.218	100,00

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro 2009, Outubro de 2010, outubro 2011 e outubro de 2012

Gráfico 12: Principais alterações nos grupos ocupacionais da PEA, cidade de Porto Velho, Setembro de 2009, Outubro de 2010, Outubro de 2011 e Outubro de 2012



Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro 2009, Outubro de 2010, outubro 2011 e outubro de 2012

Entre outubro de 2011 e outubro de 2012 há um decréscimo no número de dirigentes do setor público e privado, bem como nos trabalhadores dos serviços administrativos, no comércio e nos serviços, e também na produção de bens e serviços industriais. Crescem os profissionais das ciências e das artes - o que é um indicador muito positivo de adensamento de atividades de maior nível de qualificação e renda, muito provavelmente ligadas ao terciário avançado que cresce na cidade em função do crescimento econômico - bem como os técnicos de nível médio. O maior crescimento observado ocorre dentre os trabalhadores de reparação e manutenção - o que se deve em parte à expansão de técnicos da montagem eletromecânica na construção da UHE Santo Antônio.

A Tabela 16, a seguir, retrata a distribuição da população ocupada entre homens e mulheres, por grupo ocupacional, em termos relativos. Ao longo de todo o período coberto pela pesquisa, observa-se um predomínio dos homens na PEA, com uma pequena oscilação no total da participação de homens e mulheres. Analisando os grupos ocupacionais, observam-se diferenças internas a eles, com destaque para a predominância feminina nas atividades das ciências e das artes - o que é um indicador positivo de participação das mulheres no mercado de trabalho de alto nível de qualificação e renda; este predomínio também ocorre nos serviços administrativos, com uma queda na participação das mulheres ao longo do tempo. Os grupos ocupacionais com predomínio de homens dentre o total oscilam na participação das mulheres, mas mantendo a maioria masculina, e um único grupo ocupacional - do comércio e dos serviços em geral - apresenta um equilíbrio e uma oscilação ao longo do tempo em que a maioria se alterna entre homens e mulheres.

Tabela 16: Distribuição percentual dos grupos ocupacionais da população ocupada por sexo, Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Grupo ocupacional	Setembro/2009		Outubro/2010		Outubro/2011		Outubro/2012	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	56,6%	43,4%	63,3%	36,7%	57,2%	42,8%	60,2%	39,8%
Profissionais das ciências e artes	39,6%	60,4%	42,8%	57,2%	40,5%	59,5%	40,5%	59,5%
Técnicos de nível médio	65,3%	34,7%	62,8%	37,2%	60,6%	39,4%	56,1%	43,9%
Trabalhadores de serviços administrativos	26,6%	73,4%	41,2%	58,8%	38,8%	61,2%	33,8%	66,2%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	49,6%	50,4%	52,1%	47,9%	49,5%	50,5%	51,2%	48,8%
Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca	100,0%	0,0%	80,3%	19,7%	86,1%	13,9%	96,0%	4,0%
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	90,8%	9,2%	91,0%	9,0%	95,0%	5,0%	87,6%	12,4%
Trabalhadores de reparação e manutenção	68,6%	31,4%	77,3%	22,7%	68,9%	31,1%	44,0%	56,0%
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	98,3%	1,7%	86,2%	13,8%	93,0%	7,0%	100,0%	0,0%
Ocupações mal especificadas	45,0%	55,0%	46,6%	53,4%	48,5%	51,5%	100,0%	0,0%
Total	56,0%	44,0%	59,6%	40,4%	58,3%	41,7%	56,8%	43,2%

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

A Tabela 17 traz a distribuição dos grupos ocupacionais por tempo em que os ocupados se encontram na sua atividade atual, somente no momento da última pesquisa, realizada em outubro de 2012. Em primeiro lugar, destaca-se que mais da metade da PEA encontra-se na ocupação atual há três anos ou mais, sendo que os grupos ocupacionais cuja participação interna tem as maiores participações nesta faixa de mais tempo na atividade atual são os dirigentes e membros superiores do poder público e os profissionais das ciências e das artes - indicando uma maior estabilidade dessas atividades de maior nível de qualificação e renda.

Aqueles que estão na atividade atual há menos de um ano representam pouco mais de 25% do total da PEA, sendo que os desempregados são o maior grupo dentre estes, indicando que o desemprego tem sido, em grande medida, de curta duração em Porto Velho. Há uma grande participação também dos trabalhadores do terciário de baixa complexidade (vendedores no comércio, trabalhadores dos serviços etc.). Quanto ao grupo intermediário, daqueles que realizam a mesma atividade há pelo menos um ano e menos de três anos, destacam-se os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais - o que indica a expansão recente deste setor, e o médio prazo de ocupação de seus trabalhadores (como é o caso dos empregados da usina), bem como os trabalhadores dos serviços administrativos, que também constitui uma ocupação de nível médio.

Concluindo esta seção dedicada à análise dos grupos ocupacionais, a Tabela 18 apresenta a sua distribuição de acordo com a faixa de rendimento das pessoas ocupadas em outubro de 2012.

Observa-se que pouco mais da metade do total do pessoal ocupado em outubro de 2012 auferia renda entre um e três salários mínimos, sendo que neste grupo as maiores participações são dos trabalhadores do terciário de baixa complexidade (comércio e serviços), e da produção de bens e serviços industriais - e a maioria dos trabalhadores dos serviços administrativos (analisando-se aquele grupo isoladamente) encontra-se nesta faixa de rendimento.

Aqueles cujo rendimento mensal está acima de três salários mínimos correspondem a pouco mais de 35% do total, sendo que dentre eles, o maior grupo é o dos profissionais das ciências e das artes, sendo que os membros superiores do poder público e dirigentes em geral encontram-se predominantemente nessa categoria, que contempla também uma grande quantidade de trabalhadores da indústria e serviços industriais. O menor grupo é aquele dos trabalhadores cuja renda não chega nem a um salário mínimo, e a maior participação é a dos trabalhadores dos serviços e do comércio - indicando algum nível de informalidade no setor, o que ocorre também dentre os trabalhadores de reparação e manutenção, cuja participação neste grupo também é bastante elevada.

Tabela 17: Distribuição da população economicamente ativa segundo os grupos ocupacionais por tempo na ocupação atual, Porto Velho, outubro de 2012

Grupo ocupacional	Menos de 1 ano		1 a menos de 3 anos		3 anos ou mais		Total	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Membros superiores do poder público, dirigentes, gerentes etc.	1.434	10,71	2.261	16,89	9.693	72,40	13.388	100,00
Profissionais das ciências e das artes	4.277	12,14	6.620	18,79	24.344	69,08	35.242	100,00
Técnicos de nível médio	4.070	22,45	4.367	24,09	9.690	53,46	18.127	100,00
Trabalhadores dos serviços administrativos	3.662	21,32	4.625	26,93	8.885	51,74	17.171	100,00
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	10.762	27,37	8.924	22,69	19.640	49,94	39.327	100,00
Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca	460	24,29	265	14,00	1.168	61,71	1.893	100,00
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	7.831	23,10	8.967	26,45	17.107	50,46	33.904	100,00
Trabalhadores de reparação e manutenção	3.554	22,92	4.234	27,30	7.720	49,78	15.508	100,00
Membros das forças armadas, policiais, bombeiros e militares	502	9,24	394	7,26	4.534	83,50	5.430	100,00
Ocupações mal especificadas	0	0,00	0	0,00	126	100,00	126	100,00
Subtotal	36.551	20,29	40.657	22,57	102.908	57,13	180.116	100,00
Desempregados	14.421	71,74	4.881	24,28	799	3,98	20.102	100,00
Total	50.973	25,46	45.538	22,74	103.707	51,80	200.218	100,00

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, outubro de 2012

Tabela 18: Distribuição dos grupos ocupacionais da população ocupada por faixas de rendimento, Porto Velho, outubro/2012

Grupo ocupacional	Grupos de rendimento do trabalho (em salários mínimos)						Total	
	Até 1		Entre 1 e 3		Mais de 3			
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	1.687	12,60	5.365	40,08	6.336	47,32	13.388	100,00
Profissionais das ciências e artes	1.424	4,04	10.425	29,58	23.393	66,38	35.242	100,00
Técnicos de nível médio	1.985	10,95	9.877	54,49	6.264	34,56	18.127	100,00
Trabalhadores de serviços administrativos	1.517	8,83	12.214	71,13	3.440	20,04	17.171	100,00
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	8.336	21,20	23.625	60,07	7.365	18,73	39.327	100,00
Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca	548	28,96	1.279	67,53	66	3,51	1.893	100,00
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	4.989	14,71	18.910	55,77	10.006	29,51	33.904	100,00
Trabalhadores de reparação e manutenção	5.596	36,08	8.046	51,88	1.867	12,04	15.508	100,00
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	0	0,00	1.116	20,54	4.315	79,46	5.430	100,00
Ocupações mal especificadas	0	0,00	0	0,00	126	100,00	126	100,00
Total	26.082	14,48	90.857	50,44	63.177	35,08	180.116	100,00

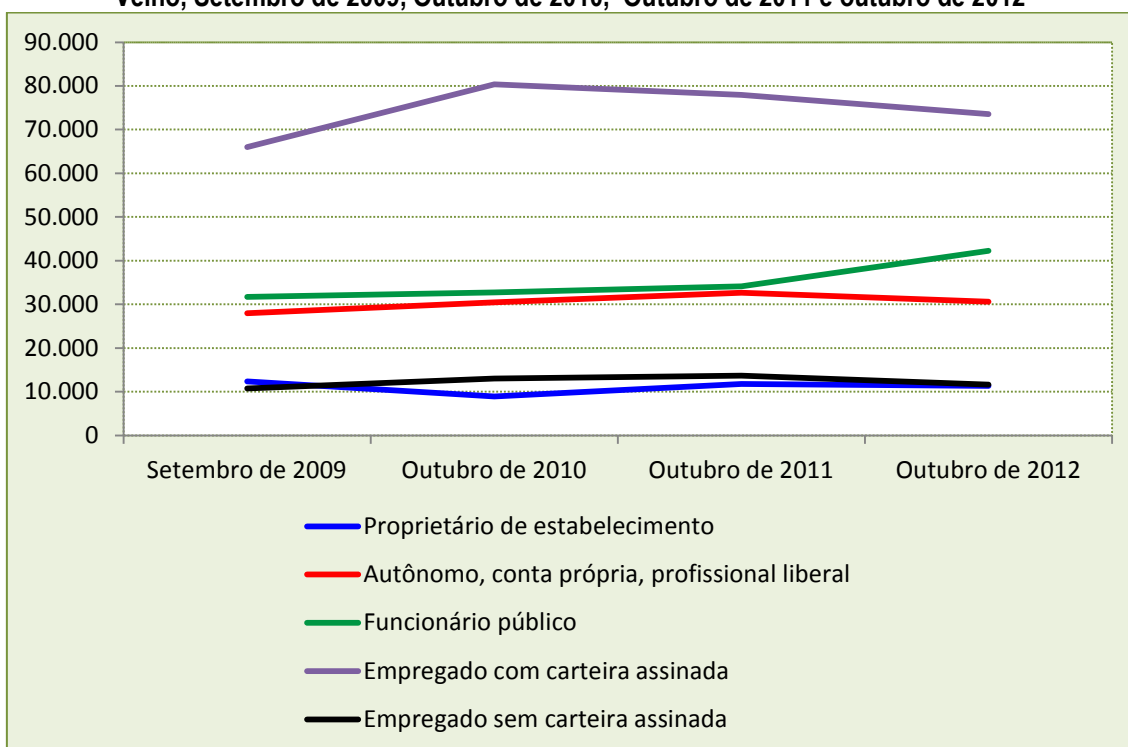
Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, outubro de 2012

3.2. SITUAÇÃO OCUPACIONAL

Os dados expostos nesta seção demonstram a distribuição da população ocupada entre as categorias relativas à situação ocupacional. A primeira tabela a seguir – Tabela 19 - traz a frequência destas categorias, em perspectiva comparada com as pesquisas anteriores. O Gráfico 13 resume as principais alterações observadas ao longo do tempo retratadas de forma mais detalhada na tabela.

Entre setembro de 2009 e outubro de 2010, há um aumento no número de empregados com carteira assinada, que posteriormente decresce em ritmo lento até outubro de 2012, mas mantendo algum crescimento em relação à primeira pesquisa realizada. Há também um crescimento no número de funcionários públicos, de forma um pouco mais intensa entre os anos de 2011 e 2012. As demais categorias de situação ocupacional retratadas no gráfico variam pouco ao longo do intervalo contemplado.

Gráfico 13: Principais alterações nos grupos ocupacionais da população ocupada, cidade de Porto Velho, Setembro de 2009, Outubro de 2010, Outubro de 2011 e outubro de 2012



Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro 2009, Outubro de 2010, outubro 2011 e outubro de 2012

Tabela 19: População economicamente ativa por situação ocupacional, Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011, e outubro de 2012

Situação ocupacional	Setembro/2009		Outubro/2010		Outubro/2011		Outubro/2012	
	Absoluto	Absoluto	%	Absoluto	%	%	Absoluto	%
População ocupada								
Proprietário de estabelecimento	12.345	6,8	8.899	4,6	11.772	5,9	11.372	5,68
Autônomo, conta própria, profissional liberal	27.992	15,4	30.470	15,8	32.694	16,4	30.622	15,29
Funcionário público	31.722	17,4	32.699	17,0	34.108	17,1	42.268	21,11
Empregado com carteira assinada	66.038	36,3	80.361	41,7	77.924	39,1	73.582	36,75
Empregado sem carteira assinada	10.730	5,9	13.041	6,8	13.713	6,9	11.605	5,80
Diarista (recebe o dia trabalhado)	6.315	3,5	3.709	1,9	4.855	2,4	3.487	1,74
Faz bico, biscates (free-lancer)	2.291	1,3	4.057	2,1	2.835	1,4	4.870	2,43
Estagiário	1.313	0,7	1.352	0,7	1.006	0,5	1.868	0,93
Contrato de trabalho	436	0,2	164	0,1	343	0,2	442	0,22
Total da população ocupada	159.182	87,5	174.751	90,6	179.249	89,9	180.116	89,96
Desempregados	22.771	12,5	18.071	9,4	20.104	10,1	20.102	10,04
Total da População Economicamente Ativa	181.953	100,0	192.822	100,0	199.353	100,0	200.218	100,00

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

A Tabela 20 traz a distribuição da situação ocupacional apresentada de acordo com o sexo, e sua evolução ao longo das diversas pesquisas domiciliares realizadas.

Dentre os proprietários de estabelecimentos, há uma pequena oscilação ao longo do período, mas não se altera o quadro de forte predominância dos homens, padrão que ocorre também em relação aos autônomos, aos que trabalham fazendo bicos e em menor grau dentre os empregados com carteira assinada e aqueles que trabalham no regime de contrato de trabalho. Os funcionários públicos oscilam ao longo do tempo, com um equilíbrio entre homens e mulheres no total.

A distribuição da situação ocupacional de acordo com os grupos de rendimento do trabalho em outubro de 2012 é apresentada na Tabela 21.

Destaca-se a predominância dos proprietários de estabelecimentos, autônomos, profissionais liberais e funcionários públicos na faixa de maior renda; os empregados com carteira assinada no grupo que auferem entre um e três salários mínimos e a grande participação, dentre aqueles que trabalham através de contratos ou que trabalham como biscoiteiros também no grupo de rendimentos mensais de até um salário mínimo indicando um alto nível de precariedade das pessoas nesta situação ocupacional.

Tabela 20: Distribuição percentual da situação ocupacional por sexo, Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Situação ocupacional	Setembro/2009		Outubro/2010		Outubro/2011		Outubro/2012	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
População ocupada								
Proprietário de estabelecimento	67,80%	32,20%	72,70%	27,30%	63,30%	36,70%	63,17%	36,83%
Autônomo, conta própria, profissional liberal	69,00%	31,00%	67,70%	32,30%	66,80%	33,20%	69,32%	30,68%
Funcionário público	46,00%	54,00%	52,70%	47,30%	47,00%	53,00%	51,71%	48,29%
Empregado com carteira assinada	61,30%	38,70%	61,90%	38,10%	60,10%	39,90%	55,40%	44,60%
Empregado sem carteira assinada	59,50%	40,50%	36,60%	63,40%	54,20%	45,80%	49,29%	50,71%
Diarista	16,10%	83,90%	48,00%	52,00%	62,70%	37,30%	22,17%	77,83%
Faz bico, biscates	78,90%	21,10%	74,60%	25,40%	76,20%	23,80%	86,57%	13,43%
Estagiário	54,80%	45,20%	26,60%	73,40%	28,20%	71,80%	22,25%	77,75%
Membro não remunerado da família	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	28,00%	72,00%	40,95%	59,05%
Contrato de trabalho	56,00%	44,00%	59,60%	40,40%	58,40%	41,60%	56,82%	43,18%
Total	67,80%	32,20%	72,70%	27,30%	63,30%	36,70%	63,17%	36,83%

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Tabela 21: Distribuição da população ocupada segundo os grupos ocupacionais por faixas de rendimento, Porto Velho, outubro/2012

Situação ocupacional	Grupos de rendimento do trabalho						Total	
	Até 1 salário mínimo		Entre 1 e 3 salários mínimos		Mais de 3 salários mínimos			
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Proprietário de estabelecimento	1.270	11,2	5.641	49,6	4.461	39,2	11.372	100,0
Autônomo, conta própria, profissional liberal	6.147	20,1	13.364	43,6	11.112	36,3	30.623	100,0
Funcionário público	209	0,5	14.916	35,3	27.143	64,2	42.268	100,0
Empregado com carteira assinada	9.490	12,9	45.805	62,3	18.286	24,9	73.582	100,0
Empregado sem carteira assinada	4.470	38,5	5.473	47,2	1.662	14,3	11.605	100,0
Diarista (recebe o dia trabalhado)	1.144	32,8	2.343	67,2	0	0,0	3.487	100,0
Faz bico, biscates (free-lancer)	2.434	50,0	2.052	42,1	384	7,9	4.870	100,0
Estagiário	627	33,6	1.111	59,5	130	7,0	1.868	100,0
Contrato de trabalho	291	65,8	151	34,2	0	0,0	442	100,0
Total	26.082	14,5	90.857	50,4	63.177	35,1	180.116	100,0

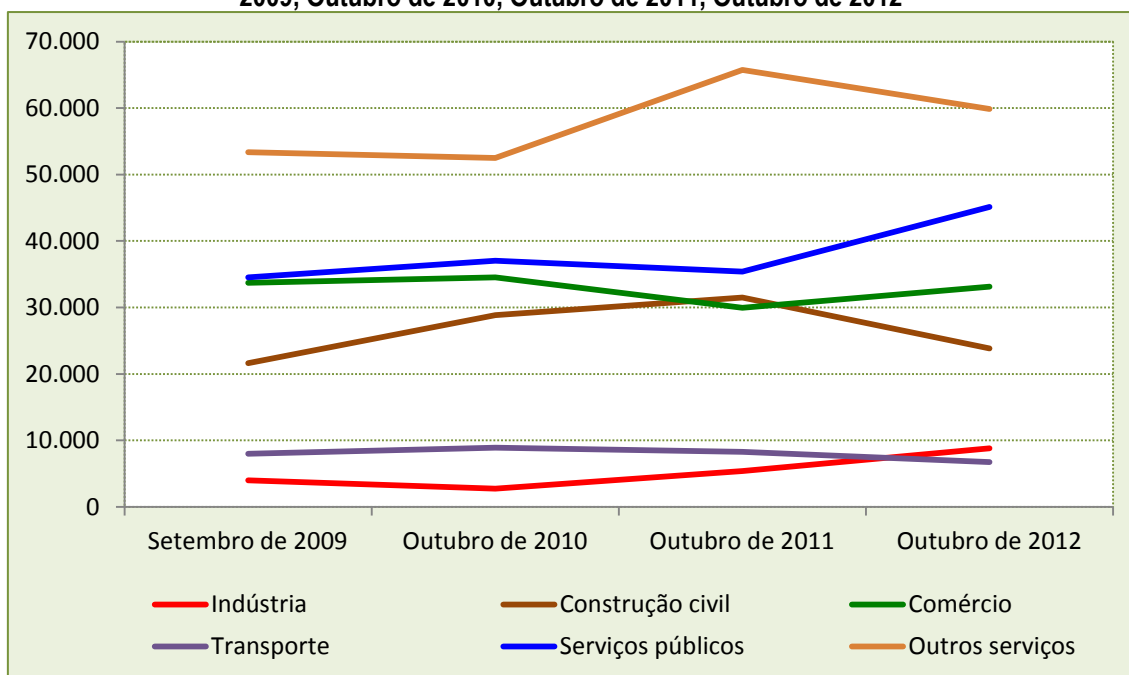
Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, outubro 2012

3.3. SETOR DE ATIVIDADE

A Tabela 22, a seguir, traz os dados referentes à população ocupada distribuída segundo os setores de atividade econômica, entre setembro de 2009 e outubro de 2012. O gráfico abaixo apresenta as principais alterações observadas ao longo deste período.

Os serviços são os maiores empregadores da cidade, apresentando um crescimento significativo entre 2010 e 2011 e declinando um pouco em 2012; são seguidos pelo setor público, que cresce ao longo do último ano observado, mais do que compensando o declínio dos serviços; o comércio é o terceiro maior empregador, apresentando leves oscilações ao longo do período; a construção civil, que se expande entre 2009 e 2011 e depois entra em declínio quase até o nível observado em 2009 encontra-se em terceiro lugar; e a indústria apresenta uma expansão importante entre 2010 e 2012, mas permanece num patamar bem mais baixo.

Gráfico 14: Principais alterações nos setores de atividade da população ocupada, Setembro de 2009, Outubro de 2010, Outubro de 2011, Outubro de 2012



Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Tabela 22: População ocupada por setor de atividade, Porto Velho, Setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Setor de atividade	Setembro/2009		Outubro/2010		Outubro/2011		Outubro/2012	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Agropecuária e pesca	1.194	0,75	4.174	2,39	1.494	0,83	1.296	0,72
Indústria	4.008	2,52	2.737	1,57	5.382	3,00	8.796	4,88
Construção civil	21.651	13,60	28.827	16,50	31.487	17,57	23.846	13,24
Comércio	33.710	21,18	34.519	19,75	29.950	16,71	33.152	18,41
Transporte	7.991	5,02	8.930	5,11	8.309	4,64	6.731	3,74
Serviços públicos	34.534	21,69	37.027	21,19	35.378	19,74	45.133	25,06
Outros serviços	53.354	33,52	52.490	30,04	65.734	36,67	59.873	33,24
Outras atividades	2.738	1,72	6.046	3,46	1.515	0,85	1.289	0,72
Total	159.182	100,00	174.751	100,00	179.249	100,00	180.116	100,00

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro/2009, outubro/2010, outubro/2011 e outubro/2012

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos setores de atividade segundo o sexo da população ocupada. A forte predominância dos homens na construção civil cai um pouco ao longo do período, o que ocorre em menor grau na indústria; o comércio deixa de ter uma maioria feminina em 2009, passando para uma maior parcela de homens em 2012, e o mesmo padrão se repete, em menor grau, com os funcionários públicos.

Tabela 23: Distribuição percentual da população ocupada segundo os setores de atividade por sexo, Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Setor de atividade	Setembro/2009		Outubro/2010		Outubro/2011		Outubro/2012	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Agropecuária e pesca	88,9%	11,1%	91,%	8,3%	77,9%	22,1%	94,2%	5,8%
Indústria	68,4%	31,6%	44,%	55,2%	72,0%	28,0%	64,1%	35,9%
Construção civil	94,2%	5,8%	90,%	9,5%	93,0%	7,0%	84,4%	15,6%
Comércio	48,6%	51,4%	50,%	49,3%	51,6%	48,4%	56,8%	43,2%
Serviços públicos	47,7%	52,3%	49,%	50,2%	92,9%	7,1%	50,2%	49,8%
Serviços de transporte	95,3%	4,7%	97,%	2,7%	46,6%	53,4%	88,9%	11,1%
Outros serviços	58,9%	41,2%	50,%	49,1%	55,9%	44,1%	45,6%	54,4%
Outras atividades	54,1%	45,9%	71,%	28,6%	100,0%	0,0%	43,9%	56,1%
Total	56,0%	44,0%	59,%	40,4%	58,3%	41,0%	56,8%	43,2%

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro/2009, outubro/2010, outubro/2011 e outubro/2012

A distribuição dos setores segundo os grupos de rendimento na última pesquisa é apresentada a seguir. Destaca-se a grande participação dos empregados do comércio no grupo de rendimento abaixo de um salário mínimo (indicando uma alta informalidade ainda existente no setor); com exceção dos funcionários públicos (cujas maioria pertence ao grupo que auferem mais de três salários mínimos), todos os setores de atividade têm a maioria de sua população ocupada no grupo de rendimento entre um e três salários mínimos, com destaque para o comércio e os serviços.

Tabela 24: Distribuição da população ocupada segundo os setores de atividade por faixas de rendimento, Porto Velho, outubro de 2012

Setor de atividade	Grupos de rendimento do trabalho (em salários mínimos)						Total	
	Até 1		1 a 3		Mais de 3			
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Agropecuária e pesca	434	33,5	787	60,7	75	5,8	1.296	100,0
Indústria	1.391	15,8	3.719	42,3	3.686	41,9	8.795	100,0
Construção civil	3.055	12,8	12.656	53,1	8.135	34,1	23.846	100,0
Comércio	7.078	21,3	19.883	60,0	6.192	18,7	33.153	100,0
Serviços de transporte	522	7,8	4.320	64,2	1.889	28,1	6.731	100,0
Serviços públicos	1.338	3,0	16.481	36,5	27.313	60,5	45.133	100,0
Outros serviços	11.806	19,7	32.506	54,3	15.560	26,0	59.873	100,0
Outro setor	458	35,5	504	39,1	327	25,4	1.289	100,0
Total	26.082	14,5	90.857	50,4	63.177	35,1	180.116	100,0

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro/2009, outubro/2010, outubro/2011 e outubro/2012

3.4. OUTROS INDICADORES

Este item apresenta diversos cruzamentos entre as variáveis secundárias analisadas acima, no que diz respeito à População Economicamente Ativa, quais sejam: sexo, nível de rendimento e tempo na ocupação atual.

De início, apresentam-se algumas frequências simples, comparando resultados com as pesquisas anteriores, começando pela distribuição da população ocupada e dos desempregados segundo o sexo. Há um pequeno aumento na participação das mulheres no total da população ocupada, e uma diminuição da sua participação dentro o total de desempregados, que cai também em número absoluto ao longo do período observado.

Tabela 25: População ocupada e desempregada por sexo, Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Sexo	Setembro/2009		Outubro/2010		Outubro/2011		Outubro/2012	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
População ocupada								
Homens	92.485	58,1	104.076	59,6	104.591	58,3	102.334	56,8
Mulheres	66.697	41,9	70.675	40,4	74.658	41,7	77.782	43,2
Total	159.182	100,0	174.751	100,0	179.249	100,0	180.116	100,0
População desempregada								
Homens	9.384	41,2	7.745	42,9	9.870	49,1	8.880	44,2
Mulheres	13.387	58,8	10.326	57,1	10.234	50,9	11.221	55,8
Total	22.771	100,0	18.071	100,0	20.104	100,0	20.102	100,0

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro/2009, outubro/2010, outubro/2011 e outubro/2012

A tabela a seguir apresenta a população ocupada segundo os grupos de rendimento médio mensal em todas as pesquisas realizadas até o momento. Há uma grande diminuição na participação do grupo que auferir até um salário mínimo, com um crescimento na participação dos demais grupos, que ocorre em maior grau na faixa acima de três salários mínimos.

Tabela 26: População ocupada por grupo de rendimento médio mensal, Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Grupo de rendimento	Setembro/2009		Outubro/2010		Outubro/2011		Outubro/2012	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Até 1 salário mínimo	41.642	26,2	16.951	9,7	27.594	15,4	26.082	14,5
Mais de 1 a 3 salários mínimos	75.424	47,4	115.466	66,1	96.629	53,9	90.857	50,4
Mais de 3 salários mínimos	42.116	26,5	42.334	24,2	55.026	30,7	63.177	35,1
Total	159.182	100,0	174.751	100,0	179.249	100,0	180.116	100,0

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro/2009, outubro/2010, outubro/2011 e outubro/2012

A distribuição da população ocupada segundo o tempo na atividade atual é apresentada abaixo, apresentando pequenas alterações ao longo do tempo, indicador que, em conjunto com o crescimento do emprego ao longo do tempo, indica que há uma rotatividade alta no mercado de trabalho local. No entanto, verifica-se uma queda significativa na proporção daqueles que estão na mesma atividade há menos de um ano entre as duas últimas pesquisas – o que demonstra alguma estabilidade em relação aos períodos anteriormente pesquisados.

Tabela 27: População ocupada por tempo na atividade atual, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Tempo na atividade	Setembro/2009		Outubro/2010		Outubro/2011		Outubro/2012	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Menos de 1 ano	33.986	21,4	42.091	24,1	48.595	27,1	36.551	20,3
Entre 1 e 3 anos	37.658	23,7	46.151	26,4	41.884	23,4	40.657	22,6
3 anos e mais	87.538	55,0	86.508	49,5	88.770	49,5	102.908	57,1
Total	159.182	100,0	174.751	100,0	179.249	100,0	180.116	100,0

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro/2009, outubro/2010, outubro/2011 e outubro/2012

Por último, apresentam-se cruzamentos entre as variáveis consideradas, ou seja, sexo, tempo na atividade atual e rendimento auferido. O primeiro cruzamento, apresentado na tabela abaixo, é entre o sexo e o tempo na atividade atual, com a participação horizontal (proporção de cada grupo de tempo na atividade atual no total de homens e mulheres), não havendo grandes diferenças entre homens e mulheres, apenas uma pequena predominância dos homens dentre aqueles que se encontram há mais tempo na mesma atividade.

Tabela 28: Distribuição da população ocupada por tempo na atividade atual - Porto Velho, outubro de 2012

Sexo	Tempo na atividade atual						Total	
	Menos de 1 ano		Entre 1 e 3 anos		3 anos ou mais			
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Homens	20.958	57,34	21.526	52,95	59.849	58,16	102.334	56,82
Mulheres	15.593	42,66	19.131	47,05	43.059	41,84	77.782	43,18
Total	36.551	100,00	40.657	100,00	102.908	100,00	180.116	100,00

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar.

A distribuição segundo o sexo e as faixas de rendimento é apresentada na tabela a seguir, revelando que a quantidade de homens na faixa de mais de três salários mínimos é quase o dobro do número de mulheres, com uma participação relativa mais de 10% maior, enquanto as mulheres são maioria relativa nas categorias de menor renda.

Tabela 29: Distribuição da população ocupada por sexo e faixas de rendimento, Porto Velho, outubro de 2012

Sexo	Faixas de rendimento (em salários mínimos)						Total	
	Até 1		Mais de 1 a 3		Mais de 3			
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Homens	13.637	13,3	48.118	47,0	40.579	39,7	102.334	100,0
Mulheres	12.445	16,0	42.739	54,9	22.598	29,1	77.782	100,0
Total	26.082	14,5	90.857	50,4	63.177	35,1	180.116	100,0

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, 2012

Quanto ao cruzamento entre níveis de rendimento e tempo na atividade atual, observa-se que aqueles que auferem rendas maiores se encontram há mais tempo no atual emprego e vice-versa (demonstrando que a mais alta rotatividade se relaciona aos trabalhadores de baixos rendimentos).

Tabela 30: Distribuição da população ocupada por tempo na atividade atual e faixas de rendimento, Porto Velho, outubro de 2012

Tempo na atividade atual	Faixas de rendimento (em salários mínimos)							
	Até 1		De 1 a 3		Mais de 3		Total	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Menos de 1 ano	8.294	22,7	23.842	65,2	4.416	12,1	36.552	100,0
Entre 1 e 3 anos	5.774	14,2	24.717	60,8	10.166	25,0	40.657	100,0
3 anos ou mais	12.014	11,7	42.297	41,1	48.596	47,2	102.908	100,0
Total	26.082	14,5	90.857	50,4	63.177	35,1	180.116	100,0

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, 2012

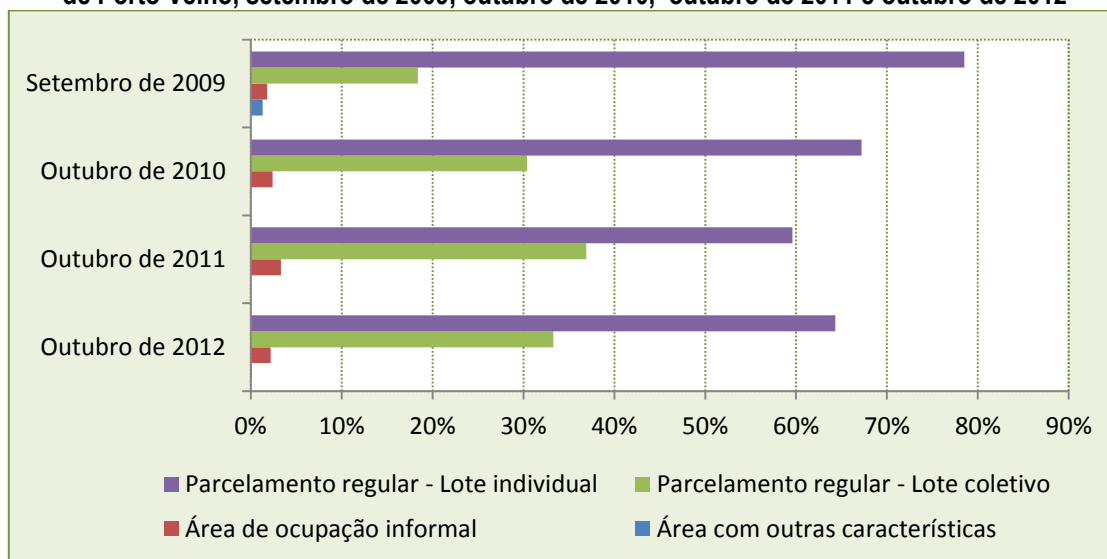
4. HABITAÇÃO

Neste documento são analisadas as informações relativas ao tema da habitação, obtidas na quinta pesquisa domiciliar realizada na cidade de Porto Velho, e tem como objetivo principal avaliar consequências dos movimentos migratórios decorrentes da implantação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio sobre o processo de expansão urbana e acesso à moradia na cidade de Porto Velho.

1.1. CARACTERÍSTICAS DAS OCUPAÇÕES E DO SÍTIO

De acordo com a última pesquisa realizada, a ocupação via parcelamentos regulares com lotes individuais teve um ligeiro aumento percentual comparativamente à pesquisa de 2011, em detrimento do parcelamento na modalidade de lotes coletivos e ocupações informais. De qualquer modo, prevalece como característica da cidade um percentual elevado de condomínios residenciais, revelados pelos percentuais acima de 30% de lotes coletivos, enquanto as moradias em ocupações informais giram em torno de 2 a 3%, registrando-se a queda de um ponto percentual entre a pesquisa de 2011 e a de 2012.

Gráfico 15: Distribuição percentual dos domicílios segundo as características da ocupação, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

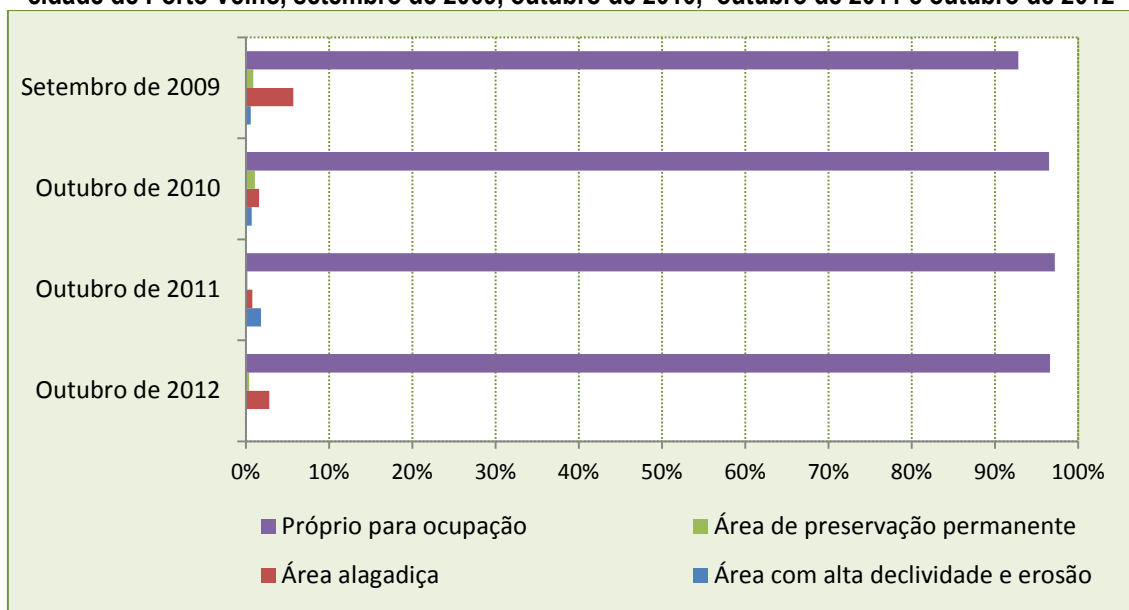


Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral, setembro 2009, outubro de 2010, 2011 e 2012

Os dados sobre as características do sítio ocupado pela moradia mostram uma queda mais acentuada do percentual de ocupação em locais adequados, junto a um aumento significativo da ocupação em áreas alagadiças. Os percentuais de ocupação em Áreas de Preservação Permanente e em lotes impróprios em função de declividade e erosão praticamente se mantiveram, mostrando queda pouco expressiva. A característica do sítio, como variável diretamente associada à localização do setor pesquisado, está sujeita a maior variação dos

resultados e, portanto, deve ser vista com ressalvas. É importante salientar, contudo, a existência de percentual relevante de ocupações em áreas impróprias, associadas a risco permanente, o que deve orientar políticas públicas voltadas para a eliminação das mesmas.

Gráfico 16: Distribuição percentual dos domicílios segundo as características do sítio urbano, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012



Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral, setembro 2009, outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012

1.2. TEMPO DE RESIDÊNCIA NO BAIRRO E NA MORADIA ATUAL

Quanto ao tempo de residência do pesquisado no bairro, a despeito do maior percentual de pessoas que residem há mais de 10 anos no local, é grande o percentual daquelas com até dois anos de moradia, revelando uma atração de população ainda significativa.

Tabela 31: Distribuição percentual das famílias segundo o tempo de residência no bairro, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Tempo de residência	Set/2009	Out/2010	Out/2011	Out/2012
Até dois anos	16,5	21,7	25,6	25,3
Mais de 2 a 5 anos	14,3	12,3	12,5	12,5
Mais de 5 a 10 anos	13,2	16,1	14,9	15,0
Mais de 10 anos	56,1	49,8	47,0	47,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral, setembro 2009, outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012

Considerando o tempo de residência na moradia, a maior parte também reside há mais de dez anos. Porém os percentuais daqueles com menos de cinco anos são elevados.

Tabela 32: Distribuição percentual das famílias segundo o tempo de residência na moradia, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

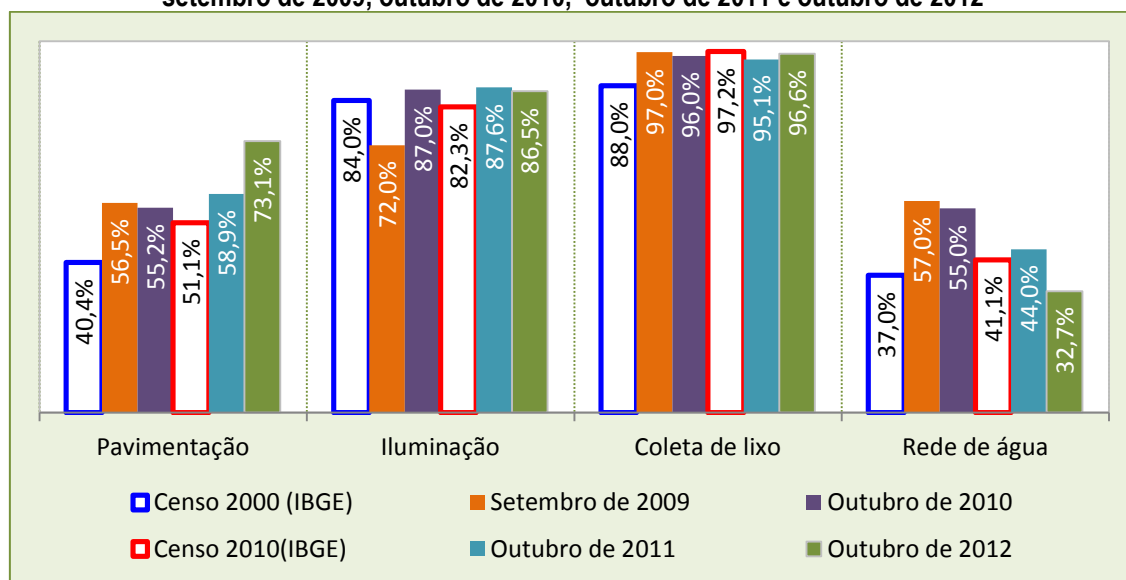
Tempo de residência	Set/2009	Out/2010	Out/2011	Out/2012
2 anos ou menos	22,9	26,7	37,4	30,0
Mais de 2 a 5 anos	16,2	14,5	18,5	14,5
Mais de 5 a 10 anos	15,4	17,3	17,0	18,2
Mais de 10 anos	45,6	41,5	27,1	37,2
Total	100,0	100,0	100	100

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral, setembro 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

1.3. ATENDIMENTO DOS DOMICÍLIOS POR INFRAESTRUTURA

Em termos do atendimento das moradias por infraestrutura de serviços públicos, o mais preocupante é a questão do abastecimento de água, cujo atendimento por rede pública, que já se mostrava insuficiente e em ligeira queda desde a segunda pesquisa, continuou sofrendo queda. Como já dito em relatórios anteriores, embora essencial, o fornecimento de água por rede pública é talvez negligenciado pelo setor público dado a facilidade de sua obtenção individual, mediante a perfuração dos poços amazônicos, os quais com pouca profundidade já atingem o lençol freático, bastante raso na região.

Gráfico X: Percentagem dos domicílios atendidos por infraestrutura, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010, Resultados do Universo
Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, set/2009, out/2010, out/2011 e out/2012.

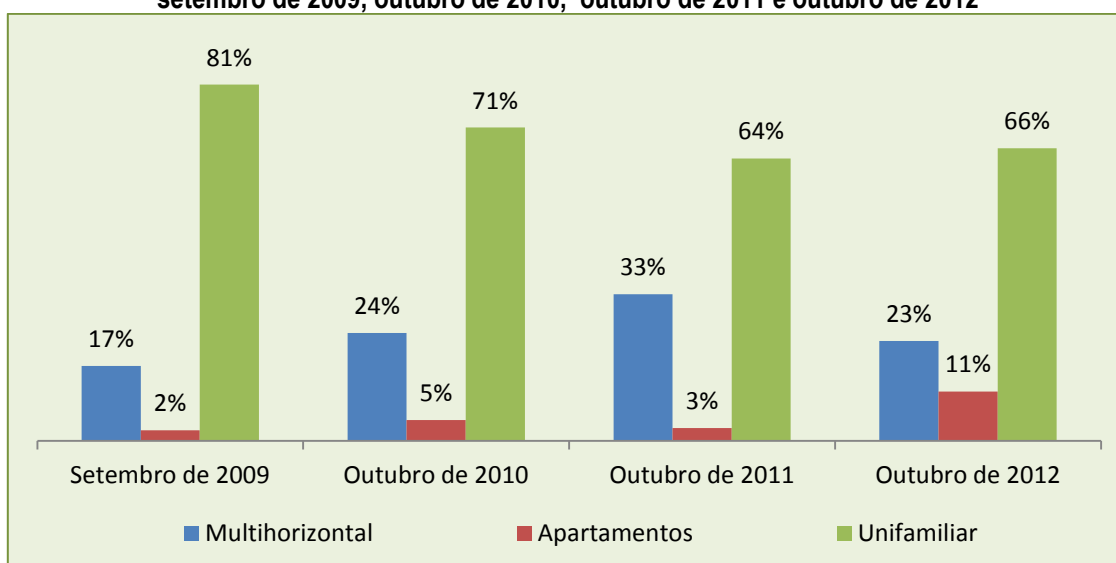
Dentre os demais itens pesquisados, a pavimentação foi o que mais se destacou, com o aumento de mais de 14 pontos percentuais no índice de atendimento, que passou de 58,9% para 73,2%.

Os índices de atendimento por coleta domiciliar do lixo e iluminação permanecem estáveis em patamares próximos de 97% e 87%, respectivamente. Tendo em vista a importância da iluminação considera-se alto o índice de 13% de residências sem o serviço. Sobre o esgotamento sanitário, os dados mostram uma evolução para melhor, com o aumento de moradias servidas por rede pública (de 8,5% para 16,4% do total de domicílios) e por fossa séptica (de 14% para 57,7%). Quanto à fossa séptica, valem as ressalvas já feitas em relatórios anteriores, quanto às dificuldades dos entrevistados em distinguir o tipo de fossa, que pode ser séptica, considerado um tipo de esgotamento, a princípio, adequado, ou negra, considerado bastante inadequado, em especial pelas características do sítio da cidade, onde o lençol freático é em geral raso, somadas ao adensamento da cidade. Apesar da melhoria observada, o percentual de domicílios com fossa negra ainda configura um problema a ser enfrentado. O percentual de domicílios sem instalação sanitária mais uma vez teve ligeira redução, passando de 0,7%, para 0,5%.

1.4. TIPOLOGIA DAS MORADIAS

Os dados sobre a tipologia das moradias mostram o crescimento do tipo vertical – apartamentos. Assim como comentado para a caracterização do sítio, variáveis diretamente relacionadas à localização da moradia são sujeitas a alguma distorção em função da amostra sorteada. Entretanto, é de fato visível na cidade o crescimento dos edifícios de apartamento, assim como a presença marcante dos condomínios horizontais, que apesar de terem sofrido queda na participação na última pesquisa, ainda são significativos.

Gráfico 17: Distribuição percentual das moradias segundo sua tipologia, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012



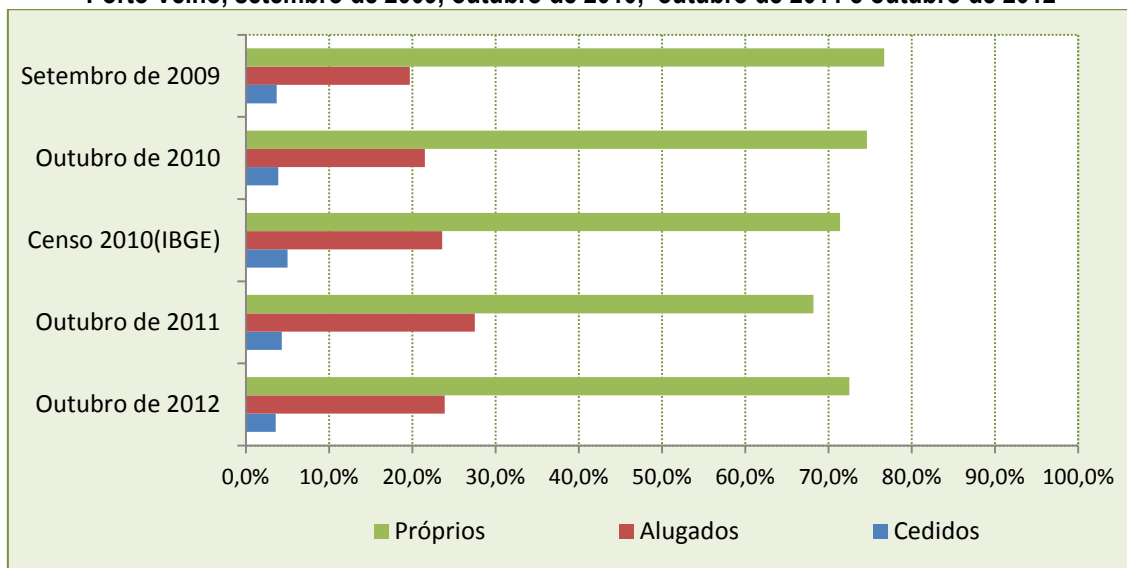
Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral, setembro 2009, outubro de 2010, de 2011 e de 2012

4.1. CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DAS MORADIAS

Analisando a série de dados sobre a condição de ocupação das moradias, na pesquisa anterior levantaram-se algumas hipóteses para explicar o aumento dos aluguéis e retração dos domicílios próprios, entre as quais, a existência de um grande contingente de trabalhadores que não planejam permanecer na cidade por um longo prazo, e o investimento no setor, como consequência do aumento da renda e da disponibilidade de crédito, frente a uma grande expectativa de aumento da demanda.

Na pesquisa atual, os dados mostram a redução da participação dos aluguéis, o que tanto pode estar associado à maior capacidade de aquisição da casa própria como resultado dos programas do governo federal, em especial o Minha Casa Minha Vida, como pode estar associado à desmobilização do trabalho na Usina de Santo Antônio, estando parte dos trabalhadores já dispensados, muitos dos quais poderiam estar residindo na cidade em imóveis alugados. Entretanto, tal hipótese somente poderia ser confirmada com pesquisa específica, que poderia também investigar possíveis consequências desse fato. De qualquer modo, o percentual de 23,9% de imóveis alugados é ainda superior à média brasileira¹ e certamente decorre de especificidades não reveladas pelos dados (na cidade de Porto Velho esta percentagem, em 2010, segundo o Censo Demográfico do IBGE, foi de 23,6%).

Gráfico 18: Distribuição percentual dos domicílios segundo a condição de ocupação, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, Resultados do Universo
Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral, setembro 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012.

¹ Percentual de domicílios alugados em áreas urbanas no Brasil 20,9%

5. DÉFICIT HABITACIONAL E INADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS

A estimativa do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios na cidade de Porto Velho, como nos demais relatórios de monitoramento, segue a metodologia desenvolvida pela Fundação João Pinheiro, que vem sendo aprimorada desde a primeira versão, publicada em 1995, até a última, baseada em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2007, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

1.5. DÉFICIT HABITACIONAL

Assim como nas pesquisas anteriores, os resultados desta quinta pesquisa domiciliar foram trabalhados em consonância com a evolução metodológica do conceito de déficit habitacional ligado diretamente às deficiências de estoque de moradias, e definido como “déficit por reposição de estoque” e “déficit por incremento de estoque”. O primeiro referindo-se aos domicílios rústicos, definidos como *aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, o que resulta em desconforto e risco de contaminação por doenças, em decorrência das suas condições de insalubridade*. Já no segundo grupo incluem-se os domicílios improvisados, parte da coabitação familiar, os domicílios alugados em que se identifica ônus excessivo com os custos do aluguel e os domicílios alugados e cedidos com adensamento excessivo.

Os domicílios rústicos, ou seja, aqueles em que as paredes não são de alvenaria ou madeira aparelhada, que na pesquisa anterior haviam apresentado aumento relativo ao total de domicílios, nesta última pesquisa voltou a apresentar redução relativa ao total de domicílios pesquisados, com 0,44% dos domicílios na cidade de Porto Velho. Em relação ao montante do déficit encontrado, esses passaram de 3,3% na pesquisa de 2010 para 5,2% na de 2011 e para 3,0% na atual (2012).

O ônus excessivo com aluguel é definido pelo número de famílias com renda familiar de até três salários mínimos que moram em casas ou apartamentos (domicílios duráveis) e que despendem 30% ou mais da renda com o aluguel. Anteriormente considerados como inadequação, esses casos passaram a ser incorporados ao déficit habitacional, segundo metodologia da Fundação João Pinheiro, diante da argumentação de que para famílias de baixa renda o aluguel não é uma opção, como pode ser para camadas da população com maior poder aquisitivo. Na pesquisa de 2011, foram identificados 8.766 domicílios caracterizados em situação de déficit habitacional em função do ônus excessivo com aluguel. O aumento considerável em relação à pesquisa anterior, de 2010, foi relacionado à alta generalizada dos preços dos imóveis em todo o país, tanto para compra e venda quanto para aluguel, resultante do aquecimento da economia e do aumento do crédito, sem o aumento correspondente dos salários. Nesta última pesquisa, de 2012, o montante novamente caiu, para 6.936 domicílios, demonstrando possivelmente uma redução da demanda.

O cálculo do déficit correspondente à coabitação familiar foi feito adotando-se o mesmo procedimento das pesquisas anteriores². O montante obtido de 6.389 famílias demonstra uma redução progressiva desse item do déficit, que nas pesquisas anteriores eram de 10.016 e 8.375 famílias conviventes respectivamente em 2010 e em 2011.

Somam-se também ao déficit habitacional as famílias residentes em casas de cômodo, uma vez que, conforme justificado na metodologia da Fundação João Pinheiro, *esse tipo de moradia mascara a situação real de coabitação*. Segundo definição do IBGE, *são casas de cômodo os domicílios particulares compostos por um ou mais aposentos localizados em casa de cômodo, cortiço, cabeça-de-porco etc.* Para melhor caracterização destas, foi adotado o seguinte critério de identificação: edificações multifamiliares horizontais com mais de três unidades de moradia e, no máximo, dois cômodos. Nesses casos os domicílios assim constituídos, com um ou dois cômodos e, portanto, sem condições adequadas de moradia, não podem ser ampliados e adequados, constituindo, então, déficit. Como mostra a tabela a seguir, as casas de cômodo tiveram redução significativa na pesquisa atual. Como se trata de variável diretamente associada ao local da pesquisa ou da amostra, esta é mais sujeita a variações. Por outro lado, todas as demais variáveis pesquisadas mostram a melhoria das condições de moradia, sendo de fato plausível que tenham ocorrido investimentos e ampliações no número de cômodos nas moradias, critério que é utilizado para a definição das casas de cômodo.

Outro critério, o adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados e cedidos, definido como a situação de mais de três moradores por dormitório, passou a ser considerado déficit habitacional a partir do último ajuste metodológico adotado pela Fundação João Pinheiro. A justificativa é que sem a propriedade do imóvel a família não pode ampliar a edificação, caracterizando a necessidade de uma nova moradia. Em Porto Velho, 1.793 domicílios alugados ou cedidos convivem com o adensamento excessivo, dos quais 832 também têm ônus excessivo com aluguel. Comparando com a pesquisa anterior, verifica-se uma redução que se reflete tanto no percentual em relação ao total do déficit (de 1,1%) quanto em relação ao total de domicílios (de 1,7%).

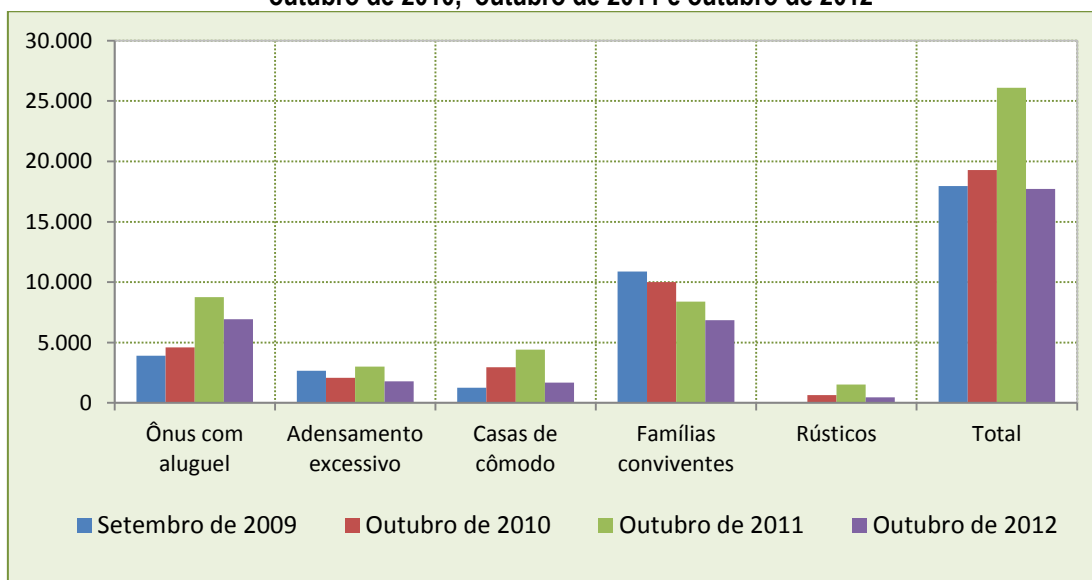
Um último critério de déficit mencionado na metodologia da Fundação João Pinheiro refere-se a uma parcela de domicílios que em função de depreciação avançada necessita de substituição. Contudo, alega-se ausência de informações suficientes para tal identificação, o que também pode ser considerado no âmbito das pesquisas domiciliares realizadas no contexto deste

²De acordo com a metodologia da Fundação João Pinheiro, a partir da publicação de 2007, passou-se a incorporar ao déficit habitacional apenas uma parcela do total das famílias conviventes, considerando que muitas delas eram assim constituídas por motivos particulares e não por dificuldade de aquisição ou aluguel de outra moradia. Para que esse novo cálculo fosse possível, na PNAD-2007 foram incluídas perguntas sobre o motivo da convivência e a intenção ou desejo de constituir um domicílio exclusivo. Na pesquisa domiciliar realizada no contexto do monitoramento de Porto Velho em setembro de 2009, adotou-se o mesmo percentual encontrado para Rondônia - 67% do total das famílias conviventes – como aquele a ser incluído no cálculo do déficit da cidade de Porto Velho, uma vez que não haviam sido incluídas no questionário questões semelhantes às da PNAD sobre a intenção das famílias. Na formulação da pesquisa seguinte – de abril de 2010, cogitou-se a possibilidade de incluir tal questão. Entretanto, em função da especificidade do trabalho - conduzido pela Santo Antônio Energia -, que poderia induzir respostas afirmativas na expectativa de alguma atuação da empresa, e considerando a importância de se manter a comparabilidade dos dados em uma perspectiva de avaliação da evolução do problema, decidiu-se para os relatórios posteriores pela adoção da mesma metodologia em que se considerou o percentual encontrado para o Estado, ou seja, 67%.

monitoramento em Porto Velho, no qual foram adotados critérios semelhantes aos definidos pela Fundação João Pinheiro, com base nos dados pesquisados pelo IBGE.

Diante do exposto e tendo em vista os critérios e considerações apresentados, o cálculo do déficit habitacional na cidade de Porto Velho resulta nos valores mostrados na Tabela 33. Optou-se por apresentar o ônus com aluguel juntamente com outras características definidoras do déficit apenas para registro do fato de que muitos domicílios além do ônus, que é bastante relevante, não oferecem condições desejáveis de moradia. Os dados mostram que o déficit habitacional tanto em termos absolutos quanto em termos relativos ao total de domicílios urbanos teve uma redução significativa - menos 8.459 unidades habitacionais, que significam redução em relação à última pesquisa de 7,2 pontos do percentual correspondente ao total dos domicílios urbanos. Os componentes ônus com aluguel, adensamento excessivo e famílias conviventes, que representam a maior parte do déficit, e que são menos influenciados pela localização da amostra, mostram de maneira geral redução do déficit, ou melhoria das condições. A redução do número de famílias conviventes e do adensamento excessivo, certamente ocorre em consequência do retorno de migrantes, trabalhadores que estavam em condições temporárias e voltaram a seus locais de origem. É válido supor também que a redução do ônus excessivo com aluguel seja decorrente desse fato, uma vez que, com a redução da demanda, os preços dos aluguéis tendem a se ajustar às novas condições do mercado. O gráfico a seguir, que mostra a evolução dos resultados individualizados sem considerar as interseções entre os diversos fatores indicativos do déficit, ilustra a questão apresentada.

Gráfico 19: Evolução do déficit habitacional estimado, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012



Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral, setembro 2009, outubro de 2010, de 2011 e de 2012

Tabela 33: Estimativa do déficit habitacional – cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Composição do déficit habitacional	Setembro 2009			Outubro 2010			Outubro 2011			Outubro 2012		
	Absoluto	% do déficit	% dos domicílios	Absoluto	% do déficit	% dos domicílios	Absoluto	% do déficit	% dos domicílios	Absoluto	% do déficit	% dos domicílios
Ônus com aluguel	3.253	18,1	3,6	3.789	19,6	3,7	7.848	31,5	7,1	5.703	34,6	5,4
Ônus com aluguel e adensamento excessivo	271	1,5	0,3	218	1,1	0,2	282	1,1	0,3	832	5,0	0,8
Ônus com aluguel e casas de cômodo	316	1,8	0,3	380	2	0,4	636	2,6	0,6	401	2,4	0,4
Ônus com aluguel, adensamento excessivo e cômodo	81	0,5	0,1	201	1	0,2	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Adensamento excessivo	2.308	12,9	2,5	1.677	8,7	1,7	2.723	10,9	2,5	961	5,8	0,9
Casas de cômodo	849	4,7	0,9	2.370	12,3	2,3	3.550	14,2	3,2	1.279	7,8	1,2
Rústicos	0	0,0	0,0	635	3,3	0,6	1.303	5,2	1,2	467	2,8	0,4
Casas de cômodo/Rústico	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	224	0,9	0,2	0	0,0	0,0
Famílias conviventes	10.881	60,6	12,0	10.016	51,9	9,9	8.375	33,6	7,6	6.839	41,5	6,4
Total do déficit habitacional estimado	17.961	100,0	19,8	19.286	100,0	19,1	24.941	100,0	22,7	16.482	100,0	15,5
Total dos domicílios	90.682	...	100,0	101.158	...	100,0	110.041	100,0	106.177	...	100,0

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral, setembro 2009, abril e outubro de 2010, outubro de 2011

Dando continuidade ao registro do total de famílias que vivem em domicílios cedidos (exceto os cedidos por empregador) que não foram computados no cálculo do déficit por qualquer outro motivo, e que não são considerados déficit segundo metodologia da Fundação João Pinheiro, na pesquisa atual verificou-se um montante de 2.610 famílias das quais 1.914 (73%) têm renda inferior a três salários mínimos. Nas pesquisas anteriores, 2011, 2010 e 2009, esses números eram respectivamente 3.321, 2.216 e 833 famílias. Observa-se que houve uma inflexão na curva que se mostrava ascendente, com a diminuição de 711 famílias na pesquisa atual em relação à anterior.

1.6. INADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS

Como colocado nos relatórios anteriores, a inadequação dos domicílios refere-se a características que não implicam na necessidade de substituição ou constituição de outros domicílios, mas que merecem a adoção de políticas específicas voltadas para a adequação das moradias. De acordo com a metodologia que vem sendo adotada, consideram-se inadequados os domicílios próprios com adensamento excessivo de moradores, com carência de infraestrutura, com problemas de natureza fundiária, com cobertura inadequada, sem unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto grau de depreciação.

Ao contrário do que é feito no cálculo do déficit habitacional, cujo objetivo é obter um número final de domicílios a serem ofertados e, para tanto, os critérios são excludentes, ou seja, um domicílio só entra no cálculo uma vez, os critérios adotados para a inadequação habitacional não são mutuamente exclusivos, e, portanto, não devem ser somados, sob o risco de dupla contagem. Cada critério indica um montante de domicílios a serem focados em uma determinada política com a finalidade de resolver aquela inadequação. Assim, um mesmo domicílio pode ser ao mesmo tempo objeto de uma política de construção de unidades sanitárias e de acesso à coleta de lixo domiciliar.

Consideram-se inadequados por carência de infraestrutura todos os domicílios que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: energia elétrica, rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo. Os dados mostrados no quadro seguinte indicam uma redução significativa da inadequação por carência de infraestrutura. Na pesquisa atual tem-se cerca de menos 17 mil domicílios nessas condições, o que representa uma queda de 13% relativa ao total de domicílios. Ressalta-se, contudo, que o percentual de 70,5% de domicílios com carência de algum tipo de infraestrutura ainda é considerado muito relevante.

Embora grande parte dessa inadequação ainda se deva ao tipo de esgotamento sanitário (22,8% dos domicílios não dispõem de esgotamento adequado, que seria a rede pública ou fossa séptica), a inadequação quanto ao abastecimento de água cresceu bastante, sendo apenas 32,7% dos domicílios abastecidos por rede pública, enquanto 43,1% tem como fonte o denominado poço amazonas, que é em geral um poço particular de pequena profundidade, uma vez que o lençol na região é bastante raso, e 24,2% o poço artesiano. Apesar de não se descartar a possibilidade de que esses tenham água de boa qualidade, a ausência de tratamento

da água, como ocorre com a que é distribuída pela rede pública, coloca os domicílios assim abastecidos na categoria de inadequação quanto ao acesso a esse serviço.

A inadequação por adensamento excessivo refere-se aos domicílios próprios³ (casas ou apartamentos) em que o número médio de moradores é superior a três por dormitório. O número de dormitórios, como definido para o cálculo do déficit habitacional, corresponde ao total de cômodos utilizados em caráter permanente como dormitório por residentes na moradia. De acordo com os dados da última pesquisa o percentual de domicílios nessas condições manteve-se o mesmo da pesquisa de 2011.

A inadequação fundiária refere-se aos casos em que há propriedade da moradia, mas não do terreno. Além das áreas caracterizadas como de ocupação informal, onde houve um processo de ocupação da gleba sem a aquisição da mesma, como nas demais grandes cidades brasileiras, há vários casos em que a propriedade do terreno não foi regularizada. Em Porto Velho essa questão é recorrente em razão do processo histórico de formação do estado de Rondônia e, por conseguinte, da cidade, antes um território da União, que detinha a propriedade de grande parte dos terrenos. Os dados da última pesquisa mostram uma redução em termos absolutos e percentuais significativa, o que possivelmente deve-se ao projeto de regularização fundiária empreendido pela administração municipal nos últimos anos.

Quanto à cobertura, definem-se como inadequadas, segundo os critérios da Fundação João Pinheiro, aquelas feitas com madeira aproveitada, zinco, lata ou palha. Conquanto na zona rural do município de Porto Velho seja comum o uso da palha como cobertura, na cidade esse material já não foi identificado desde as primeiras pesquisas realizadas. Do mesmo modo não foi identificado o uso de madeira aproveitada em coberturas, a despeito da grande oferta de madeira e larga utilização nas paredes. A telha de amianto é ainda a mais usada, em cerca de 71,7% das moradias pesquisadas nesta etapa, ainda que em proporção menor que a da pesquisa anterior (84%). Embora tida como adequada, seu uso em locais com incidência de altas temperaturas, como na região norte do país, caracteriza o desconforto da moradia.

A inexistência de instalação sanitária exclusiva, que também caracteriza inadequação do domicílio, é menor em áreas urbanas, mas ocorre em situações onde mais de uma família utiliza uma única instalação comum, ou a família utiliza instalações de locais não residenciais, instituições ou estabelecimentos de comércio e serviços. Como este percentual é pequeno, abaixo de 1%, torna-se difícil avaliar alterações de fato a partir desse indicador, dado que os valores estão abaixo da margem de erro da pesquisa. Contudo, observa-se uma ligeira redução progressiva do percentual de domicílios nesta situação.

Um último componente da inadequação refere-se à depreciação dos imóveis que apesar da necessidade de reparos não precisam ser repostos e, portanto, não constituem déficit. Porém, conforme já explicitado nos relatórios anteriores, a metodologia da Fundação João Pinheiro considerou este um indicador difícil de ser apreendido com dados da PNAD ou mesmo do Censo

³ O adensamento excessivo em domicílios alugados compõe parte do déficit habitacional.

Demográfico, declinando da tarefa de estimá-lo. Considerando que a depreciação sempre estará associada a domicílios com mais de 50 anos, foi feito o levantamento deste dado, que, como na pesquisa anterior, resultou em cerca de 0,3% dos domicílios, mostrando a pequena relevância tanto para o cálculo do déficit, quanto para a inadequação.

Na tabela a seguir são apresentados os resultados das quatro pesquisas anuais realizadas para os critérios de inadequação das moradias.

Tabela 34: Inadequação dos domicílios urbanos da cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Componentes da inadequação das moradias	Setembro de 2009		Outubro de 2010		Outubro de 2011		Outubro de 2012	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Carência de infraestrutura	54.936	60,6	85.545	84,6	91.995	83,6	74.869	70,5
Adensamento excessivo	5.953	6,6	5.383	5,3	2.940	2,7	2.851	2,7
Inadequação fundiária	5.708	6,3	4.581	4,5	6.201	5,6	3.396	3,2
Cobertura inadequada	158	0,2	340	0,3	0	0,0	0	0,0
Inexistência de instalação sanitária exclusiva	607	0,7	954	0,9	733	0,7	532	0,5
Total de domicílios	90.682	100,0	101.158	100,0	110.041	100,0	106.177	100,0

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral, setembro 2009, abril e outubro de 2010 e de 2011

6. ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH nas pesquisas de monitoramento do crescimento da população foi calculado para a cidade de Porto Velho seguindo-se a metodologia das Nações Unidas utilizada pela Fundação João Pinheiro e Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Assim como nas outras pesquisas foram necessárias algumas adaptações às informações disponíveis, conforme será apresentado a seguir. Deve-se observar que ainda não foram finalizados os trabalhos para os cálculos dos novos índices com base no Censo Demográfico 2010. Ainda no primeiro semestre de 2013 os mesmos deverão estar disponíveis, prevendo-se alterações em seus cálculos, conforme informações divulgadas no site⁴ do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

1.7. IDH - LONGEVIDADE

O IDH – Longevidade, segundo a metodologia das Nações Unidas, traduz as condições de saúde da população e é obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer através da fórmula: (valor observado do indicador - limite inferior) / (limite superior - limite inferior), onde o limite inferior foi estabelecido em 25 anos e o superior em 85 anos.

A esperança de vida ao nascer estimada para a cidade de Porto Velho utilizando-se os dados referentes aos filhos sobreviventes das mulheres coletados na pesquisa domiciliar realizada em outubro de 2012 foi igual a 71,2 anos de vida. Este número é menor que a estimativa para o Brasil em 2011, que era de 74,1 anos, e para a própria cidade de Porto Velho em 2011, segundo a pesquisa anterior.

Esta estimativa da esperança de vida ao nascer resulta em um IDH – Longevidade para a cidade de Porto Velho igual a 0,771, um índice ainda compatível com localidades de desenvolvimento médio, um pouco abaixo dos 0,80 que é considerado o limite inferior do intervalo onde se encontram as regiões com desenvolvimento mais alto.

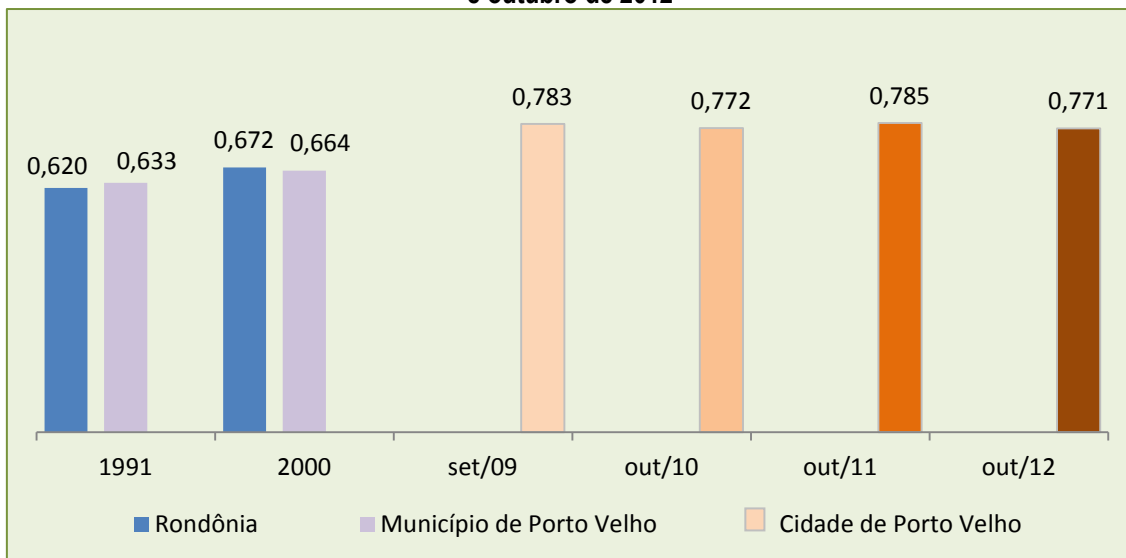
O Gráfico 20 mostra valores bem próximos no período que vai desde a primeira estimativa realizada em setembro de 2009 até a última referente a outubro de 2011. Esses resultados

⁴ http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013

“O PNUD Brasil está produzindo o novo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Com dados do Censo 2010, o novo Atlas terá seu lançamento previsto para o primeiro semestre de 2013 e apresentará o IDH de todos os municípios do país, bem como indicadores de suporte à análise do IDH. O novo Atlas terá uma plataforma amigável para consulta e visualização dos dados, acessível a todos os brasileiros. Ao longo de 2012 serão feitas parcerias estratégicas para a produção do Atlas, oficinas técnicas para a definição da metodologia a ser adotada para o IDH-M, bem como o tratamento dos dados oriundos do censo demográfico”.

apontam para uma estabilidade das questões relativas à saúde na cidade, sem melhoria ou deterioração significativa nas condições de atendimento à população.

Gráfico 20: Índice de Desenvolvimento Humano – Longevidade, Rondônia e município de Porto Velho - 1991 e 2000 e Cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012



Fonte: IPEA/FJP/PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000 (dados básicos)
Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral, setembro/2009, outubro/2010, outubro/2011 e outubro/2012

1.8. IDH - EDUCAÇÃO

O IDH – Educação, que indica o acesso da população à escola e ao estudo, é obtido a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de frequência à escola. Estas taxas são convertidas em índices pela fórmula $(\text{valor observado} - \text{limite inferior}) / (\text{limite superior} - \text{limite inferior})$, com limite inferior igual a 0% e superior igual a 100%. O índice final é a média dos dois valores, com peso dois para a taxa de alfabetização e peso um para a taxa bruta de frequência escolar.

Para a estimativa da taxa de alfabetização foi considerado na pesquisa o percentual de pessoas com idade igual ou superior a 15 anos que responderam “nunca estudou ou só assina o nome” para a questão sobre escolaridade. A taxa de frequência à escola considera a proporção de pessoas entre 7 e 22 anos que responderam “sim” para a questão “Está estudando?”. Os resultados das pesquisas realizadas em setembro de 2009, abril e outubro de 2010 e outubro de 2011 na cidade de Porto Velho são mostrados na Tabela 35.

Tabela 35: Distribuição da população com idade igual ou superior a sete anos que frequentam a escola e que são alfabetizadas, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

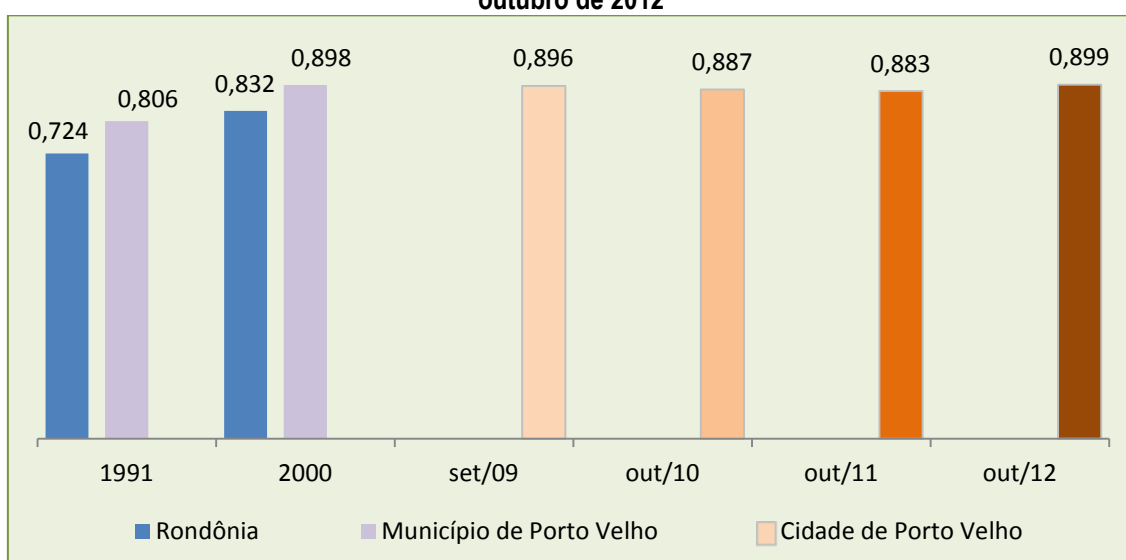
Grupo de idade (anos)	População											
	Total				Sabe ler e escrever				Frequenta escola			
	Set/09	Out/10	Out/11	Out/12	Set/09	Out/10	Out/11	Out/12	Set/09	Out/10	Out/11	Out/12
7 a 9	19.205	18.808	18.056	16.443	19.205	17.926	17.961	16.443	19.049	18.148	17.670	15.842
10 a 14	37.195	31.711	34.966	32.485	37.195	31.443	34.645	32.415	35.865	31.046	33.655	31.625
15 a 22	64.946	65.456	72.891	55.679	64.946	65.201	72.277	55.613	39.018	37.717	41.865	32.660
7 a 22	121.346	115.975	125.913	104.608	121.346	114.570	124.883	104.472	93.933	86.911	93.190	80.127
15 e mais	272.057	290.277	301.646	289.395	260.398	277.362	288.017	279.326	37.791	60.197	60.706	59.717
Indicadores para o cálculo do IDH					Set/09		Out/10		Out/11		Out/12	
População com 15 anos ou mais que sabe ler e escrever					95,7%		95,6%		95,5%		96,5%	
Porcentagem da população com 7 a 22 anos na escola					77,4%		74,9%		74,0%		76,6%	

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

A tabela mostra que em outubro de 2012 a proporção de pessoas com 15 anos ou mais de idade que sabiam ler e escrever encontra-se um pouco acima das observadas nas pesquisas anteriores. A população com idade entre 7 e 22 anos que ainda permanecia na escola de um valor igual a 77,4% em setembro de 2009 cai para valores bem próximos em outubro de 2010 e 2011. Em outubro de 2012 sofre novo aumento, para um patamar quase igual ao de 2009. As diferenças apontadas na tabela são pouco significativas, indicando uma relativa estabilidade também neste indicador (as diferenças são bem menores que o erro amostral, em torno de 3%).

A média ponderada entre os dois indicadores para o cálculo do IDH – Educação apresentou um resultado superior aos anteriores em outubro de 2012, igual a 0,899, conforme mostrado no Gráfico 21. Deve-se ressaltar que tanto a cidade como o município de Porto Velho já se encontram em um padrão considerado alto para o IDH – Educação (o município desde o ano de 1991, dado mais antigo disponível).

Gráfico 21: Índice de Desenvolvimento Humano – Educação, Município de Porto Velho e Rondônia - 1991 e 2000 e Cidade de Porto Velho- setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012



Fonte: IPEA/FJP/PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000 (dados básicos)
Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, abril e outubro de 2010, outubro de 2011

1.9. IDH - RENDA

O indicador IDH – Renda que traduz o acesso da população ao mercado de bens e serviços “é obtido a partir do indicador renda per capita média, através da fórmula: $[\ln(\text{valor observado do indicador}) - \ln(\text{limite inferior})] / [\ln(\text{limite superior}) - \ln(\text{limite inferior})]$. Para os cálculos referentes ao ano 2000 foi adotada a renda familiar média per capita, associando-se esse valor aos parâmetros internacionais de renda através de resultados do PIB per capita. O mínimo considerado foi R\$ 3,90 enquanto o máximo situou-se em R\$ 1.560,17 quando o salário mínimo em vigor era R\$ 151,00.

Para o cálculo destes limites em outubro de 2012, assim como nas pesquisas anteriores, decidiu-se por um ajuste simples a partir da variação do salário mínimo, passando o limite inferior para R\$ 16,06 e o superior para R\$ 6.426,66. Analisando-se os dados anteriores pode-se constatar que apesar dos acréscimos nos rendimentos médios a ampliação do intervalo entre os dois limites resultava em pequenos avanços, ou mesmo decréscimos no IDH. Decidiu-se por alterar os limites também pela utilização de um índice de preços chegando-se a valores menores para o intervalo considerado⁵.

A Tabela 36 mostra os resultados das quatro pesquisas realizadas para a distribuição do rendimento domiciliar médio per capita na cidade de Porto Velho. Chama-se atenção para a fragilidade deste resultado que é derivado de uma pesquisa amostral que implica em um intervalo de confiança para a média que dificulta a apreensão de variações pouco significativas (como é o caso de IDHs neste patamar). Outro problema são as possibilidades de erros de declaração, principalmente quando a informação não é fornecida pela pessoa que percebe a renda (o questionário foi respondido pelo responsável pelo domicílio, de preferência, sendo admitido também o cônjuge e, em alguns casos, outro morador adulto do domicílio). Tem-se também uma frequência relativamente alta de não respostas que acontecem principalmente nas faixas de rendas mais elevadas. Para contornar alguns destes problemas utilizaram-se vários procedimentos, entre os quais os valores médios das classes de rendimentos informados ou os rendimentos médios das pessoas com mesma ocupação e posição na ocupação.

Os resultados encontrados nas quatro pesquisas são similares, sendo as classes com maiores frequências aquelas entre meio e um salário mínimo e entre um e dois salários. Somadas, as duas atingiram 54,2% do total de domicílios em setembro de 2009, 57,7% e 60,7% na pesquisa de outubro de 2010, 57,6% em outubro de 2011 e 53,5% na última realizada, em outubro de 2012. O rendimento per capita médio, valor utilizado para o cálculo do IDH – Renda após ter caído para R\$ 851,4 na pesquisa anterior elevou-se para R\$ 984,08 em outubro de 2012, conforme mostrado na tabela.

Apresentam-se a seguir dois gráficos para o IDH – Renda, o primeiro com os limites corrigidos pela variação do valor do salário mínimo, enquanto o segundo utiliza as correções do IPCA. Tem-se para no primeiro gráfico um IDH bem menor, tendo em vista a maior amplitude do intervalo de renda considerado. É interessante mencionar que as discussões para o IDH a ser divulgado em 2013 deverá estabelecer novos limites como resultado de discussões entre especialistas e padrões internacionais de renda.

Pode-se verificar que os resultados para o IDH-Renda do segundo gráfico, utilizando-se a correção dos limites inferior e superior de renda pelo IPCA, são bem superiores àqueles apresentados pela utilização da correção dos limites através do salário mínimo.

⁵ Utilizando-se os dados do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de agosto de 2000, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012 tem-se os limites alterados pelos seguintes fatores de correção: 1,7964 para a primeira pesquisa, 1,8950 para a segunda, 2,0271 para a terceira e 2,1376 para a quarta.

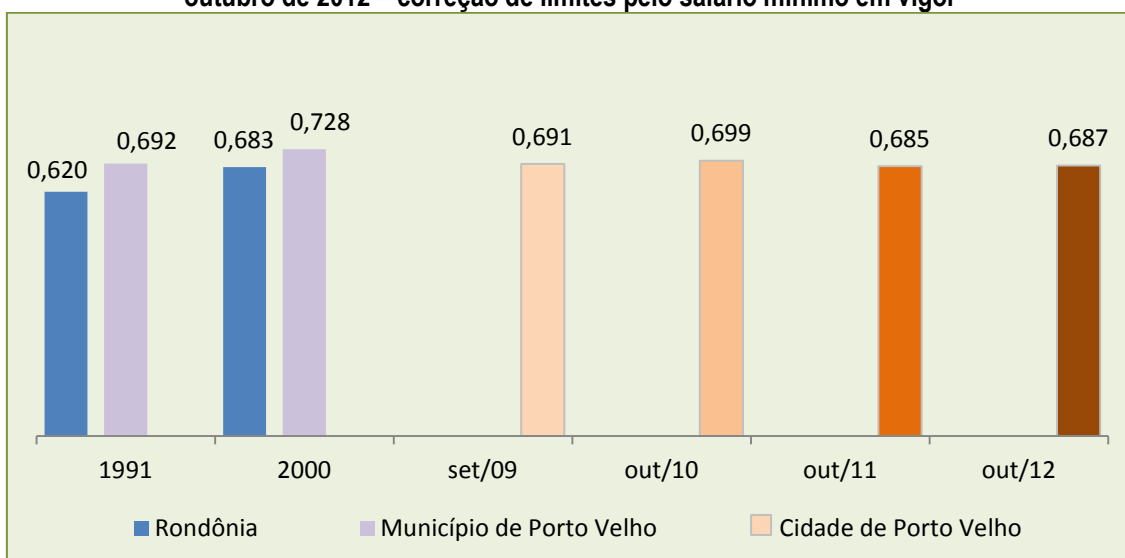
Tabela 36: Distribuição dos domicílios pesquisados segundo o rendimento domiciliar médio mensal per capita, Porto Velho, Setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Rendimento domiciliar médio mensal per capita (salários mínimos)	Número de domicílios								Rendimento domiciliar médio per capita							
	Absoluto				%				R\$ 1,00				Salário mínimo			
	Set/09	Out/10	Out/11	Out/12	Set/09	Out/10	Out/11	Out/12	Set/09	Out/10	Out/11	Out/12	Set/09	Out/10	Out/11	Out/12
Até 1/4	5.967	4.098	3.905	3.783	6,6	4,1	3,6	3,6	91,14	89,38	116,24	104,30	0,20	0,18	0,21	0,17
Mais de 1/4 até 1/2	16.177	13.900	15.731	10.543	17,8	13,7	14,3	9,9	187,84	204,09	205,14	239,30	0,40	0,40	0,38	0,38
Mais de 1/2 até 1	26.432	34.760	32.416	25.280	29,1	34,4	29,5	23,8	351,50	410,12	414,55	445,58	0,76	0,80	0,76	0,72
Mais de 1 até 2	22.725	26.582	30.927	31.578	25,1	26,3	28,1	29,7	669,05	749,72	790,67	848,72	1,44	1,47	1,45	1,36
Mais de 2 até 3	7.739	8.638	9.971	14.214	8,5	8,5	9,1	13,4	1.130,93	1.308,09	1.337,75	1.469,18	2,43	2,56	2,45	2,36
Mais de 3 a 5	6.275	8.574	10.477	11.472	6,9	8,5	9,5	10,8	1.762,74	1.907,52	2.108,44	2.384,10	3,79	3,74	3,87	3,83
Mais de 5	5.366	4.606	6.615	9.307	5,9	4,6	6,0	8,8	3.819,07	4.902,36	4.531,7	5.618,40	8,21	9,61	8,32	9,03
Total	90.682	101.158	110.041	106.177	100,0	100,0	100,0	100,0	754,13	866,19	851,04	984,08	1,62	1,70	1,56	1,58

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, abril e outubro de 2010, outubro de 2011

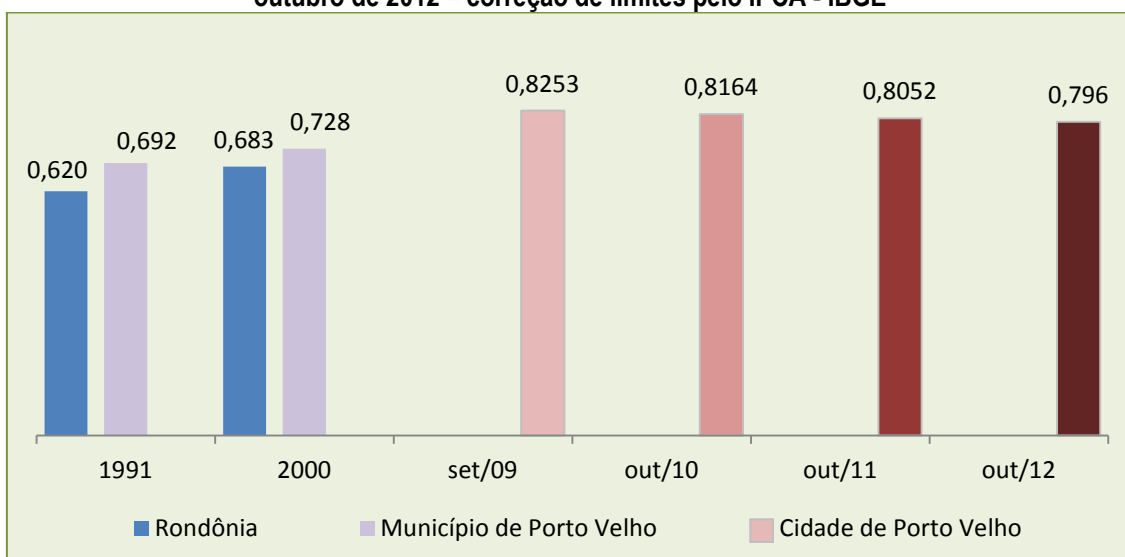
Os valores apresentados no segundo gráfico mostram o IDH-Renda da cidade de Porto Velho em um patamar considerado alto nos anos de 2009, 2010 e 2011, reduzindo para um valor ligeiramente abaixo do limite em 2012.

Gráfico 22: Índice de Desenvolvimento Humano – Renda, Município de Porto Velho e Rondônia - 1991 e 2000 e Cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012 – correção de limites pelo salário mínimo em vigor



Fonte: IPEA/FJP/PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000 (dados básicos)
Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, set/2009, out/2010, out/2011 e out/2012

Gráfico 23: Índice de Desenvolvimento Humano – Renda, Município de Porto Velho e Rondônia - 1991 e 2000 e Cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012 – correção de limites pelo IPCA - IBGE



Fonte: IPEA/FJP/PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000 (dados básicos)
Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, set/2009, out/2010, out/2011 e out/2012
IBGE, Índice de Preços ao Consumidor Amplo

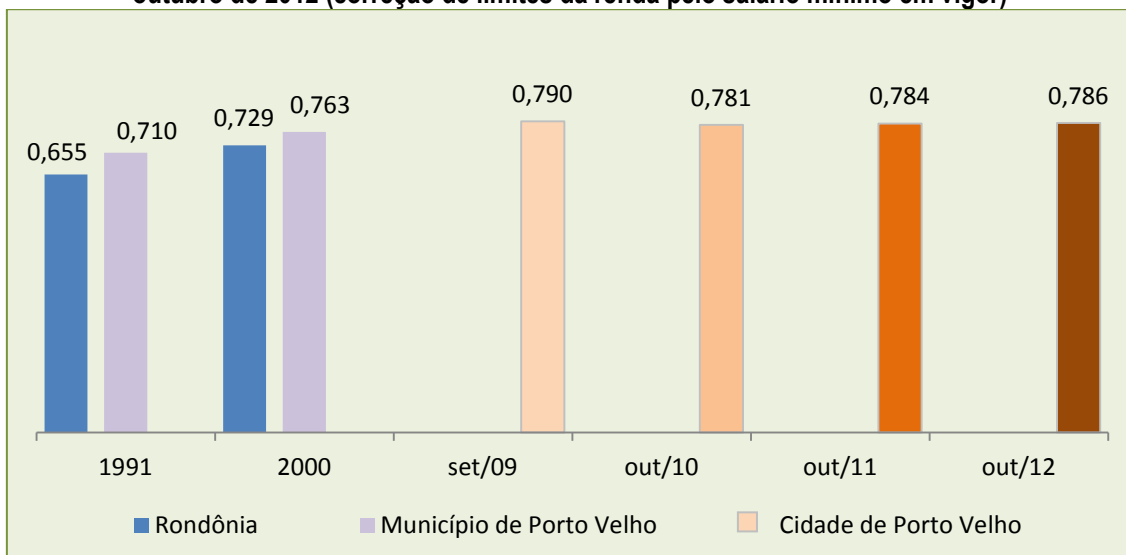
1.10. IDH-M – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) é obtido através da combinação dos três componentes básicos apresentados anteriormente, quais sejam: longevidade, educação e renda, e é o resultado da média aritmética entre os três valores estimados.

O resultado para a cidade de Porto Velho, em setembro de 2009, foi igual a 0,790, caindo para 0,781 em outubro de 2010, valor ligeiramente inferior ao de outubro de 2011 (0,784), que por sua vez encontra-se abaixo do resultado para outubro de 2012, que foi de 0,786, conforme mostrado no Gráfico 24. As diferenças são, portanto, mínimas, não podendo ser consideradas como estatisticamente significativas, principalmente em função da margem de erro da pesquisa, em torno de 3%.

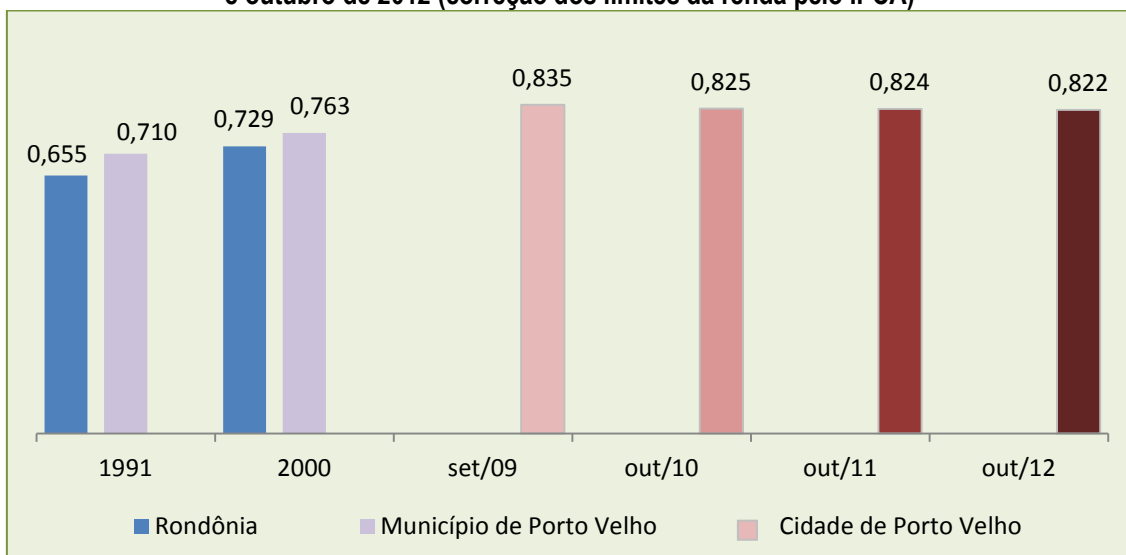
Deve-se observar novamente que os valores se alteram para uma faixa de IDH – M alta quando se considera limites mais baixos para a renda, com o IDH – M atingindo 0,822 em outubro de 2012 (Gráfico 25)

Gráfico 24: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Município de Porto Velho e Rondônia - 1991 e 2000 e Cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012 (correção de limites da renda pelo salário mínimo em vigor)



Fonte: IPEA/FJP/PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000 (dados básicos)
Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral, setembro de 2009, abril e outubro de 2010, outubro de 2011

Gráfico 25: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Município de Porto Velho e Rondônia - 1991 e 2000 e Cidade de Porto Velho, setembro de 2009, abril e outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012 (correção dos limites da renda pelo IPCA)



Fonte: IPEA/FJP/PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000 (dados básicos)
Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral, setembro de 2009, abril e outubro de 2010, outubro de 2011

7. AVALIAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO TRABALHO E SERVIÇOS

Neste capítulo apresentam-se os resultados da avaliação solicitada aos entrevistados sobre a situação atual e alterações ocorridas na cidade de Porto Velho durante o último ano em relação aos temas trabalho e renda, educação, segurança, lazer e saúde. Assim como na pesquisa anterior, foi pedido ao entrevistado que, primeiramente, avaliasse a situação atual de cada tema, seguindo-se a questão sobre a percepção de alterações no período. Caso a pessoa tenha percebido alterações, solicitava-se uma justificativa para a resposta. Estas justificativas permitiram que se analisassem as alterações ocorridas na cidade de Porto Velho no período considerado, além de comparar o resultado com os obtidos nos períodos anteriores, levantados nas pesquisas de setembro de 2009, outubro de 2010 e outubro de 2011.

7.1. TRABALHO E RENDA

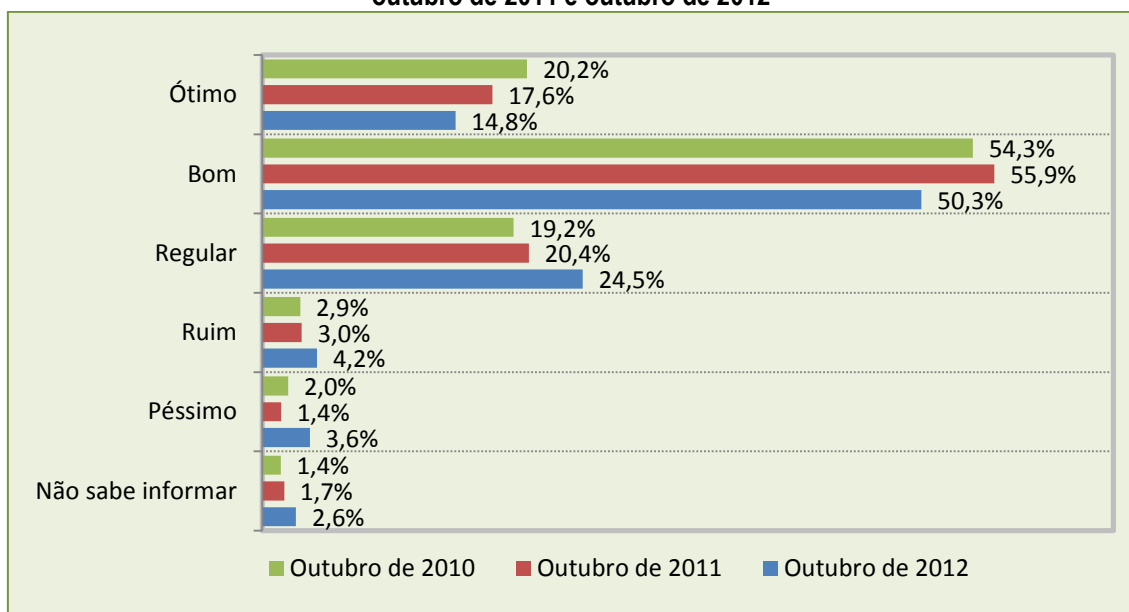
A questão sobre trabalho e renda foi colocada de uma forma geral, sem qualquer esclarecimento para o entrevistado quanto ao aspecto que deveria observar para fazer sua avaliação. De maneira geral pode-se dizer que a população pesquisada notou melhoria na questão do trabalho e da renda, embora vários aspectos negativos relacionados ao tema tenham sido fornecidos, especialmente no último ano.

A abordagem sobre o trabalho e a renda foi iniciada com a avaliação da situação atual do tema. Como mostra o Gráfico 26, aproximadamente metade dos entrevistados avalia positivamente a situação atual em Porto Velho. A segunda avaliação mais recorrente ocorreu na categoria "regular" (24,5%).

A avaliação das alterações percebidas em relação ao tema pode ser visualizada comparativamente aos resultados obtidos nas pesquisas de setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012. O Gráfico 27 a seguir evidencia uma queda de nove pontos percentuais nas avaliações que indicam melhoria, enquanto que as avaliações sobre piora aumentaram de 5% para 13%. Os entrevistados que não perceberam alterações e também a proporção de pessoas que indicou tanto melhorias quanto pioras apresentaram os mesmos resultados obtidos na pesquisa anterior: 31% e 6%, respectivamente.

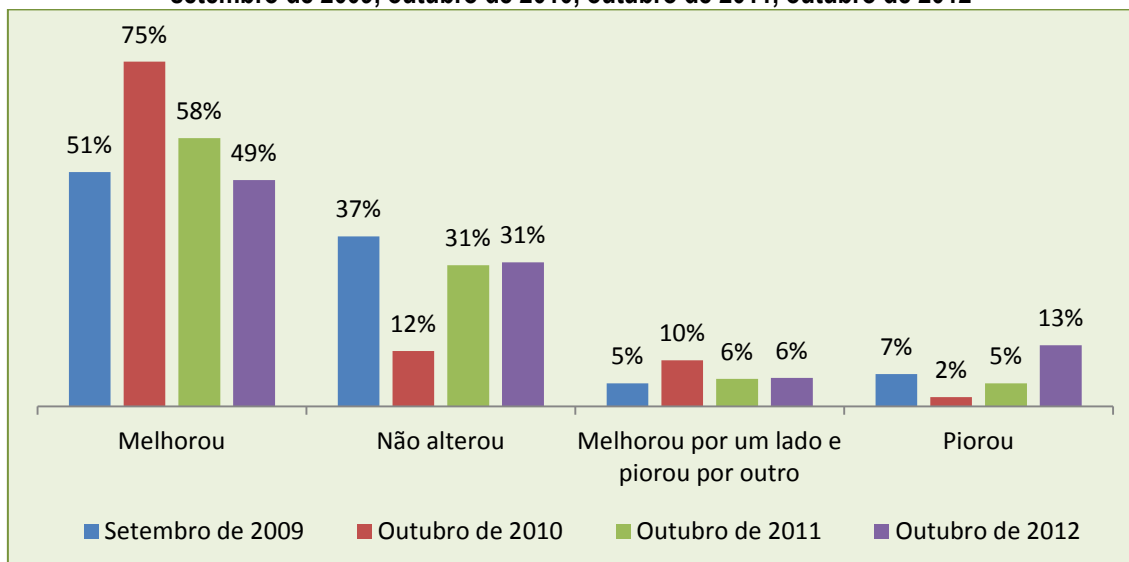
Este resultado indica a percepção de um dinamismo menor no mercado de trabalho por parte de alguns entrevistados, não suficiente ainda para alterar o resultado principal que se refere às boas perspectivas de trabalho e renda na cidade.

Gráfico 26: Avaliação da situação atual do trabalho e renda, cidade de Porto Velho, outubro 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012



Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012

Gráfico 27: Avaliação das alterações identificadas no trabalho e na renda, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012



Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012

A Tabela 37, apresentada a seguir, cruza as respostas dos entrevistados quanto à avaliação e alteração percebidas. Ressalta-se que foi perguntado sobre a alteração apenas aos entrevistados que souberam avaliar a situação atual. A maior proporção de entrevistados avaliou a situação como boa e, ao mesmo tempo, observou melhorias no último ano.

É interessante notar que mesmo no grupo que avaliou a situação do trabalho e da renda de forma negativa, existem várias pessoas que observaram algum tipo de melhoria ou continuidade das condições. Há, por outro lado, uma parcela de entrevistados que, apesar de terem avaliado positivamente o tema, ainda assim observaram uma piora da situação no último ano.

Tabela 37: Alteração oportunidades de trabalho e renda no último ano, segundo a avaliação, Porto Velho, outubro de 2012

Avaliação	Melhorou	Não alterou, continua igual	Melhorou por um lado e piorou por outro	Piorou	Não sabe	Total
Ótimo	10.478	2.810	901	1.498	0	15.686
Bom	28.519	17.623	2.391	4.218	700	53.450
Regular	10.241	7.496	2.395	5.855	0	25.986
Ruim	961	2.080	196	1.208	0	4.446
Péssimo	368	2.162	478	858	0	3.866
Não sabe	0	0	0	0	2.743	2.743
Total	50.567	32.171	6.361	13.635	3.443	106.177

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, outubro de 2012.

As justificativas para as alterações notadas foram expressas através de diversos tipos de comentários. É possível perceber que para todas as avaliações houve justificativas que forneciam opiniões no sentido contrário, ou seja, quem avaliou de forma positiva observou também aspectos negativos e vice-versa. Assim como nas quatro pesquisas realizadas anteriormente, os comentários mais recorrentes ressaltam as oportunidades de emprego numerosas, por vezes relatando que *“só não trabalha quem não quer”*. Nesse sentido um entrevistado cita que *“não se vê pessoas sem trabalhar, o comércio está de vento em popa, todo mundo tem um carro, uma moto”*. Outros comentários positivos atribuem a melhoria do mercado de trabalho à presença das usinas hidrelétricas na região, ao aumento da renda familiar, com maiores salários e circulação de dinheiro e ao aumento de vagas nos trabalhos da construção civil.

Todavia, diversos comentários levantavam pontos negativos, como *“as pessoas que vieram de fora é que foram beneficiadas”, “salário atual não dá para sustentar”, “a renda está muito baixa e os produtos são caros”*. Indicando quedas na atividade econômica, por vezes associadas à conclusão de obras na UHE Santo Antônio, foram apresentados muitos relatos como: *“o movimento teve uma queda”, “as oportunidades estão acabando”, “hoje há mais dificuldade de procurar emprego, há menos oferta”, “muita gente tem sido dispensada”, “mais demissão depois que algumas fases das Usinas estão construídas”, “os empregos gerados pelas usinas estão*

diminuindo". Ressalta-se que os resultados apresentados em todas as tabelas seguintes são superiores ao total de respostas de avaliação, pois ao entrevistado foi dada a oportunidade de mencionar mais de uma justificativa.

A Tabela 38 exibe as justificativas positivas apresentadas pelos entrevistados para a avaliação das alterações observadas no tema aqui tratado. Assim como nas quatro pesquisas realizadas anteriormente, os dois principais motivos para as avaliações positivas são coincidentes e se referem à maior oferta de trabalho ou diminuição do desemprego (41,6%) e ao aumento das oportunidades de trabalho com a presença da usina hidrelétrica (39,6%). O terceiro aspecto mais mencionado, apesar de menos expressivo, também coincide com as três primeiras pesquisas, e se refere ao aumento das oportunidades de emprego na construção civil (3,9%).

É interessante notar o surgimento de novas ponderações, não verificadas de forma significativa nas pesquisas anteriores. Esses relatos aludem ao grande número de concursos públicos sendo realizados na cidade (1,7% das menções) e ao melhor acesso a bens de consumo anteriormente inacessíveis (0,8%).

A observação dos aspectos negativos mencionados pelos entrevistados nas pesquisas realizadas (Tabela 39) possibilita uma interessante análise. A estagnação da renda ou a queda do poder de compra face ao aumento de preços era a ponderação de maior destaque nas duas primeiras pesquisas; entretanto, a partir de outubro de 2010 essa proporção foi menos expressiva.

Verifica-se o surgimento de um novo motivo para as avaliações negativas do trabalho, que não havia sido mencionado de forma expressiva nas três primeiras etapas. Trata-se de uma queda nas atividades econômicas ou o menor dinamismo do mercado, expressos através do elevado número de pessoas dispensadas nas Usinas e em outros setores, da redução da oferta de trabalho e da diminuição da demanda por serviços diversos. Em outubro de 2011 e 2012 esse aspecto respondeu, respectivamente, por 19,3% e 47,3% do total de menções. Houve, portanto, um crescimento de 28 pontos percentuais de um ano para o outro, resultado que pode estar associado ao contexto da etapa final de implantação da UHE Santo Antônio.

Outras justificativas também apontadas com frequência na pesquisa atual se referem ao custo de vida alto associado ou não à estagnação da renda (14,5%), à falta de oportunidade de trabalho para pessoas inexperientes, jovens e analfabetos (8,1%), à falta de planejamento e estrutura na cidade de Porto Velho (5,8%) e a falta de mão de obra local qualificada e consequente contratação de pessoas de outras regiões (5,6%).

Tabela 38: Motivos negativos positivos na avaliação do trabalho e da renda, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, abril e outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012

Motivos positivos nas avaliações de trabalho e renda	Setembro de 2009	Outubro de 2010	Outubro de 2011	Outubro de 2012
Maior oferta de trabalho, menos desemprego, só não trabalha quem não quer	53,1	59,2	61,6	41,6
Mais oportunidades de emprego com as usinas hidrelétricas	11,2	20,1	16,5	39,6
Mais empregos na construção civil	8,4	4,2	3,8	3,9
Aumento do número de empresas, mais empresas	5,6	2,2	2,2	3,1
Crescimento da cidade, desenvolvimento da cidade	0,0	1,8	2	2,8
Aumentou a renda da família, circulação de dinheiro, salário maior	0,0	3,6	6,1	2,0
Muitos concursos públicos	0,0	0,0	0,0	1,7
Melhorou o setor comercial	2,1	1,3	2,4	1,6
Aumento dos cursos profissionalizantes, mais pessoas qualificadas	1,3	1,1	1,3	0,9
Melhorou acesso a bens de consumo antes inacessíveis	0,0	0,0	0,0	0,8
Melhorou para quem tem qualificação	0,8	2,6	0,2	0,4
Mais pessoas, mais competição, muita concorrência	3,8	1,3	0,6	0,0
Outros motivos	13,7	2,6	3,2	1,7
Total de avaliações positivas	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, abril e outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012

Tabela 39: Motivos negativos na avaliação do trabalho e da renda, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, abril e outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012

Motivos negativos nas avaliações de trabalho e renda	Setembro de 2009	Abril de 2010	Outubro de 2010	Outubro de 2011	Outubro de 2012
Aumento de demissões nas Usinas e em outros setores / Não há mais tanta oferta de trabalho / Queda na atividade econômica / falta de dinamismo do mercado	0,0	0,0	0,0	19,3	47,3
Custo de vida alto, salário não acompanha o custo de vida / Renda estagnou	63,0	35,8	12,2	12,6	14,5
Não tem oportunidades para quem não tem experiência, para os jovens e analfabetos	4,8	2,5	4,5	2,3	8,1
Falta de planejamento / Cidade sem estrutura	0,0	0,0	0,0	0,0	5,8
Falta mão de obra qualificada, difícil contratar mão de obra local, empregos para quem vem de fora	4,0	12,2	32,4	18,3	5,6
Emprego só na construção civil, só tem vagas para o trabalho braçal	2,4	14,7	3,8	4,4	3,4
Muita gente, maior competição, muita concorrência	0,0	7,0	5,0	6,0	2,7
A renda piorou, os salários são baixos, os salários continuam baixos	0,0	0,0	21,8	8,8	1,4
Não houve desenvolvimento, a usina não é desenvolvimento	0,0	0,0	2,0	0,8	1,1
Falta emprego, difícil encontrar emprego, continua desempregado	10,1	4,4	4,9	8,6	0,9
Não tem boas ofertas de emprego, difícil achar bons empregos	5,2	1,2	3,8	3,0	0,9
Não há trabalho para mulheres, mais vagas de trabalho para homens	2,1	3,4	2,8	2,3	0,2
Outros motivos	8,4	18,7	6,7	13,8	8,0
Total de avaliações negativas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Praxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, abril e outubro de 2010, outubro 2011, outubro de 2012.

7.2. EDUCAÇÃO

A avaliação dos entrevistados em relação à situação atual do serviço de educação na cidade está exposta no Gráfico 28, a seguir, que apresenta os resultados obtidos nos anos de 2010, 2011 e 2012. Ao longo desse período evidencia-se um decréscimo nas avaliações positivas do serviço e, ao mesmo tempo, o crescimento das ponderações negativas. No último ano da pesquisa, as categorias negativas "ruim" e "péssimo" representam, juntas, 27,8% do total de opiniões.

Houve uma diminuição no número de não-respondentes, ainda que a proporção continue de 11,8%. Isso se deve ao fato de várias pessoas não terem contato com o serviço de educação por não fazerem - eles próprios ou membros da família - uso do mesmo.

Os dados expostos no Gráfico 29, relativo às alterações identificadas na educação durante o último ano, mostram que a maioria da população entrevistada afirmou não ter observado quaisquer alterações no serviço de educação em Porto Velho. Comparados aos resultados de 2011, os dados obtidos na última pesquisa evidenciam uma distribuição semelhante.

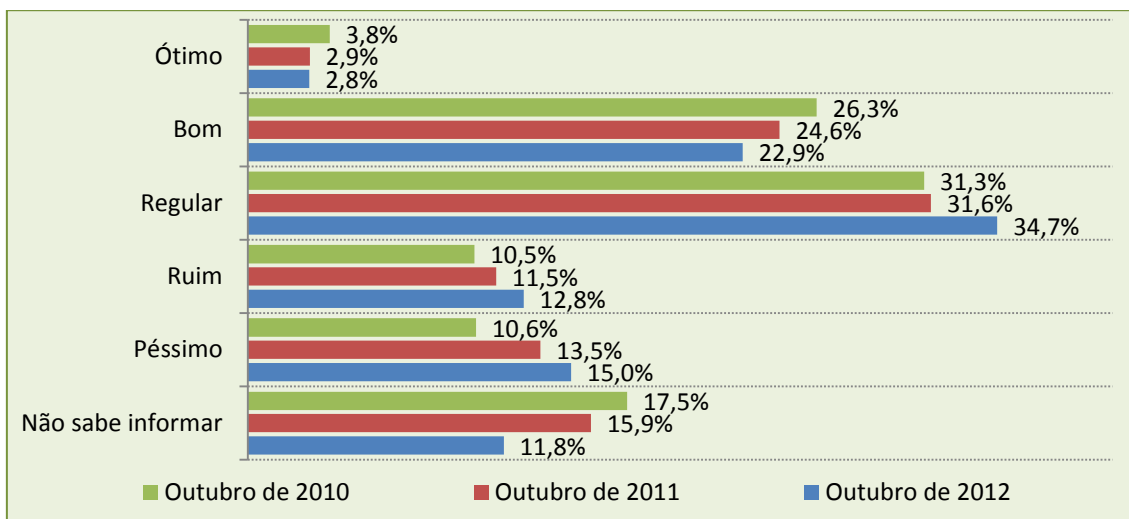
É interessante notar que nenhum entrevistado que classificou a educação como ótima indicou que houve piora no serviço no último ano mas que, no outro extremo, o mesmo não ocorreu - houve quem classificou o serviço como "péssimo" ou "ruim" e, mesmo assim, indicou melhoria. O resultado mostrado na Tabela 40 indica que para a maioria dos pesquisados o serviço de educação é "regular" ou "bom" e que grande parte desses entrevistados não observou alterações na educação no último ano.

Tabela 40: Alteração na educação no último ano, segundo a avaliação do serviço, Porto Velho, outubro de 2012.

Avaliação	Melhorou	Não alterou, continua igual	Melhorou por um lado e piorou por outro	Piorou	Não sabe	Total
Ótimo	1.879	1.080	66	0	0	3.026
Bom	8.887	14.023	125	723	554	24.312
Regular	6.851	24.425	1.135	4.113	293	36.817
Ruim	1.157	7.347	469	4.357	228	13.559
Péssimo	281	9.359	0	5.781	467	15.888
Não sabe	132	199	0	239	12.005	12.575
Total	19.188	56.433	1.796	15.213	13.547	106.177

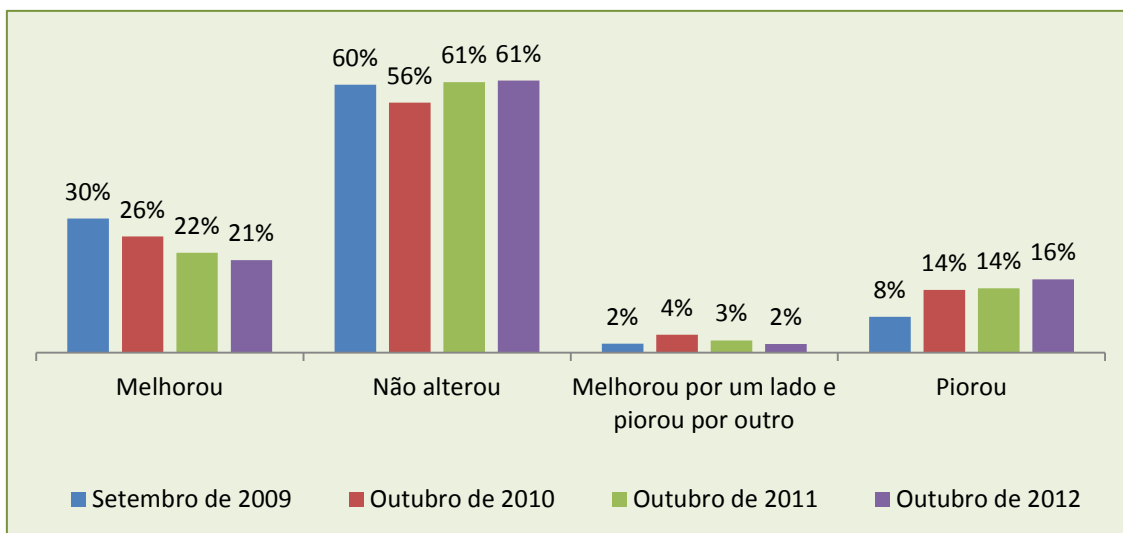
Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, outubro de 2012.

Gráfico 28: Avaliação da situação atual da educação, cidade de Porto Velho, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012



Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012

Gráfico 29: Avaliação das alterações identificadas na educação durante o último ano, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012



Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012

As falas que justificaram as alterações percebidas mostraram que, em muitos casos, a percepção dependia da experiência pessoal do entrevistado, mais que do sistema educacional como um todo. Entre as percepções positivas, algumas falas ilustram opiniões relativas a melhorias ocorridas no setor como *"houve investimentos do Estado na Educação. Quem quer estudar tem oportunidade. Todos podem, há vagas para todos"*, ou *"a cada dia que passa, melhora a educação, há assistência na educação dentro e fora da sala de aula"*. Contudo, vários entrevistados citaram diversas deficiências na qualidade do ensino, alguns ressaltando a sobrecarga do sistema educacional com o aumento da população: *"há filas para conseguir matrícula, devido ao aumento da população"*, *"aumentou o número de alunos e os colégios não têm infraestrutura, professores insuficientes"*, *"aumentou a população e as vagas na escola não"*, *"faltam vagas"*, *"escolas muito cheias"*, *"escolas não cresceram na mesma proporção que a população"*.

A Tabela 41 sumariza os motivos referentes às avaliações positivas da educação. Na pesquisa realizada em 2012, grande parte dos entrevistados (24,2%) indicou o maior investimento e a maior atenção dispensada ao setor da educação. Com 10,8% das menções, também se destacou a construção de mais escolas, seguido pela boa qualidade do ensino e maior qualificação dos professores (9,9%). Nota-se um aspecto não mencionado de forma significativa nas pesquisas anteriores, que foi a implantação de incentivos e políticas públicas na educação, como a escola em período integral e o programa Bolsa Escola (7,4% das menções).

As justificativas apresentadas pelos entrevistados que identificaram piora no serviço de educação mostram uma mudança na percepção destes em relação ao serviço prestado (Tabela 42). A greve foi o aspecto mais recorrente na pesquisa de abril de 2010 (31%). Passado esse momento, os entrevistados voltaram a mencionar outros aspectos, menos pontuais. Na etapa atual da pesquisa, o tema mais ressaltado, com 31,8% do total de menções citadas, foi sobre a sobrecarga das escolas e a falta de vagas, associadas ao aumento da população e da demanda pelo serviço. Também foi apontada a falta de incentivo governamental ao setor da educação (14,9%) e a piora na qualidade de ensino (12,3%).

Observa-se que a proporção de algumas ponderações negativas diminuiu ao longo das cinco etapas de pesquisa. É o caso da falta de incentivo salarial aos professores, da estrutura precária das escolas e da desqualificação dos docentes, conforme indica a Tabela 42.

Tabela 41: Motivos positivos na avaliação da educação, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012

Motivos positivos nas avaliações da educação	Setembro de 2009	Outubro de 2010	Outubro de 2011	Outubro de 2012
Mais investimento na educação, mais atenção, atualização	14,6	4,8	67,8	24,2
Construíram mais escolas	7,3	9,2	112,2	10,8
Professores/profissionais mais qualificados, bom ensino	24,5	9,5	74,6	9,9
Educação mais acessível, mais vagas e turnos	20,1	15,8	182,1	9,7
Melhoria na qualidade do ensino	0,0	16,6	122,1	9,0
Incentivos governamentais: Escola Tempo Integral e Bolsa Escola	0,0	0,0	0,0	7,4
Professores estão mais motivados, não tem mais greves	0,0	5,3	82,9	7,1
Mais educadores, mais professores	5,0	3,7	49,0	6,3
Reformaram as escolas	2,9	2,6	12,9	5,8
Escolas estão mais estruturadas	5,4	9,7	126,4	2,7
Merenda boa e gratuita	1,0	3,3	26,0	2,5
Implantação do transporte escolar / transporte escolar bom	0,0	0,0	21,4	0,7
Mais faculdades	6,0	4,9	34,7	0,0
Mais opções de cursos	6,4	8,4	25,1	0,0
Outros motivos	6,8	5,9	62,8	4,0
Total de avaliações positivas	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012.

Tabela 42: Motivos negativos na avaliação da educação, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, abril e outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012

Motivos negativos nas avaliações da educação	Setembro de 2009	Outubro de 2010	Outubro de 2011	Outubro de 2012
Faltam vagas, salas e escolas lotadas, aumento populacional e da demanda	8,6	8,3	10,0	31,8
Falta incentivo do governo, menos iniciativa governamental	1,8	5,2	5,5	14,9
Piora da qualidade do ensino	14,5	20,6	18,9	12,3
Falta incentivo salarial para os professores	12,2	8,1	9,5	5,8
Greve	0,0	3,9	6,9	5,4
Faltam professores	8,5	5,1	9,6	5,1
Desinteresse dos professores com os estudos, falta de motivação	0,0	8,7	5,7	2,7
Muita violência nas escolas	2,4	1,9	9,6	2,2
Estrutura das escolas públicas está precária	16,3	13,1	9,3	2,0
Desinteresse dos alunos		5,5	2,3	1,2
Professores sem qualificação	17,6	7,1	6,6	1,1
Outros motivos	18,0	12,4	6,1	15,4
Total de avaliações negativas	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012.

7.3. SEGURANÇA PÚBLICA

O tema da segurança pública foi avaliado pelos entrevistados, conforme apresenta o Gráfico 30, em que se destacam as categorias "regular" (31,3%), "péssimo" (26,5%) e "ruim" (21,3%). Em comparação com as pesquisas anteriores, os resultados de 2012 indicam uma queda nas avaliações positivas e um aumento das ponderações negativas. O grupo de não respondentes se manteve, de forma geral, pouco expressivo.

Pouco mais da metade dos entrevistados, proporção semelhante ao resultado observado na pesquisa anterior, não identificou alterações na segurança pública no último ano. As avaliações relativas a melhorias caíram oito pontos percentuais, enquanto que a proporção do grupo que indicou piora na segurança pública aumentou sete pontos percentuais, conforme sumariza o Gráfico 31 a seguir.

O cruzamento entre a avaliação da situação atual e a variação do último ano, mostrado na Tabela 43, indica que grande parte dos entrevistados avalia a segurança de forma regular, sem alterações no último ano.

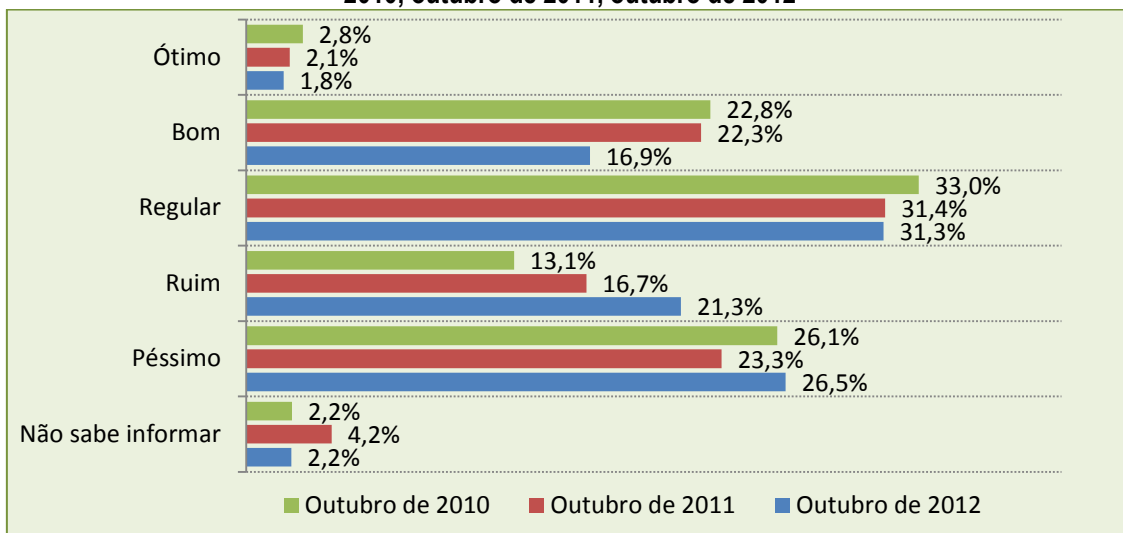
Dentre os que indicaram alguma melhora, a maior parte analisou a situação como regular ou boa. Os entrevistados que mais perceberam queda na qualidade da segurança, por sua vez, foram os que mais a classificaram como péssima.

Tabela 43: Alteração na segurança pública no último ano, segundo a avaliação do serviço, Porto Velho, outubro de 2012

Avaliação	Melhorou	Não alterou, continua igual	Melhorou por um lado e piorou por outro	Piorou	Não sabe	Total
Ótimo	1.381	577	0	0	0	1.958
Bom	5.559	10.911	232	901	306	17.908
Regular	6.114	20.708	509	5.670	196	33.197
Ruim	1.154	12.251	66	9.181	0	22.652
Péssimo	257	9.522	317	17.833	173	28.103
Não sabe	121	188	0	202	1.847	2.358
Total	14.586	54.158	1.124	33.787	2.523	106.177

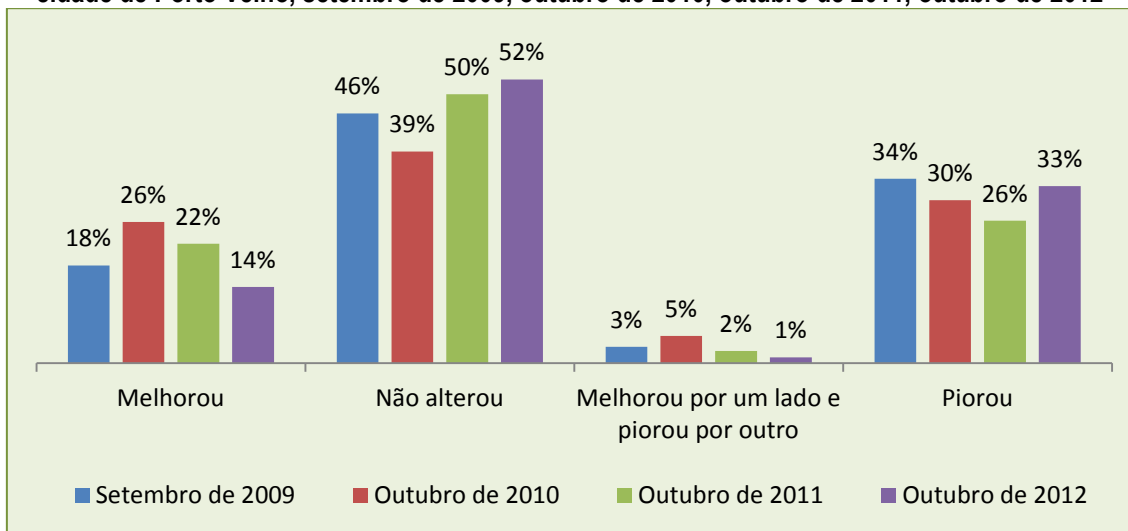
Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, outubro de 2012.

Gráfico 30: Avaliação da situação atual da segurança pública, cidade de Porto Velho, outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012



Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012.

Gráfico 31: Avaliação das alterações identificadas na segurança pública durante o último ano, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012



Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro 2009, outubro 2010, outubro 2011 e outubro de 2012.

Na Tabela 44, a seguir, encontram-se os motivos apresentados pelos entrevistados que justificaram a avaliação positiva das alterações percebidas. A sistematização dos dados mostra que o grande número de policiais nas ruas da cidade continua sendo o aspecto mais mencionado para justificar a melhoria na segurança pública, com 69,8% das menções, seguido pela diminuição da criminalidade (8,5%). Os relatos a seguir ilustram alguns aspectos positivos, ainda que apontem, concomitantemente, necessidades de melhoria: *"Houve mais investimento em segurança, houve contratação de servidores, melhorou muito, mas ainda falta", "há mais viaturas nas ruas", "aumentou o policiamento nos bairros"*.

Várias ponderações, que não apareceram de forma expressiva nas últimas pesquisas, foram levantadas no estudo de 2012, tais como o menor número de usuários de drogas nas ruas (3,9%), a valorização e melhor remuneração dos policiais (3,4%), a diminuição da insegurança através da ocupação de áreas antigamente ermas ou vazias (2,3%) e melhorias ocorridas na iluminação pública (1,7%).

A identificação dos motivos que justificam a avaliação de piora na segurança, mostrados na Tabela 45, evidencia o aumento da violência e do número de assaltos, com 32,9% dos relatos, resultado também majoritário em pesquisas anteriores. Outra resposta recorrente, com 24,9% das respostas, se refere ao baixo nível de investimentos em segurança pública, comparado ao grande crescimento populacional. Nesse quesito, inúmeros entrevistados mencionaram que *"aumentou a população e aumentou a criminalidade", "muitas pessoas vieram de fora, a população e a marginalidade aumentaram", "o policiamento não dá conta de atender toda a cidade", "aumentou a população, mas não aumentou a segurança, não tem policial na rua"*.

Interessante notar que o número de algumas justificativas diminuiu ao longo do tempo, tal como o menor número de policiais nas ruas, que caiu 30 pontos percentuais desde a primeira pesquisa. Ainda chama atenção a proporção de reclamações sobre o trânsito, mesmo que apresentando número reduzido de menções. Vários comentários com teor negativo foram registrados, como *"violência no trânsito", "muitos acidentes de carro", "muitas mortes no trânsito"*.

Tabela 44: Motivos positivos na avaliação da segurança pública, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, abril e outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012

Motivos positivos nas avaliações da segurança pública	Setembro de 2009	Outubro de 2010	Outubro de 2011	Outubro de 2012
Grande número de policiais (mais policiais) nas ruas	69,1	65,8	66,4	69,8
Diminuição da criminalidade	9,1	6,7	9,6	8,5
Diminuição do número de usuários de drogas nas ruas	0,0	0,0	0,0	3,9
Policiais mais bem remunerados, valorização do profissional	0,0	0,0	0,0	3,4
Boa segurança no centro	0,4	1,8	0,0	2,4
Redução da insegurança com a ocupação de áreas vazias	0,0	0,0	0,0	2,3
Melhoria da iluminação das ruas	0,0	0,0	0,0	1,7
Mais investimentos em segurança pública	4,8	2,9	2,0	1,4
Mais agilidade no setor efetivo	6,6	2,3	4,4	1,3
Compra de novas viaturas	9,5	5,4	5,3	0,8
Melhoria do aparato policial	0,5	3,1	7,8	0,5
Bairro tranquilo	0,0	10,5	0,8	0,0
Outros motivos	0,0	1,6	3,7	3,7
Total de avaliações positivas	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012.

Tabela 45: Motivos negativos na avaliação da segurança pública, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011 e outubro de 2012

Motivos negativos nas avaliações da segurança pública	Setembro de 2009	Outubro de 2010	Outubro de 2011	Outubro de 2012
Aumento dos assaltos, aumento da violência	32,4	27,8	39,2	32,9
Investimentos não acompanharam o crescimento populacional	17,2	12,2	6,8	24,9
Aumento da marginalidade	0,0	6,7	3,9	9,6
Atendimento policial ruim / demorado / deficiente	0,0	0,0	5,6	7,4
Pequeno número de policiais (menos policiais) nas ruas	37,6	9,6	1,8	7,3
Falta de interesse das autoridades / planejamento / investimento	0,0	2,4	10,8	4,5
Chegada de desconhecidos de lugares diferentes	0,0	4,2	2,2	2,9
Aumento dos acidentes de trânsito, trânsito perigoso	1,5	4,3	3,4	1,7
Pouca segurança na periferia	0,2	2,4	0,2	0,6
Não tem policiamento nas ruas, não tem segurança	0,0	10,4	15,1	0,0
Bairro é perigoso	0,0	2,9	0,2	0,0
Outros motivos	11,1	17,1	10,9	8,2
Total de avaliações negativas	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, abril e outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012.

7.4.LAZER

O resultado da avaliação do lazer na cidade de Porto Velho apresenta dados curiosos. Nas pesquisas realizadas em outubro de 2010 e 2011 as opiniões dos entrevistados se distribuem de forma quase homogênea. Os resultados atuais apresentam algumas alterações: a categoria "regular" e as avaliações negativas aumentaram, em média, quatro pontos percentuais, enquanto que a proporção de pessoas que considera o lazer "bom" diminuiu de 25,6% para 21,3% (Gráfico 32).

Em relação às alterações percebidas no lazer no último ano, sumarizadas no Gráfico 33, evidencia-se um pequeno aumento (3%) da proporção de pessoas que não vê mudanças, percepção que foi majoritária dentre as opiniões expostas sobre o tema, e também a diminuição das respostas positivas de 26% para 22%. As demais respostas mantiveram os mesmos resultados da pesquisa anterior.

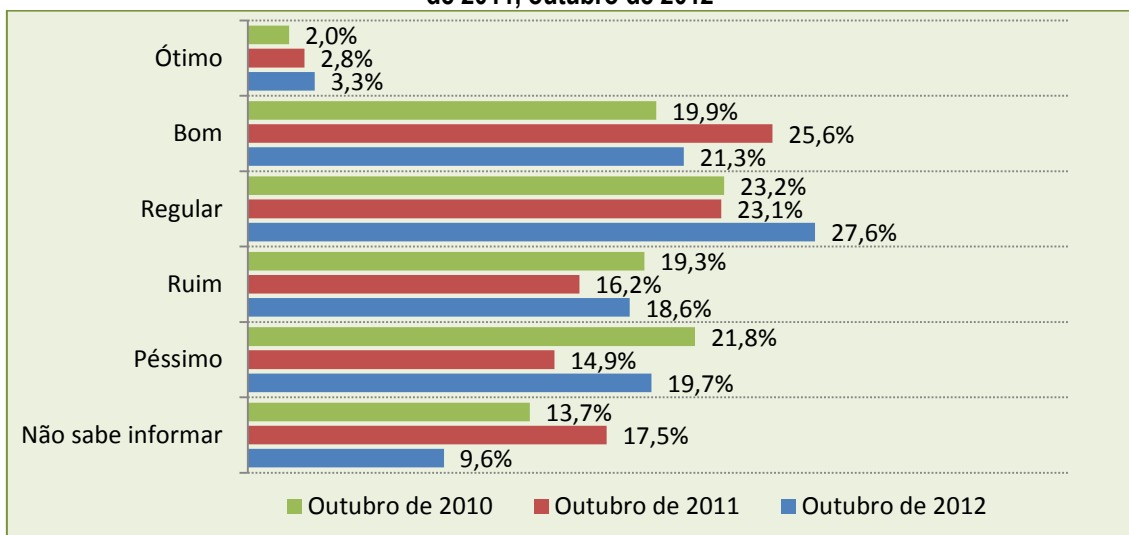
Conforme indica a Tabela 46, dentre os entrevistados que não perceberam alterações no lazer no último ano, a maioria avaliou o tema de forma regular ou negativa. Dentre as pessoas que perceberam melhorias, grande parte classificou o lazer como "bom" ou "regular". As indicações relativas à piora do lazer no último ano correspondem a avaliações predominantemente negativas do tema.

Tabela 46: Alteração no lazer no último ano, segundo a avaliação do serviço, cidade de Porto Velho, outubro de 2012

Avaliação	Melhorou	Não alterou, continua igual	Melhorou por um lado e piorou por outro	Piorou	Não sabe	Total
Ótimo	2.513	952	0	0	0	3.466
Bom	9.182	13.017	110	0	257	22.567
Regular	7.071	19.729	1.074	1.476	0	29.351
Ruim	711	15.133	861	2.745	307	19.757
Péssimo	1.817	14.567	245	4.073	188	20.891
Não sabe	125	0	0	0	10.020	10.145
Total	21.420	63.399	2.291	8.294	10.772	106.176

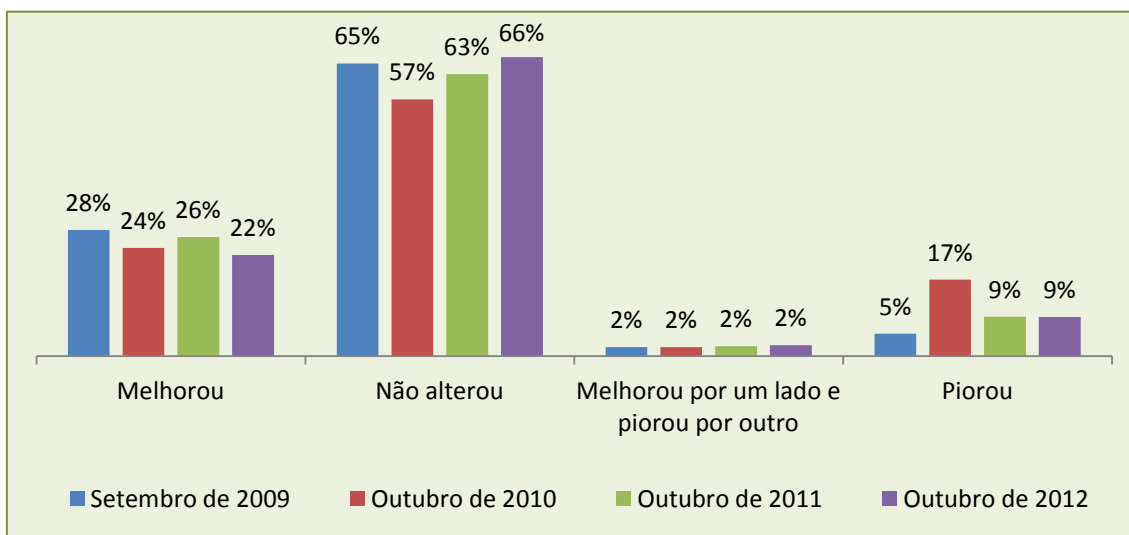
Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, outubro de 2012.

Gráfico 32: Avaliação da situação atual do lazer, cidade de Porto Velho, outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012



Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012

Gráfico 33: Avaliação das alterações identificadas no lazer no último ano, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012.



Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro/2009, outubro/2010, outubro/2011, outubro/2012.

Notou-se, em campo, grande quantidade de pessoas que não souberam avaliar ou justificar sua avaliação por não terem atividades de lazer incorporadas a sua rotina. Ainda assim, houve ponderações positivas sobre o tema, conforme apresenta a Tabela 47 a seguir, com as justificativas fornecidas pelos entrevistados que indicaram melhorias no lazer. As praças, bem como eventuais reformas e melhorias nelas promovidas, se destacam com a maior proporção de respostas (34,5%). Pouco ressaltada nas pesquisas até outubro de 2010, a revitalização de pontos históricos de Porto Velho correspondeu a 14,4% do total de menções, ficando em segundo lugar. Destaca-se nesse sentido a Praça da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, bastante lembrada pelos entrevistados. Os entrevistados lembraram que *"houve reforma e construção de praças, onde há eventos culturais públicos"* e *"os pontos turísticos estão sendo reformados, dando mais opções aos turistas"*.

As menções relativas a "mais lazer - shoppings" e à implantação ou reforma de um parque municipal, temas predominantes nas pesquisas anteriores, foram se tornando menos frequentes ao longo dos anos, e caíram vários pontos percentuais desde a primeira pesquisa. Tal resultado era esperado em relação ao shopping, tendo em vista que em 2009 ele era uma novidade, já tendo sido incorporado nas atividades da população desde a pesquisa em 2011.

Entre as justificativas referentes às avaliações negativas de lazer, a menção mais frequente nas pesquisas anteriores também se sobressaiu em 2012, com 27,3% dos comentários, tratando da falta de opções de lazer, especialmente de lazer público. Um comentário recorrente por parte dos pesquisados é o de que *"aqui (na cidade de Porto Velho) não tem nada para fazer"* ou ainda *"o único lazer é o bar"*. Nota-se, ainda assim, que a proporção dessas ponderações diminuiu ao longo das pesquisas, mesmo que continue predominante no conjunto dos resultados. Como segunda justificativa, com 17,8% das menções, aparece o abandono ou falta de manutenção dos equipamentos de lazer e outros espaços públicos, tais como praças e parques. Na visão dos entrevistados, *"os parques estão abandonados, as secretarias municipais não cuidam, o que existe na cidade não é cuidado"* ou *"foram construídos parques, mas não há manutenção"*.

Com 9% das ponderações cada, foram citados o uso de drogas em praças e locais públicos e a infraestrutura de lazer incipiente frente ao crescimento populacional ocorrido, embora ambos os temas não tivessem sido relatados de forma significativa nas pesquisas anteriores. Por outro lado, um comentário presente até 2011, o alto custo do lazer, não apareceu na última pesquisa de 2012, conforme indica a Tabela 48.

Tabela 47: Motivos positivos na avaliação do lazer, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012

Motivos positivos nas avaliações do lazer	Setembro de 2009	Outubro de 2010	Outubro de 2011	Outubro de 2012
Mais opções de lazer - praças / reformas em praças	32,0	23,5	39,7	34,5
Revitalização de pontos históricos de Porto Velho	0,0	0,0	5,0	14,4
Mais opções de lazer - shoppings	25,8	35,7	7,5	12,5
Mais opções de lazer (sem mencionar quais) / reformas e melhorias	22,0	16,5	23,7	9,9
Mais parques / revitalização de parques	0,0	2,3	3,9	7,5
Mais bares, restaurantes e casas de show	1,0	3,2	1,7	5,5
Construção/ reforma de quadras esportivas ou demais espaços desportivos	0,0	2,6	5,4	4,0
Mais opções de lazer - cinema, teatro	0,0	2,8	1,6	2,3
Mais opções de lazer - balneários	6,7	2,8	0,3	2,1
Bom investimento do governo	0,8	0,6	1,7	0,9
Qualidade no serviço prestado pelo SESC	1,5	2,0	0,0	0,7
Construção de um parque municipal, reforma do parque	6,6	5,5	1,9	0,7
Mais eventos culturais diversos	0,0	0,0	3,7	0,3
Outros motivos	3,7	2,4	4,0	4,8
Total de avaliações positivas	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, abril e outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012.

Tabela 48: Motivos negativos na avaliação do lazer, cidade de Porto Velho, setembro de 2009, outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012

Motivos negativos nas avaliações do lazer	Setembro de 2009	Abril de 2010	Outubro de 2010	Outubro de 2011	Outubro de 2012
Não tem opção de lazer, apenas lazer privado, poucas opções	53,6	68,3	50,1	35	27,3
Abandono / falta de manutenção dos equipamentos de lazer	0,0	0,0	2,6	6,5	17,8
Uso de drogas nas praças	0,0	0,0	0,0	0,0	9,0
Mais pessoas - população maior sem proporcionar mais lazer	0,0	0,0	0,0	0,0	9,0
Não tem lazer nos bairros/periferias, há melhorias apenas no centro	0,0	0,0	11,3	9,2	8,6
Faltam opções para famílias e crianças	0,0	0,0	4,8	5,5	5,5
Não tem segurança, medo de sair porque é perigoso	3,2	6,6	3,5	4,3	3,7
Faltam opções esportivas, locais para prática de esportes	0,0	0,0	2,2	4,4	3,7
Estrutura da cidade está precária	2,9	4,2	1,9	1,3	2,3
Difícil acesso a opções de lazer	23	8,3	9,2	6,1	1,3
Alto preço - custo - do lazer	17,3	4,0	9,4	12,3	0,0
Faltam praças	0,0	0,0	0,0	4,0	0,0
Obras de equipamentos de lazer inacabadas	0,0	0,0	0,0	3,2	0,0
Não há incentivo para a cultura	0,0	1,9	1,0	2,4	0,0
Lugares lotados	0,0	3,3	1,3	2,2	0,0
Outros motivos	0,0	3,3	2,7	3,5	11,9
Total de avaliações negativas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro de 2009, abril e outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012.

7.5. SAÚDE

O último tema abordado na avaliação dos serviços prestados na cidade de Porto Velho refere-se à saúde. Dentre todos os serviços avaliados, a saúde recebeu a pior avaliação. A maior parte dos entrevistados (43,3%) julga ser péssima a situação atual dos serviços oferecidos, conforme expõe o Gráfico 34. Apesar de minoritárias, as percepções positivas sobre o serviço apresentaram um pequeno aumento em relação à pesquisa anterior.

O Gráfico 35 evidencia que grande parte dos entrevistados não percebeu mudanças no serviço de saúde (41%) ou indicou pioras no último ano, com 39% das proporções. Em relação à pesquisa anterior, as indicações de melhoria aumentaram cinco pontos percentuais ao mesmo tempo em que as percepções de piora também cresceram (quatro pontos percentuais).

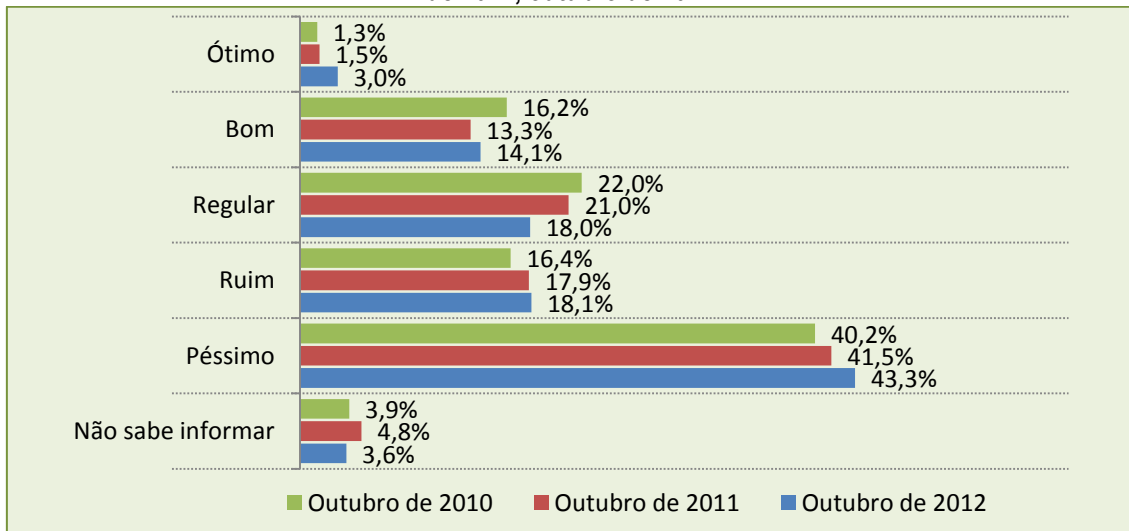
Assim como nos itens anteriores, o cruzamento entre avaliação e percepção de alteração (Tabela 49) mostra que, quanto melhor a avaliação, mais alterações positivas são notadas e, da mesma maneira, quanto pior a avaliação, mais alterações negativas são vistas. Os resultados indicam que 64% dos que avaliaram o serviço de saúde como "péssimo" percebeu piora no último ano e 55% dos que o avaliaram como "bom" mencionaram melhorias no período em questão. A maior parte de entrevistados não vê alterações no último ano e avalia o serviço de saúde como péssimo, regular ou ruim.

Tabela 49: Alteração na saúde no último ano, segundo a avaliação do serviço, Porto Velho, outubro de 2012

Avaliação	Melhorou	Não alterou, continua igual	Melhorou por um lado e piorou por outro	Piorou	Não sabe	Total
Ótimo	1.994	1.143	0	0	0	3.137
Bom	8.219	5.404	34	524	773	14.955
Regular	5.243	10.307	898	2.502	121	19.071
Ruim	931	10.219	1.234	6.791	0	19.176
Péssimo	1.168	14.364	678	29.450	340	46.000
Não sabe	125	275	380	248	2.809	3.838
Total	17.681	41.712	3.225	39.516	4.043	106.177

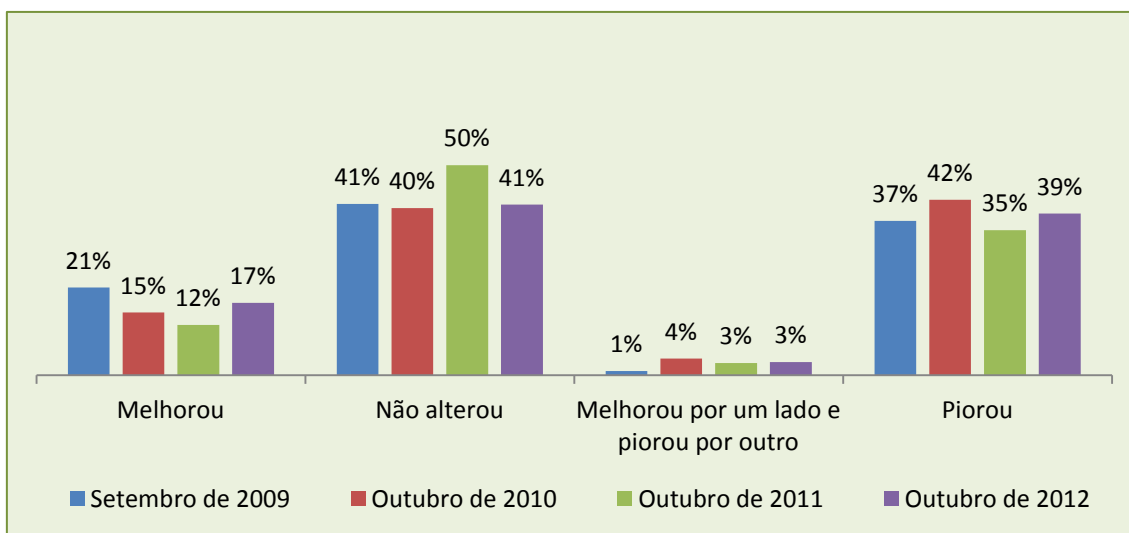
Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, outubro de 2012

Gráfico 34: Avaliação da situação atual da saúde, cidade de Porto Velho, outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012



Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012.

Gráfico 35: Avaliação das alterações identificadas na saúde durante o último ano, setembro de 2009, abril e outubro de 2010, outubro de 2011, outubro de 2012



Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar, setembro/2009, outubro/2010, outubro/2011, outubro/2012.

Foram apresentadas diversas justificativas para as alterações percebidas, mas alguns aspectos foram repetidamente mencionados durante as entrevistas de campo: a sobrecarga dos serviços de saúde em função do aumento populacional e a demora no acesso a atendimentos em geral: consultas, procedimentos, cirurgias, entre outros. Os comentários seguintes são algumas das declarações apresentadas pelos pesquisados: *"hospitais lotados, não se consegue atendimento", "aumentou a população e a demanda por saúde, os hospitais públicos não suportam", "aumentou a população e a estrutura não acompanhou", ou "sobrecarga dos hospitais", "a espera é muito grande, não tem assistência", "tem que ir de madrugada (para ser atendido)", "dificuldade em marcar consulta e cirurgia".*

Entre as justificativas apresentadas para avaliação de melhorias na saúde, o aspecto mais destacado em 2012, com 43,5% dos relatos, é um tema que sempre ficou em segundo lugar nas pesquisas anteriores: trata-se da construção de novos hospitais, postos de saúde e unidades de saúde de forma geral. Em seguida são destacadas melhorias ocorridas no atendimento em hospitais e postos de saúde, com 29,6% das menções, as reformas em alguns postos de saúde (5,5%) e o maior número de agentes de saúde (5%). Nesses quesitos, diversos relatos esclarecem que *"há mais unidades de saúde", "houve a construção de UPA's (Unidades de Pronto Atendimento) com atendimento 24 horas"*, ou ainda explicitam os pontos positivos e negativos: *"melhorou com a construção de novas unidades de atendimento, no entanto, não atende todos os habitantes"*.

O motivo mais apresentado para as avaliações negativas, desde as últimas quatro pesquisas, é sobre a demora no atendimento e a dificuldade em realizar consultas médicas, correspondendo a 28,2% das justificativas expressas em 2012. Em segundo e terceiro lugar aparecem a sobrecarga do sistema de saúde devido ao crescimento populacional (19,9%) e a falta de médicos e profissionais da saúde (12,9%).

Interessante notar a presença de dois relatos novos, que não haviam sido destacados de forma significativa nas pesquisas anteriores: a negligência e o pouco investimento na saúde por parte dos órgãos competentes municipais e estaduais, com 8,6% das menções, e o aumento do número de acidentes de trânsito na cidade (1,8%).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os vários resultados da pesquisa realizada em outubro de 2012 mostraram poucas alterações significativas em relação à pesquisa de outubro de 2011 - ou mesmo em relação às anteriores, realizadas em setembro de 2009, abril de 2010 e outubro de 2010 - indicando uma continuidade dos efeitos da implantação das usinas hidrelétricas na cidade de Porto Velho. Os primeiros resultados da alteração do ritmo contratação de mão de obra para a implantação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio começam a ser percebidos. Entre eles podem ser destacados:

- a redução na população total estimada associada a uma menor atração de migrantes e, possivelmente, a uma saída de antigos moradores da cidade, nativos ou não, que após trabalhar durante algum tempo nas usinas, sendo qualificados por esta experiência, migraram para outras frentes de trabalho na implantação de grandes projetos, como a Usina de Belo Monte, citada nas entrevistas como destino de migrantes que passaram por Porto Velho;
- a menor importância do setor da construção civil na absorção da mão de obra ocupada, com a ascensão de setores mais tradicionais na cidade, como os serviços e principalmente os serviços públicos;
- a diminuição da estimativa do déficit habitacional na cidade, com diminuição do ônus com aluguel, fator relacionado à ampliação da oferta de moradia ocorrida nos últimos anos e a atual redução da demanda;
- a avaliação já um pouco menos otimista dos entrevistados em relação ao trabalho e à renda com colocações referentes à diminuição das oportunidades em função da diminuição da contratação de trabalhadores na usina de Santo Antônio.

Deve-se assinalar, contudo, que estas alterações são ainda bastante tênues, menos expressivas do que seria de se esperar face ao volume da redução do emprego ocorrida. É importante assinalar que as próprias lideranças entrevistadas apresentam argumentos importantes no sentido das perspectivas de desenvolvimento de outras atividades na cidade que consolidariam um nível de atividade mais dinâmico que o anterior à implantação das usinas, conforme será apresentado a seguir.

II. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES SECUNDÁRIAS SOBRE EMPREGO

INTRODUÇÃO

Esta seção visa dar sequência ao monitoramento da dinâmica socioeconômica de Porto Velho, com ênfase na dimensão econômica. No percurso da construção da UHE Santo Antônio, desde meados de 2008, o ano de 2012 foi marcado por um aspecto muito significativo em relação à dinâmica econômica urbana gerada pelo empreendimento na cidade e na região: um número mais elevado de demissões do que a quantidade de admissões de empregados nas obras da usina. A diminuição progressiva do número de empregados diretos da usina gera efeitos na cidade, que vem passando por um momento posterior à euforia econômica dos anos anteriores, o que traz consequências diversas. Este relatório tem o objetivo de retratar tal quadro, a partir de uma série de dados obtidos junto à Santo Antônio Energia, bem como de outras fontes, como o Ministério do Trabalho e Emprego, dentre outros; e também a partir de informações qualitativas obtidas junto a uma série de entrevistas realizadas na cidade de Porto Velho em outubro de 2012, com agentes-chave de setores diversos: representantes de entidades de classe, empresários de portes e setores diversos, técnicos do setor público, profissionais do terceiro setor, dentre outros.

1. A PERCEPÇÃO DAS LIDERANÇAS LOCAIS

Em primeiro lugar, observa-se nos relatos dos entrevistados uma ambiguidade em relação ao ritmo de atividade econômica observado ao longo do ano. Parte dos entrevistados enxerga uma estabilidade ou uma pequena queda ao longo do ano em relação a 2011, e um segundo grupo observa uma desaceleração mais abrupta. No entanto, grande parte dos entrevistados no comércio que se inserem neste segundo grupo, observando uma queda significativa no ritmo de atividades, não teve o número de empregados de suas empresas reduzido em relação ao final de 2011. Esta ambiguidade revela que a cidade ainda se encontra num ponto de inflexão em relação ao final da aceleração abrupta dos anos anteriores, cuja percepção é unânime dentre os entrevistados.

Como será detalhado a seguir, os dados do mercado de trabalho aqui analisados demonstram uma expansão do contingente de empregos formais em Porto Velho ao longo do período analisado, sendo que o comércio sofreu impactos mais significativos do refluxo das obras e os serviços sustentaram o aumento no total. Ou seja: em termos quantitativos, a desaceleração no mercado de trabalho local ainda poderia estar por vir, mas continua dependendo de fatores externos, como a conjuntura macroeconômica, que também é citada pelos entrevistados como um aspecto que vem trazendo impactos no arrefecimento do ritmo de atividade econômica na cidade.

A dinâmica imobiliária também constitui um indicador importante da conjuntura local, e os entrevistados indicam uma queda nos preços de aluguéis de imóveis, sendo que um entrevistado do setor imobiliário afirma que, em média, esta queda foi da ordem de 30%. Nos anos anteriores, houve um padrão de demanda muito superior à oferta de imóveis anteriormente existentes, o que causou um aumento acentuado nos preços acompanhado por uma grande quantidade de obras, visando atualizar a oferta ao novo padrão. No entanto, havia um movimento especulativo, por parte de agentes que visavam aproveitar do novo perfil de demanda (não somente em quantidade, mas no padrão de renda dos compradores e inquilinos em potencial), acompanhado

por um risco das novas construções gerarem uma situação inversa, de oferta maior que a demanda, em função do final das obras das usinas, e do esvaziamento da procura existente neste período de pico da dinâmica econômica local atrelado às obras.

Segundo um entrevistado do setor imobiliário, há um aumento da oferta de imóveis antigos, mas ainda é cedo para saber ao certo como o mercado irá se ajustar no novo padrão. Esta queda na demanda ocorreu também no setor hoteleiro, onde se observa uma ociosidade inexistente nos anos anteriores.

A perspectiva para o futuro próximo não apresenta divergências significativas dentre os entrevistados, que afirmam ter a expectativa de que a cidade volte a seu nível de crescimento do período anterior à construção das usinas, que, segundo a grande maioria dos entrevistados, não era tão extraordinário como ocorreu nos últimos anos, mas era satisfatório, do ponto de vista econômico, para o contexto local. No entanto, a percepção quanto à mudança de patamar da cidade também varia dentre os entrevistados, sendo que uma parte deles acredita que Porto Velho mudou de forma estrutural – sobretudo no setor terciário, mas também com uma perspectiva de industrialização, a partir das plantas da IMMA e da Votorantim, que não devem sair da cidade, na visão destes informantes – e outra parte acredita que houve um impulso de crescimento que não trouxe transformações significativas para a cidade em termos de desenvolvimento, não tendo alterado estruturas qualitativas, somente aquecendo a economia local e gerando renda provisoriamente.

Alguns empresários afirmam que a cidade, ao deixar de aproveitar o momento para realizar um trabalho de planejamento de longo prazo visando transformações estruturais, estaria perdendo mais uma oportunidade para tal – já que os momentos de crescimento mais intenso criam potencialidades de alavancar tais transformações, muito mais difíceis em períodos de estagnação.

A respeito da dinâmica local autônoma e independente das usinas, há uma visão de alguns agentes que investiram de forma muito significativa nos últimos anos que a cidade tem uma economia com alto potencial de crescimento sustentado ao longo do tempo independente da construção das usinas, e que as decisões de alguns desses investimentos foram feitos – e iniciados – antes do início das grandes obras na região. Citam diversas transformações na região e no estado que vêm dinamizando muito Porto Velho como um grande centro comercial e de serviços, com indicadores claros como o crescimento vertiginoso na oferta de ensino superior, cuja demanda vem não somente da própria população da capital, mas em grande medida do interior do estado, bem como de porções do Acre e do Amazonas. Neste sentido, o período atual seria um retorno a este ritmo de crescimento – bastante satisfatório para o investimento privado em diversos setores, acima da média do país e da média do estado nos setores urbanos. A interpretação do momento atual desses agentes coloca o ano de 2012 como um primeiro ano de ajuste a este retorno ao padrão anteriormente existente, e que não deve ocorrer um declínio muito significativo no nível de atividade econômica, mas uma readaptação a um novo momento.

Outro fator citado – muito importante para avaliar os efeitos da desaceleração econômica – é a emigração observada na cidade ao longo do ano. Todos os entrevistados afirmam que uma grande quantidade de residentes deixou a cidade de Porto Velho ao longo do ano, sobretudo os chamados “usineiros” e outros ligados à construção das usinas. Afirma-se que a maioria destes

continuou buscando emprego em outras grandes obras de infraestrutura na região norte do país, sendo que a usina de Belo Monte foi muito citada como um provável destino destes emigrantes. Este é um aspecto que precisa ser mensurado a partir dos dados mais precisos fornecidos pela pesquisa domiciliar, mas adianta-se que o efeito da emigração, do ponto de vista econômico, é positivo no sentido de que não se retorna ao problema anteriormente existente na cidade de um contingente de desempregados muito elevado nas periferias, que deve crescer um pouco, mas não ao ponto que cresceria caso a emigração de parte dos empregados das usinas não ocorresse.

Deve-se considerar também, neste quadro temporal mais amplo, que a UHE Jirau – situada a uma distância de Porto Velho que impede que os trabalhadores façam deslocamentos pendulares diários, mas que influencia diretamente na dinâmica econômica local – vem entrando no período em que o contingente total de empregados diminui progressivamente neste momento, e isso torna o monitoramento do futuro próximo muito importante para avaliar os impactos das duas usinas em fase de declínio na quantidade de mão de obra diretamente ocupada, pois o que ocorreu até o momento ao longo de 2012 foi em função do efeito dos desligamentos da UHE Santo Antônio enquanto Jirau permanecia em expansão.

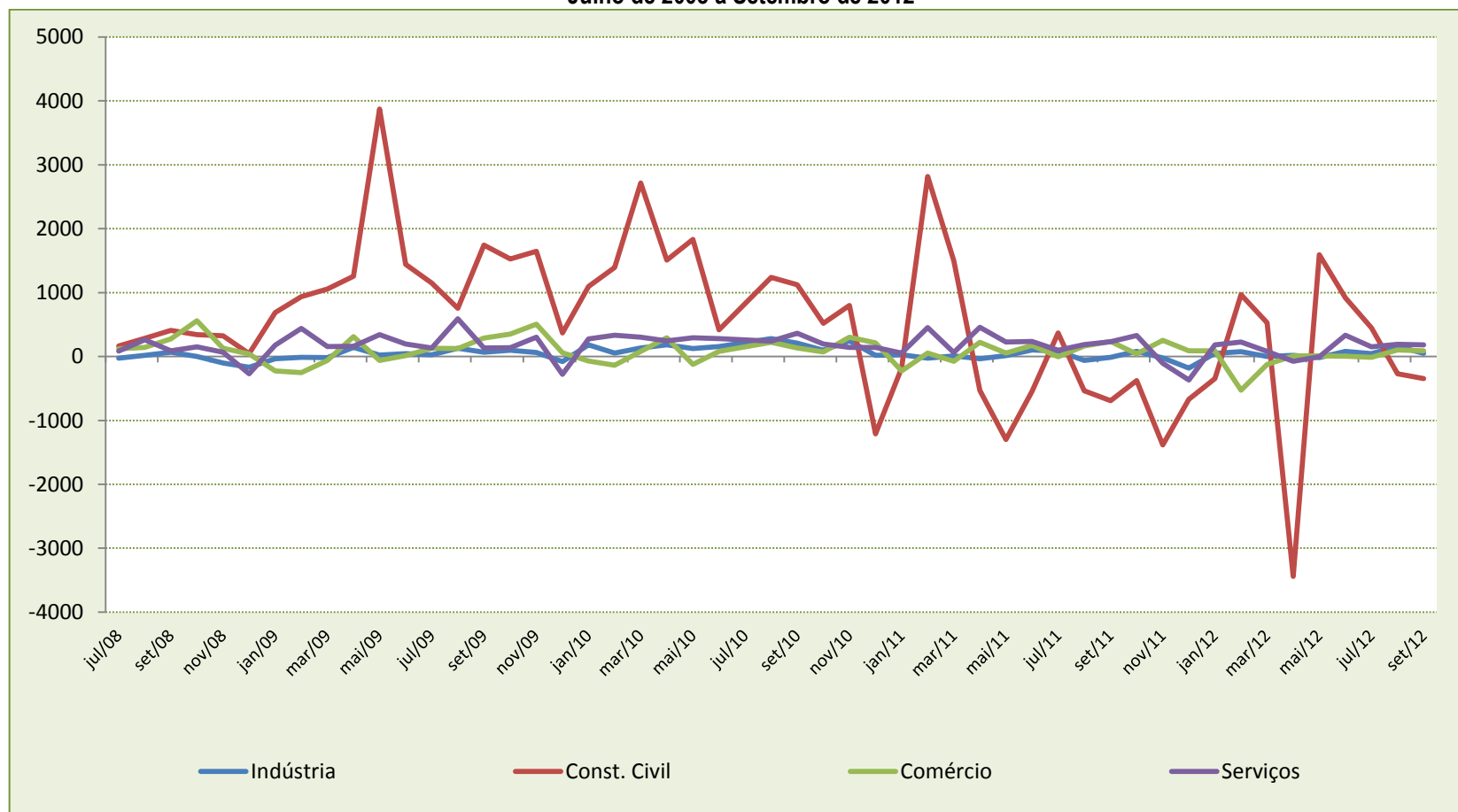
Nesta mesma lógica, como será demonstrado quantitativamente abaixo, o total de empregados de nível técnico – na montagem eletromecânica – da UHE Santo Antônio – também entrou em fase de declínio mais recentemente, cujos efeitos ainda não devem estar presentes na dinâmica local, e que devem ser relativamente importantes, já que este é um grupo de patamares salariais mais elevados.

Os aspectos sociais foram destacados por alguns entrevistados atuantes em entidades do terceiro setor, e se referem principalmente ao tráfico de drogas, à prostituição de menores, ao aumento da violência, e a reclamações de trabalhadores quanto a condições de vida e trabalho nos canteiros de obras. Na cidade de Porto Velho esses problemas se manifestam nas periferias de forma mais intensa, mas deve-se considerar também a queda expressiva no nível de desemprego observada nos últimos anos, que foi um fator positivo para os grupos mais vulneráveis socialmente, e que era um problema sério no quadro anterior – e cujo eventual retorno pode causar problemas graves para a cidade.

A precariedade dos serviços de saúde também entra como um fator muito negativo amplamente citado por todos os entrevistados, e se destaca como sintoma das falhas de planejamento e como principal exemplo dos impactos negativos gerados pela movimentação mais intensa dos anos anteriores.

Como conclusão para estas observações introdutórias, apresenta-se um gráfico da evolução do saldo do mercado de trabalho em Porto Velho voltando ao período capturado no início deste monitoramento da dinâmica socioeconômica, com o intuito de contextualizar o período atual em relação ao que ocorreu nos anos anteriores na economia local.

Gráfico 1: Evolução mensal do emprego formal, saldo do total de admissões e total de desligamentos mensais por grandes setores de atividade, Porto Velho, Julho de 2008 a Setembro de 2012



O gráfico – que apresenta o saldo entre o total de admissões e o total de demissões no emprego formal no município de Porto Velho entre julho de 2008 e setembro de 2012, separado por grandes setores de atividade⁶ – revela claramente os distintos ritmos de expansão no mercado de trabalho local, com uma fase de intensa expansão do emprego formal iniciando-se na virada de 2008 para 2009, e que mantém saldos positivos e muito elevados na construção civil até o final de 2010, quando começam a ocorrer períodos em que as demissões superam as admissões.

A partir de meados de 2011 os períodos de saldo positivo se tornam menos freqüentes, indicando claramente a retração do total de empregados, sendo que em maio de 2012 ocorre uma quantidade muito grande de demissões na construção civil, o que pode ser tomado como um ponto de inflexão importante como entrada no período de arrefecimento do ritmo de atividade econômica na cidade.

2. QUALIFICAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Esta seção traz alguns dados referentes à qualificação e contratação de mão de obra por parte da Santo Antônio Energia. Na primeira subseção abaixo são apresentados os dados referentes à evolução da mão de obra qualificada no Programa Acreditar e do pessoal contratado em 2012, até o mês de agosto.

▪ Qualificação de mão-de-obra

O Programa Acreditar foi criado pela Santo Antônio Energia com o intuito de oferecer cursos de qualificação para a promoção do emprego da população local na construção da usina. Os dados a seguir apresentam a evolução do número de inscritos e formados nos dois módulos disponíveis no programa, assim como o total de formados.

Como os dados a seguir são acumulativos desde o início do programa, os efeitos da desaceleração do número de contratações são visíveis somente no ritmo mais baixo do crescimento do número de inscritos e formados ao longo do período observado.

▪ MÃO DE OBRA CONTRATADA

Esta seção traz as alterações recentes no perfil e na quantidade de empregados diretamente ocupados nas obras da UHE Santo Antônio, dos meses de abril a setembro de 2012. Em primeiro lugar apresentam-se os dados referentes à mão de obra ocupada nas obras civis, mais

⁶ Optou-se por manter o emprego na agropecuária fora dessa análise, pelo fato de se tratar de quantias muito pouco expressivas e da ênfase deste estudo na área urbana da sede do município de Porto Velho.



ligadas a um perfil de trabalhadores da construção pesada. Observa-se uma continuação no declínio observado anteriormente em praticamente todas as categorias ao longo do período:

Tabela 1: Programa Acreditar: total de inscritos no programa e número de alunos formados por módulo, Porto Velho, Janeiro a Agosto de 2012

Discriminação	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Inscritos no programa	52.350	17.913	70.263	53.106	17.965	71.071	53.777	18.025	71.802	54.335	18.104	72.439
Formados módulo básico	34.867	4.709	39.576	35.468	4.753	40.221	35.998	4.767	40.765	36.363	4.799	41.162
Formados módulo técnico	9.630	870	10.500	9.759	871	10.630	9.900	878	10.778	10.048	880	10.928
Total de formados (MB + MT)	44.497	5.579	50.076	45.227	5.624	50.851	45.898	5.645	51.543	46.411	5.679	52.090
Discriminação	Maio			Junho			Julho			Agosto		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Inscritos no programa	54.929	18.222	73.151	55.356	18.264	73.620	55.510	18.301	73.811	55.572	18.326	73.898
Formados módulo básico	36.929	4.833	41.762	37.236	4.845	42.081	37.376	4.854	42.230	37.449	4.877	42.326
Formados módulo técnico	10.315	881	11.196	10.611	888	11.499	10.790	892	11.682	10.875	898	11.773
Total de formados (MB + MT)	47.244	5.714	52.958	47.847	5.733	53.580	48.166	5.746	53.912	48.324	5.775	54.099

Fonte: Secretaria do Programa Acreditar.

Tabela 2: Evolução da mão de obra contratada nas obras civis da construção da UHE Santo Antônio por ocupação, Abril a Setembro/2011

Função	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Pedreiro	1.088	1.103	1.196	1.131	1.063	979
Carpinteiro	1.072	1.095	1.092	1.015	931	826
Armador	746	777	827	752	713	632
Ajudante	899	899	858	778	643	585
Operador de Equipamentos	505	491	488	475	448	463
Vibradorista	513	512	515	512	490	428
Aprendiz	403	401	118	409	407	403
Meio Oficial	520	430	435	413	413	391
Encarregado de Serviço	442	437	436	423	406	390
Soldador	456	448	430	402	394	350
Líder	290	287	293	297	291	283
Montador Industrial	283	268	293	261	247	238
Eletricista	199	197	199	195	194	190
Mecânico	182	187	182	173	166	158
Mecânico Montador	152	144	138	156	158	153
Motorista de Veículo pesado	162	153	146	141	137	129
Vigia	144	142	142	131	124	122
Sinaleiro	132	129	126	120	115	104
Zelador	116	119	120	110	97	97
Auxiliar Técnico	95	94	97	98	98	95
Auxiliar de Administrativo	104	101	95	96	91	90
Encanador	103	103	103	84	81	79
Operador de Guindaste	107	100	98	81	88	65
Outras ocupações	1.296	1.261	1.256	1.232	1.190	1.149
Total CSAC	10.019	9.986	9.692	9.503	8.985	8.399
Subcontratados	1.083	1.095	1.133	1.165	1.205	1.228
Total Geral	11.102	10.981	10.825	10.668	10.190	9.627

Fonte: CSAC

Quanto aos empregados da montagem eletromecânica, verifica-se um aumento no total geral, e na maioria das funções demonstradas na tabela abaixo. Deve-se ressaltar que este é um grupo de trabalhadores que auferem rendimentos mais elevados do que aqueles que foram apresentados na tabela anterior, o que gera efeitos na dinâmica econômica local no sentido de atenuar a queda na mão de obra da construção pesada.

Tabela 3: Evolução da mão de obra contratada na montagem eletromecânica da construção da UHE Santo Antônio por ocupação, Abril a Setembro de 2012

Função	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Ajudante de Produção	398	448	475	438	403	382
Mecânico Montador	165	176	215	212	198	181
Montador	115	127	142	146	140	130
Montador de Andaime	99	105	108	111	97	94
Meio Oficial de Mecânica	48	46	53	75	75	87
Ajudante Eletricista	61	89	86	81	75	83
Mecânico Ajustador	70	73	88	89	82	76
Encanador Industrial	70	86	102	83	79	72
Meio Oficial Montagem	41	43	45	56	53	51
Encarregado de Montagem	45	46	47	48	48	47
Mecânico Industrial	35	40	43	43	43	47
Meio Oficial Eletrica	56	55	51	54	45	44
Auxiliar Administrativo II	27	31	35	33	37	39
Eletricista	20	23	33	37	40	39
Zelador	30	34	33	34	33	39
Soldador	32	31	33	34	35	36
Aprendiz	64	62	28	35	35	35
Eletricista Forca	35	39	39	40	37	33
Lixador	30	33	37	36	32	32
Vigia	42	40	34	31	31	30
Mecânico Especializado	21	20	24	23	27	29
Soldador	36	35	33	32	31	28
Oficial Pleno III	11	10	12	26	27	27
Auxiliar Administrativo	28	28	29	25	23	26
Outras Funções	934	992	1011	1002	996	997
Subtotal	2.522	2.719	2.847	2.831	2.756	2.684
Subcontratados	194	197	206	193	247	240
Total	2.716	2.916	3.053	3.024	3.003	2.924

Fonte: CSAC

3. EVOLUÇÃO MENSAL DO EMPREGO FORMAL EM PORTO VELHO

Esta seção apresenta os dados referentes à evolução setorial do mercado de trabalho formal entre janeiro e setembro de 2012 em Porto Velho, a partir do saldo entre o total de contratações e o total de desligamentos de empregados. Os gráficos apresentados agregam os dados referentes ao ano de 2011 para efeito de comparação do período aqui analisado com a dinâmica anterior. Observa-se em primeiro lugar que, no agregado entre janeiro e setembro de 2012, o contingente de contratados pela construção civil foi ligeiramente mais elevado que o total de demissões, o que pode se relacionar aos dados demonstrados acima, da expansão no número de empregados na montagem eletromecânica da UHE Santo Antônio, bem como à dinâmica da UHE Jirau e da construção civil de modo geral. Outro aspecto interessante é que o comércio foi o setor cujo mercado de trabalho sofreu impactos mais negativos, sendo que os serviços apresentaram a maior expansão, seguidos pela indústria:

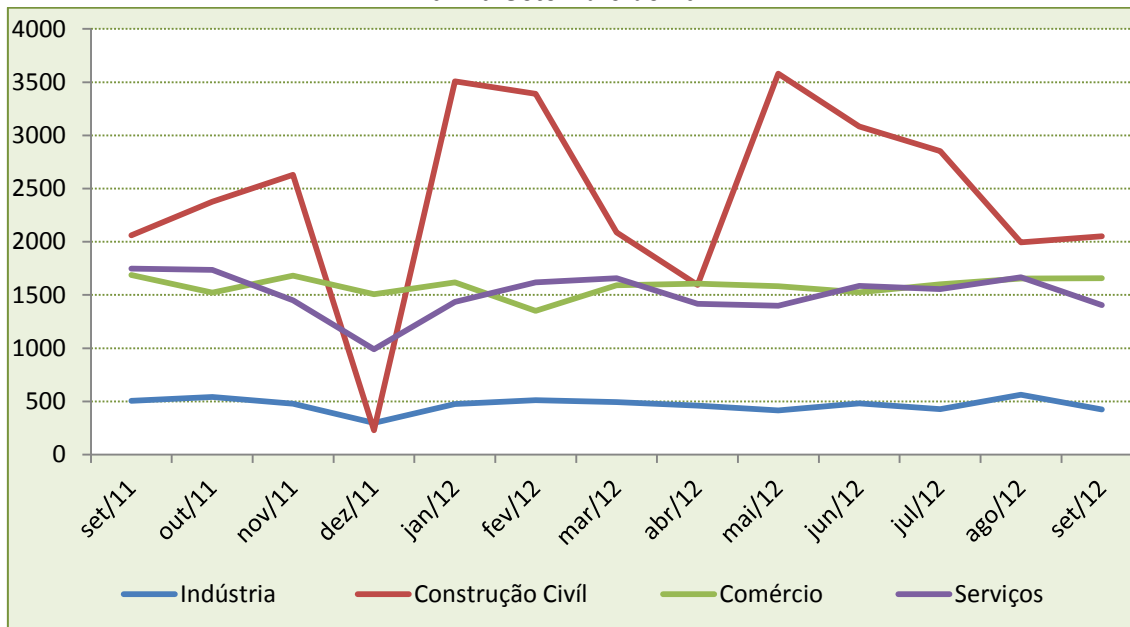
Tabela 4: Evolução mensal do emprego formal, Saldo do total de admissões e total de desligamentos mensais por grandes setores de atividade, Porto Velho, Janeiro a Setembro de 2012

Setor de atividade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Total	%
Indústria	50	77	0	17	-16	79	43	162	50	462	31,8
Construção civil	-344	967	526	-3.442	1.591	919	446	-271	-344	48	3,3
Comércio	89	-529	-125	11	10	3	-13	104	89	-361	-24,8
Serviços	181	227	82	-76	-2	335	150	191	181	1.269	87,3
Agropecuária	-5	8	-5	-17	62	20	-6	-16	-5	36	2,5
Total	-29	750	478	-3.507	1.645	1.356	620	170	-29	1.454	100,0

Fonte: CAGED; MTE.

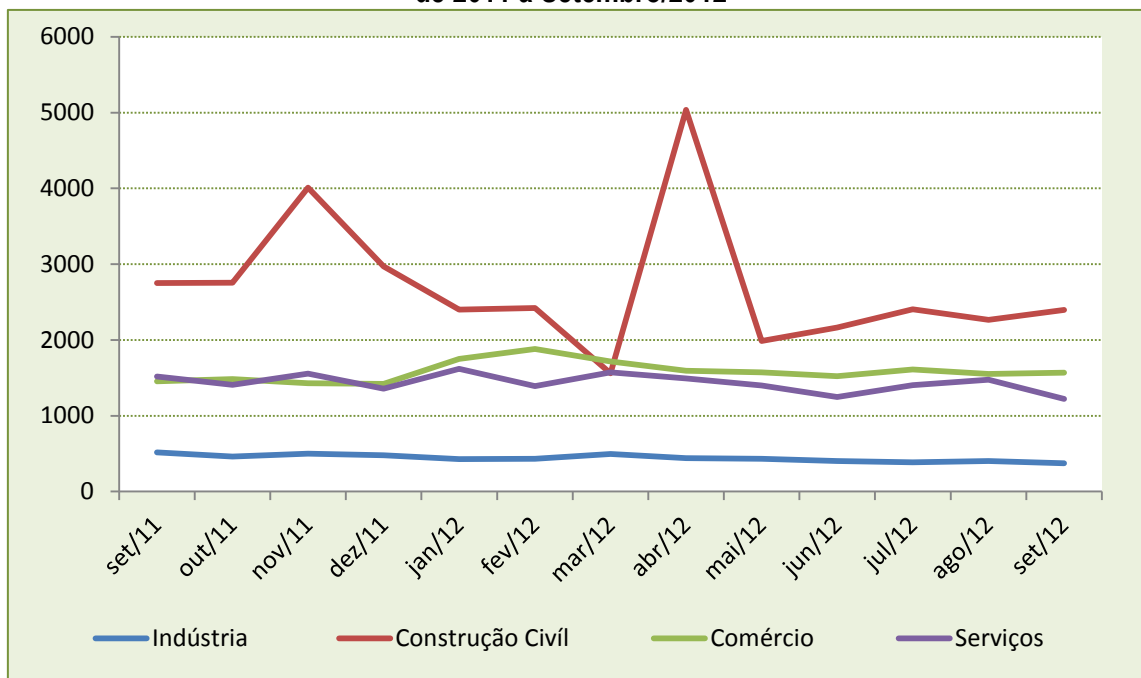
Os gráficos permitem uma melhor visualização da evolução do saldo ao longo dos meses, abrangendo o período desde o início de 2011. A forte oscilação na construção civil se explica pelo peso das obras, que mesmo tendo diminuído, ainda é muito superior aos patamares de contratações e demissões verificados na economia local.

Gráfico 2: Total de admissões no mercado de trabalho formal, Porto Velho, Setembro de 2011 a Setembro de 2012



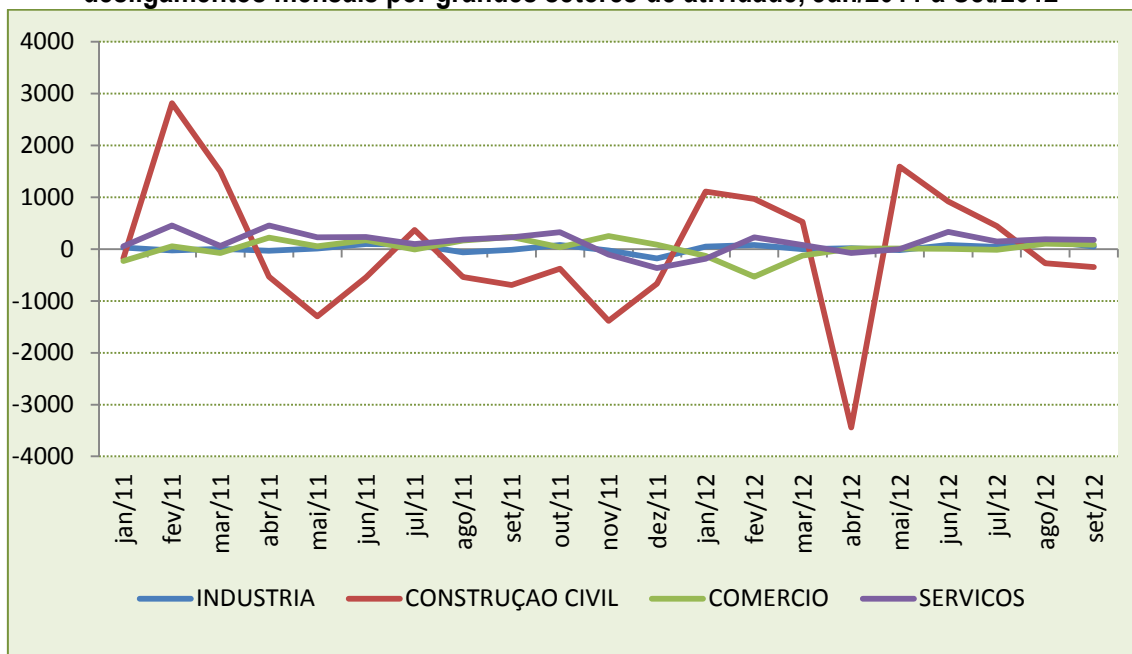
Fonte: CAGED; MTE.

Gráfico 3: Total de desligamentos no mercado de trabalho formal, Porto Velho, Setembro de 2011 a Setembro/2012



Fonte: CAGED; MTE.

Gráfico 4: Evolução mensal do emprego formal, saldo do total de admissões e total de desligamentos mensais por grandes setores de atividade, Jan/2011 a Set/2012



Fonte: CAGED; MTE.

A tabela a seguir desmembra os setores apresentados anteriormente em subsetores com maior nível de desagregação, permitindo uma visualização mais detalhada dos grandes agregados. Neste sentido, em relação aos serviços, que apresentaram a maior expansão no período, como mostrado acima, verifica-se que seus subsetores que mais puxaram tal expansão foram: as atividades administrativas e serviços complementares, a educação, e os serviços de transporte, armazenagem e correio. Trata-se de um fato relevante por indicar um provável início de alteração no perfil econômico da cidade, retomando uma tendência anterior à construção das usinas, com o adensamento do setor terciário, somando-se às atividades de logística (que são uma aposta para o longo prazo, re-inserindo a cidade numa rede de escala geográfica muito maior, que liga Manaus ao Centro-Sul do Brasil e este ao Peru e ao Oceano Pacífico).

Tabela 5: Saldo do total de admissões e total de desligamentos mensais por seções de atividade (CNAE), Porto Velho, Junho/2011 a Fevereiro/2012

Seções de atividade da CNAE	Jan/12	Fev/12	Mar/12	Abr/12	Mai/12	Jun/12	Jul/12	Ago/12	Set/12	Total do período	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura	5	8	-7	-16	63	19	-6	-16	-8	42	1,8
Indústrias extrativas	3	8	1	-2	1	2	-4	5	-2	12	0,5
Indústrias de transformação	33	20	-9	-16	-7	59	26	14	0	120	5,2
Eletricidade e gás	-2	26	4	11	2	7	7	138	-5	188	8,1
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3	11	9	8	-11	16	10	8	0	54	2,3
Construção	1.059	929	502	-3.439	1.610	901	460	-258	-302	1462	62,8
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	-102	-515	-139	11	4	-2	-2	109	90	-546	-23,5
Transporte, armazenagem e correio	-6	157	133	21	-11	44	-70	15	2	285	12,3
Alojamento e alimentação	-16	70	-40	-23	-53	42	-20	7	75	42	1,8
Informação e comunicação	-19	-11	-13	21	11	11	-10	-19	-25	-54	-2,3
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	9	-3	1	10	25	23	5	5	2	77	3,3
Atividades imobiliárias	-1	-1	7	8	0	4	7	1	2	27	1,2
Atividades profissionais, científicas e técnicas	12	-25	-23	-17	12	21	-5	21	48	44	1,9
Atividades administrativas e serviços complementares	-213	-4	137	23	-10	169	125	67	50	344	14,8
Administração pública, defesa e seguridade social	10	-5	-123	-21	-33	5	19	8	15	-125	-5,4
Educação	21	86	40	8	30	6	-29	61	59	282	12,1
Saúde humana e serviços sociais	31	-22	-5	24	33	24	72	7	7	171	7,4
Artes, cultura, esporte e recreação	2	-11	-6	-10	-2	5	11	-5	1	-15	-0,6
Outras atividades de serviços	10	26	10	-101	-18	-1	21	1	-37	-89	-3,8
Serviços domésticos	5	6	-1	-7	-1	1	3	1	-1	6	0,3
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
Total	844	750	478	-3.507	1.645	1.356	620	170	-29	2.327	100,0

Fonte: CAGED; MTE.

As tabelas adiante comparam a dinâmica local recente de Porto Velho com outras localidades selecionadas – o país, o estado de Rondônia, e as cidades de Cuiabá, Belém e Manaus – tomando como referência o agregado total do contingente de emprego formal em 31 de dezembro de 2011, e trazendo a evolução mensal recente em relação a este contingente. Esta análise é importante para o monitoramento da dinâmica recente por revelar, através destas comparações, se o que vem ocorrendo em Porto Velho se relaciona estritamente a processos locais e em que medida a dinâmica macroeconômica influencia a movimentação observada na capital rondoniense.

Tabela 6: Total do emprego formal em localidades selecionadas, 2011

Local	Contingente de emprego formal – 31/12/2011
Porto Velho	191.402
Rondônia	352.460
Manaus	513.938
Cuiabá	227.979
Belém	420.023
Brasil	46.310.631

Fonte: RAIS; MTE.

Em primeiro lugar, verifica-se que o crescimento do emprego em Porto Velho ficou abaixo do observado em Rondônia e no Brasil como um todo, mas acima das cidades de Manaus, Cuiabá e Belém. Ou seja, há um resfriamento em relação ao período anterior – de maior dinamismo – também nessas outras capitais do Norte e do Centro-Oeste do país.

Tabela 7: Evolução do saldo total do mercado de trabalho formal (admissões menos demissões) e variação do emprego formal em relação ao estoque total de 2011, localidades selecionadas, Janeiro a Setembro de 2012

Mês	Porto Velho		Rondônia		Manaus		Cuiabá		Belém		Brasil	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Janeiro	844	0,4	952	0,3	-1.114	-0,2	530	0,1	518	0,1	118.895	0,3
Fevereiro	750	0,4	873	0,3	-351	-0,1	233	0,1	341	0,1	150.600	0,3
Março	478	0,4	645	0,2	-810	-0,2	310	0,1	-947	-0,2	111.746	0,2
Abril	-3.507	-1,8	-3.313	-0,9	442	0,1	2.039	0,4	1.452	0,4	216.974	0,5
Mai	1.645	0,9	2.478	0,7	-1.028	-0,2	172	0,0	322	0,1	139.679	0,3
Junho	1.356	0,7	2.779	0,8	1.455	0,3	253	0,1	963	0,2	120.440	0,3
Julho	620	0,3	2.127	0,6	1.831	0,4	889	0,2	1.372	0,3	142.496	0,3
Agosto	170	0,1	821	0,2	653	0,1	447	0,1	751	0,2	100.938	0,2
Setembro	-29	-0,0	-91	-0,0	1.887	0,4	279	0,1	-91	-0,0	150.334	0,3
Total	2.327	1,2	7.271	2,1	2.965	0,6	5.152	1,0	4.681	1,1	1.252.102	2,7

Fonte: RAIS; CAGED; MTE.

Tabela 8: Evolução trimestral do saldo no mercado de trabalho formal por grupos ocupacionais, Porto Velho, Janeiro a Setembro de 2012

Grupo ocupacional	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Total
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e empresas	-6	-6	-22	-30	-20	-30	7	-1	5	-103
Profissionais das ciências e das artes	107	62	0	43	-13	35	25	15	15	289
Técnicos de nível médio	3	16	-79	-60	4	51	0	8	14	-43
Trabalhadores de serviços administrativos	136	-57	20	-26	0	-283	266	18	271	345
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	-130	-136	68	139	14	268	141	163	228	755
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	-20	-13	-37	-83	57	12	52	-11	-3	-46
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais – A	727	811	474	-3.227	1.567	1.122	160	-76	-427	1.131
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais – B	31	-21	-11	-4	1	4	-30	-11	-68	-109
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	-4	94	65	-259	35	177	-1	65	-64	108
Total	844	750	478	-3.507	1.645	1.356	620	170	-29	2.327

Fonte: CAGED, MTE

A categoria "Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais" é listada duas vezes na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que é a referência utilizada na categorização das ocupações na base de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) aqui utilizada. Na tabela acima, a categoria A corresponde às seguintes sub-categorias: trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil; trabalhadores da transformação de metais e de compósitos; trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica; montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais; joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins; trabalhadores nas indústrias têxtil, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas; trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário; trabalhadores de funções transversais e trabalhadores do artesanato. A categoria B, por sua vez, inclui os trabalhadores em indústrias de processos contínuos e outras indústrias; trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção; trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose e papel; trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo; operadores de produção, captação, tratamento e distribuição (energia, água e utilidades) e os operadores de outras instalações industriais.

A maior expansão ocorreu entre os grupos ocupacionais dos trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, dos serviços e do comércio, e dos serviços administrativos, sendo que há uma diminuição em números absolutos da quantidade de profissionais em cargos de chefia, gerência e donos de empresas.

Quanto ao grau de instrução do saldo de empregos criados, aqueles com ensino médio completo foram os empregados com maior inserção na dinâmica do mercado de trabalho do período observado, seguidos pelo grupo com até o 5º ano incompleto do ensino fundamental, o que indica a existência de dois grupos de empregos criados em maior quantidade, aqueles voltados para os empregados de média e de baixa qualificação.

Tabela 9: Evolução trimestral do saldo no mercado de trabalho formal por grau de instrução, Porto Velho, Janeiro a Setembro/2012

Grau de instrução	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Total
Analfabeto	-5	4	-3	-5	16	1	12	1	0	21
Até o 5ª ano Incompleto do Ensino Fundamental	341	98	23	-765	613	275	100	59	90	834
5ª ano Completo do Ensino Fundamental	224	26	-74	-873	89	122	4	-43	-115	-640
Do 6ª ao 9ª ano Incompleto do Ensino Fundamental	155	376	97	-482	240	155	287	-236	-193	399
Ensino Fundamental Completo	0	35	189	-625	202	138	73	22	-238	-204
Ensino Médio Incompleto	77	128	171	-184	113	36	-72	1	44	314
Ensino Médio Completo	35	21	174	-607	383	614	198	329	322	1.469
Educação Superior Incompleta	-7	-12	-4	11	7	0	8	11	21	35
Educação Superior Completa	24	74	-95	23	-18	15	10	26	40	99
Total	844	750	478	-3.507	1.645	1.356	620	170	-29	2.327

Fonte: CAGED; MTE.

As faixas etárias mais privilegiadas continuam sendo o grupo dos mais jovens, sobretudo entre 18 e 24 anos de idade, sendo que no período observado, todos os grupos acima dessa idade apresentaram um maior número de demissões do que de admissões.

E por último, a desagregação do saldo do mercado de trabalho entre homens e mulheres revela que no período o saldo entre as mulheres foi positivo e negativo entre os homens. Observa-se no mês de abril uma grande saída de homens do contingente de emprego formal em Porto Velho (refletindo a predominância masculina entre os empregados da construção civil pesada nas obras das usinas hidrelétricas), sendo que o saldo positivo da maioria dos demais meses não foi suficiente para compensar a queda.

Tabela 10: Evolução do saldo no mercado de trabalho formal por faixa etária, Porto Velho, Janeiro a Setembro de 2012

Faixa etária	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Total
Ate 17	236	39	58	113	43	-253	315	37	263	851
18 a 24	309	269	375	-879	596	718	362	180	162	2.092
25 a 29	116	204	36	-962	321	267	-4	12	-134	-144
30 a 39	187	94	33	-1.114	433	453	-22	-23	-169	-128
40 a 49	20	118	8	-452	180	121	23	-41	-112	-135
50 a 64	-16	24	-28	-207	79	53	-50	9	-34	-170
65 ou mais	-8	2	-4	-6	-7	-3	-4	-4	-5	-39
Total	844	750	478	-3.507	1.645	1.356	620	170	-29	2.327

Fonte: CAGED; MTE.

Tabela 11: Evolução do saldo no mercado de trabalho formal por sexo, Porto Velho, Janeiro a Setembro/2012

Sexo	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Total
Masculino	902	871	613	-3.385	1.629	1.304	394	96	-360	-792
Feminino	-58	-121	-135	-122	16	52	226	74	331	434
Total	844	750	478	-3.507	1.645	1.356	620	170	-29	-18

Fonte: CAGED; MTE.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontado anteriormente neste monitoramento da dinâmica econômica de Porto Velho, percebe-se o momento atual como o início da fase posterior ao grande dinamismo gerado pela construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira, marcado por muita incerteza tanto em relação ao futuro próximo quanto no que diz respeito à interpretação do próprio presente. Poucos consensos aparecem nas falas dos entrevistados, e apesar do otimismo da grande maioria, há uma impressão de que existe a chance da cidade de Porto Velho entrar mais uma vez em um período de marasmo econômico imediatamente posterior ao momento de crescimento vertiginoso, como já aconteceu diversas vezes na história da cidade, e que foi testemunhado diretamente pela maioria dos entrevistados, que citam inúmeras conseqüências sociais destas fases de recessão na região.

Neste sentido, a dinâmica macroeconômica será decisiva, pois influenciará diretamente as decisões de investimento – e logo o ritmo de atividade – na região nos próximos anos, e uma entrada num período recessivo em escala macro se somaria com a tendência local de arrefecimento, podendo corroborar essa hipótese da recessão posterior à euforia, tão citada e tão conhecida pela população da capital rondoniense. Até mesmo a possibilidade de se atenuar a desaceleração com investimentos e obras públicas na cidade se torna mais remota caso a

conjuntura macroeconômica entre num período de baixo ou nenhum crescimento – pelo fato de que o governo federal não vem adotando políticas de fomento do crescimento através do gasto público mais elevado em períodos recessivos.

A questão ambiental também constitui um desafio central, tanto em conjuntura de crescimento quando em caso de recessão, pois esta traz uma impossibilidade de superação do padrão extrativo depredatório que ainda caracteriza muito a estrutura produtiva da região.

Há também uma percepção – por parte de membros das entidades de classe e principalmente dos empresários de maior porte – de que não houve planejamento de longo prazo voltado para a transformação estrutural da região, para que o crescimento alavancasse um processo de desenvolvimento regional em padrões sustentáveis, e que já seria tarde demais para iniciar tal tarefa. Entretanto, a grande maioria dos entrevistados ressalta de forma positiva algumas transformações mais estruturais que teriam ocorrido na economia da cidade, como os grandes investimentos no setor terciário (como o Porto Velho Shopping e as inúmeras instituições privadas de ensino superior, que atuam no sentido de consolidar a cidade como um grande centro de serviços que atende a uma ampla região no sudoeste amazônico) e na indústria (como a IMMA e a Votorantim), assim como as perspectivas criadas pela abertura dos caminhos até o oceano pacífico e até Manaus, que viriam a beneficiar muito a cidade como uma localização estratégica para novos investimentos no futuro próximo⁷.

Projetos voltados para que esta expectativa positiva se torne realidade também poderiam trazer efeitos muito positivos para Porto Velho nos próximos anos, ajudando a transformar a cidade e a região, e fazendo superar a condição de núcleo de apoio a uma região provedora de recursos naturais de baixo valor agregado (que tendem a ser sujeitas a ciclos de expansão e retração tal como retratado acima). O adensamento do setor terciário (sobretudo no ensino superior) já pode constituir um primeiro passo nessa direção, e precisaria ser complementado com outros desenvolvimentos na estrutura produtiva local.

Quanto à crise econômica, trata-se de um problema em escala nacional, que persiste no momento atual, e em Porto Velho se mistura a esta fase de início do arrefecimento do emprego direto na UHE Santo Antônio, criando uma conjuntura de desaquecimento econômico local.

No entanto, no momento presente, alguns elementos indicam que este arrefecimento pode vir a ocorrer de forma mais suave, substituindo gradativamente o período de crescimento ultra-acelerado que a construção das usinas gerou por um retorno à dinâmica própria da cidade. Em primeiro lugar, o fato do pico mais intenso das obras de Jirau ainda estar por vir ainda deve manter a economia de Porto Velho aquecida por um tempo, adiando este período de retomada do crescimento autônomo, o que amplia as possibilidades para seu planejamento e a abertura de novas frentes no campo econômico.

⁷ Este é um tema relatado desde o início deste trabalho de monitoramento, em entrevistas conduzidas na cidade no final de 2009, e que sempre é citado nas conversas com agentes muito diversos, desde gerentes de bancos de fomento até pequenos comerciantes da periferia de Porto Velho.

Outro aspecto refere-se aos grandes investimentos realizados em Porto Velho nos últimos anos, como o Porto Velho Shopping, as instalações industriais da IMMA e da Votorantim, e os grandes atacadistas. O projeto de expansão do shopping é um bom indicador de que este é um grupo cujas chances de permanecer na cidade após o término das obras das usinas são bastante grandes, sendo que a perspectiva de re-inserção regional de Porto Velho em função das grandes obras de infraestrutura e de logística atuam nesse sentido. Também é importante considerar o adensamento do setor terciário local, que foi destacado por alguns entrevistados como um elemento que se fortalece na cidade e pode se tornar um setor dinamizador da economia local numa conjuntura futura de crescimento autônomo.

III. PESQUISA DE CAMPO PARA OBSERVAÇÃO DAS ÁREAS SENSÍVEIS

INTRODUÇÃO

Apresentam-se a seguir os resultados da análise de campo das áreas consideradas sensíveis à ocupação no município de Porto Velho – RO, realizada em outubro de 2012, parte integrante do trabalho de monitoramento da expansão urbana do município.

Nesta análise foi utilizada a mesma metodologia adotada nos primeiros relatórios, em que consideraram-se áreas sensíveis aquelas selecionadas a partir do mapeamento de vazios urbanos e áreas verdes apresentado no Plano Diretor do município. Foram selecionadas 21 áreas com maior dimensão e localizadas em diversos setores da cidade, desde os mais periféricos até os mais centrais, que se mostravam passíveis de ocupação formal ou informal.

Para cada área foram anotadas as principais alterações percebidas com base na ficha de caracterização das áreas adotada nas primeiras campanhas. Mediante avaliação visual e qualitativa, foram levantadas as variações ocorridas nos sítios, no status da ocupação, na infraestrutura disponível e na tipologia e padrão das edificações.

Ressalta-se que o foco central da análise deste relatório atinge as ocupações informais, principalmente residenciais, cujos moradores, usualmente, não conseguem se inserir no mercado imobiliário formal, configurando-se, por vezes, em áreas de risco físico-ambiental e social às famílias instaladas.

1. DESCRIÇÃO DAS ÁREAS

Os resultados apresentados a seguir caracterizam-se por uma análise comparativa e evolutiva entre as vistorias realizadas em setembro de 2011 e outubro de 2012.

▪ **Área 01 – Bairro Rio Madeira**

A Área 01 permaneceu inalterada em sua maior parte, com exceção da sua porção nordeste, em terreno formado pela Avenida dos Imigrantes, Rua Guaporé, Estrada da Penal, e o igarapé que passa pela gleba, onde as famílias que ali residiam irregularmente foram retiradas (Foto 1). Além da remoção das famílias, o terreno estava sendo murado em sua face voltada para a Estrada da Penal (Foto 2) e cercado em suas demais faces limítrofes.

Outra alteração observada nesta porção da Área é a construção de um posto de gasolina em terreno localizado na esquina da Avenida dos Imigrantes com Rua Guaporé (Foto 3). Neste local, na visita de campo de Novembro de 2011, havia sido notado trabalho de terraplanagem que evidenciou o interesse de ocupação. Em outubro de 2012, o posto ainda encontrava-se em fase final de construção.



Foto 1 - Vista da porção nordeste da Área 01, próximo ao igarapé, a partir da Avenida dos Imigrantes. Notar inexistência de edificações construídas (retirada das famílias que ocupavam a área).



Foto 2 - Vista da porção nordeste da Área 1, a partir da Estrada da Penal. Notar trabalhos de cercamento do terreno.



Foto 3 - Vista da esquina da Avenida dos Imigrantes (à direita da foto) e Rua Guaporé (à esquerda). Observar posto de gasolina em fase final de construção.

▪ **Área 02 – Bairro Parque da Cidade**

A alteração notada consistiu da evolução das obras do Instituto Federal de Educação, localizado às margens da Avenida Calama. Grande parte da estrutura portante e das vedações do prédio principal da instituição estava em estágio avançado de construção (Foto 4). Ademais, não foram observadas outras frentes de trabalho na obra.

Na porção sul da Área 02, no grande terreno lindeiro à Avenida Pinheiro Machado, não houve alteração (Foto 5).



Foto 4 - Vista panorâmica de toda a face frontal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir da Av. Calama. Notar à direita, estágio das obras estruturais e de vedação dos edifícios.



Foto 5 - Grande terreno ao sul da Área que permanece totalmente desocupado.

- **Área 03 – Bairro Rio Madeira**

A Área 03 permaneceu inalterada, exceção feita apenas ao término da construção e ocupação do pequeno condomínio de residências unifamiliares localizado em terreno lindeiro à Estrada da Penal, já identificado e caracterizado em relatórios anteriores.

As obras de construção da sede do Ypiranga Esporte Clube, em terreno localizado na esquina da Avenida dos Imigrantes e Estrada da Penal, permaneceram, aparentemente, paralisadas (Foto 6).



Foto 6 – Vista das Instalações do Ypiranga Esporte Clube.

- **Área 04 – Bairro Planalto**

Contrariando as previsões do relatório anterior, de novembro de 2011, a Área 04 não sofreu grandes alterações quanto à sua ocupação.

O principal fator a ser observado foi a aparente paralisação dos trabalhos para implantação do bairro planejado Novo Horizonte (Foto 7). Apesar do ritmo acelerado das obras quando da última visita de campo, o que faria supor a rápida alteração da área, não foi notado qualquer avanço para a consolidação do empreendimento em seu terreno inicialmente proposto.

Apesar disso, na faixa norte do limite do loteamento, foi observada a movimentação de tratores que faziam trabalhos de terraplanagem em terreno contíguo ao loteamento, separados por um pequeno igarapé, e que, segundo informações de funcionário da empresa responsável pelas obras, ainda na visita de campo de 2011, também pertenceriam ao mesmo empreendimento (Foto 8).

Ademais, as duas ocupações irregulares descritas no relatório anterior tiveram destinos distintos. A primeira delas, localizada na faixa oeste de uma gleba desocupada da porção central da Área 04, foi completamente removida do local (Foto 9), enquanto a segunda ocupação permanece, em parte, ocupando os terrenos marginais à Avenida Calama, a leste da Avenida Mamoré.

Nesta segunda ocupação, notou-se que algumas das famílias saíram do local, sendo seus barracos parcialmente desmontados, porém a grande maioria das famílias ainda permanece na área (Foto 10).

As demais porções da Área 04 permanecem inalteradas,



Foto 7 - Vista panorâmica a partir da Avenida Mamoré para o terreno onde está sendo implantado o loteamento Novo Horizonte. Notar falta de movimentação para implantação de obras complementares de infraestrutura.



Foto 8 - Vista da porção norte do loteamento Novo Horizonte. Ao fundo, à esquerda, tratores realizando trabalhos de terraplanagem, e à direita, novo terreno do loteamento em processo de terraplanagem.



Foto 9 - Vista do terreno que estava ocupado irregularmente quando da visita de campo de 2011.



Foto 10 - Ocupação irregular às margens da Av. Calama. Notar, à esquerda da foto, desestruturação de alguns dos barracos presentes no local.

- **Área 05 – Bairro Cuniã**

Não foram observadas alterações na Área 05.

- **Área 06 – Bairro Lagoa**

De maneira geral, no interior da Área 06, mantiveram-se os processos de alteração já observados na visita de campo anterior, de novembro de 2011, que tratam da qualificação e da alteração do tipo de uso nas edificações, de residencial para comercial ou de residencial para misto (residencial e comercial), com maior especialização dos produtos oferecidos nestes estabelecimentos (Foto 11).

Ainda no interior do bairro outra importante alteração observada foi o início da implantação de tubulações destinadas à rede de drenagem pluvial (Foto 12). Foram observados trabalhos para

implantação desta rede especificamente na Rua Piramutunga, sendo que, por informações de moradores, também foi instalada na Rua Dourado.

Além disso, vale destacar a construção de um grande Hipermercado em terreno lindeiro à Av. Rio de Janeiro, esquina com ruas Curumatã e Jatuarana, onde, quando da última visita de campo, haviam sido observados trabalhos iniciais de terraplanagem e movimentação de solo. Aparentemente o hipermercado foi inaugurado há poucos meses (Foto 13).



Foto 11 - Ocupações no interior do bairro Lagoa com usos das edificações alterados. Notar grande edificação à esquerda da foto, com comércio pouco mais especializado no pavimento térreo.



Foto 12 - Vista da Rua Piramutunga no interior do bairro Lagoa. Notar, à direita, tubulação de drenagem a ser instalada, e à esquerda, terra oriunda da abertura de valas para instalação da rede.



Foto 13 - Vista do terreno localizado na esquina das ruas Curumatã e Jatuarana e Av. Rio de Janeiro, onde foi construído um grande hipermercado.

- **Área 07 – Bairro Lagoa**

Foram duas as alterações observadas na Área 07. A primeira foi a continuidade das obras do condomínio residencial localizado na subárea 7B (Foto 14), que estavam em estágio avançado de construção e quase finalizadas.

A segunda foi a criação de grandes valas no terreno formado pelas ruas Tambaqui, Piratininga e Guaporé, na faixa norte da Área 07 (Foto 15). Não foi possível a identificação dos motivos para a realização desse trabalho.

Por fim, vale destacar que no momento da visita de campo foram observados trabalhos de topografia sendo realizados neste terreno, o que pode evidenciar o interesse de ocupação do local.



Foto 14 - Vista do condomínio localizado a subárea 7B. Notar que as edificações internas e guarita de entrada encontram-se já acabadas.



Foto 15 - Vista do terreno mais ao norte da Área 07. Notar valas criadas no local

▪ **Área 08 – Bairro Três Marias**

Embora, segundo membro da associação de moradores, continue a tramitação na justiça para a liberação aos moradores dos terrenos ocupados da Área, o loteamento permanece em situação irregular e precária e sem qualquer infraestrutura (Foto 16).

Houve consolidação e crescimento das dimensões dos imóveis, principalmente aqueles construídos em alvenaria.

Não foram observadas substituições de sistema construtivo (madeira por alvenaria, por exemplo) nas edificações.



Foto 16 - Vista do interior da Área 08. Notar casas em alvenaria e barracões ainda em madeira. Notar posteamento para captação irregular de energia.

- **Área 09 – Bairro Três Marias**

Subárea 09A:

De maneira geral na Subárea 09A as alterações foram pouco significativas, caracterizadas pela finalização de construção de um grande galpão em terreno lindeiro à Avenida Mamoré (Foto 17) e pela qualificação das edificações instaladas na porção central da Subárea, onde há uma ocupação irregular.

Nesta ocupação, também foram observadas algumas manilhas de concreto dispostas nas vias de tráfego, próximas a grandes valas (Foto 18), o que denota alguma melhoria na infraestrutura de drenagem do local. Apesar disso, não havia movimentação que explicitasse a continuidade das obras.

Nesse contexto, as moradias vêm sendo consolidadas no local, com a ampliação da área e investimentos em melhorias gerais, apesar da falta de grande parte de infraestrutura urbana (Foto 19).



Foto 17 - Vista do terreno marginal à Avenida Mamoré. Notar galpão à esquerda com obras concluídas



Foto 18 - Vista de rua no interior da ocupação. Notar valas e manilhas de concreto dispostas na via de circulação e posteamento improvisado para a passagem de energia elétrica clandestina.



Foto 19 - Posteamento regular ao lado dos da rede elétrica clandestina presente na Área.

Subárea 09B

Nesta atual visita de campo uma das principais alterações notadas entre todas as áreas analisadas ocorreu nesta Subárea e se refere a uma nova ocupação irregular na porção sudeste deste limite, nas proximidades da Rua José Amador dos Reis (Foto 20).

Segundo integrantes da Associação de Moradores esta ocupação foi iniciada em março de 2012, em terreno pertencente à prefeitura, apesar de haver uma ação por parte de terceiros que reivindicam a propriedade do local. Trata-se de terreno apropriado à ocupação, sem grandes alterações de relevo ou qualquer outra característica que possa criar algum risco à ocupação.

Ainda segundo os moradores, a ocupação contava no momento da pesquisa com cerca de 300 lotes regularmente demarcados, onde 200 famílias estavam instaladas. Apesar do pouco tempo de ocupação da área, as edificações estavam em estágio avançado de construção, com algumas casas já consolidadas, com maiores dimensões e em alvenaria, se comparadas às edificações mais precárias, ainda instaladas em madeira. Pela substituição dos barracos de madeira por estruturas de alvenaria, supõe-se que a área passará pelo mesmo processo de renovação e gentrificação, característico dos loteamentos de ocupação irregular, já observados e descritos nesse trabalho (Foto 21 e Foto 22).

Segundo os contatos realizados, muitos dos moradores não são naturais de Porto Velho e migraram há pouco tempo para a cidade.



Foto 20 - Vista panorâmica da nova ocupação presente na Subárea 9B.



Foto 21 - Vista aproximada da ocupação. Notar edificações ainda em estágio inicial de construção, características dos primórdios da ocupação e substituição que já vem ocorrendo, por casas em alvenaria.



Foto 22 - Vista aproximada da ocupação. Notar edificações ainda em estágio inicial de construção, características dos primórdios da ocupação e substituição que já vem ocorrendo, por casas em alvenaria.

▪ **Área 10 - Bairros Floresta e Tucumunzal**

Na porção da Área pertencente ao bairro Tucumunzal, de maneira geral, não foram observadas alterações.

Na porção central da Área no bairro Nova Floresta, as modificações verificadas referem-se à implantação de rede de distribuição de água e asfaltamento de algumas ruas e travessas, entre elas a Rua Ápis e Travessa Rio (Foto 23). Apesar de terem sido instaladas as redes de água ainda não foram ligadas às residências, não havendo, por isso, fornecimento por parte da CAERD.

Os serviços de instalação da rede de água foram realizados há aproximadamente dois meses antes da visita de campo e os de asfaltamento, há um mês.

Nas demais porções interiores ao limite da Área 10, como na visita anterior, não foram observadas alterações significativas, notadamente no que se refere à ocupação do solo.

Entretanto vale salientar o contínuo processo de ocupação dos loteamentos contíguos ao limite da Área 10, mais especificamente nas proximidades das ruas Santa Catarina e Minas Gerais (Foto 24), onde além da gradual intensificação da ocupação, também foram observadas melhorias da infraestrutura urbana (Foto 25), com instalação da rede de abastecimento de água (Foto 26) e redes de drenagem (Foto 27), além de pavimentação das vias.

Estas obras foram realizadas há aproximadamente três meses antes da visita de campo, sendo que, da mesma maneira que ocorreu em áreas anteriormente descritas, a rede de distribuição de água ainda não foi conectada às residências.



Foto 23 - Vista da Rua Ápia, bairro Nova Floresta. Notar pavimentação asfáltica recém executada.



Foto 24 - Vista panorâmica de área contígua ao limite de estudo, nas proximidades das ruas Santa Catarina e Minas Gerais. Notar maior densidade de ocupação da região.



Foto 25 - Placa de divulgação das obras de infraestrutura no bairro Nova Floresta.



Foto 26 - Vista da Rua Espírito Santo esquina com Rua Santa Catarina. Notar abertura no pavimento asfáltico que denota instalação de rede de distribuição de água.



Foto 27 - Vista da Rua Espírito Santo. Notar Boca-de-lobo recém instalada no local, o que evidencia a implantação de sistema de drenagem pluvial.

- **Área 11 – Bairro Novo Horizonte**

A Área 11, desde o começo deste trabalho de monitoramento, vem se configurando como um importante vetor de crescimento, principalmente do mercado imobiliário formal. Nesta visita de campo verificou-se a continuidade do processo de expansão.

Além do avanço das obras dos três condomínios já identificados e descritos no último relatório, de novembro de 2011, ainda foi notado um terceiro conjunto residencial sendo construído, este com características distintas dos demais.

No que se refere aos três condomínios já identificados, o Condomínio Nova Era III, com 104 unidades habitacionais, encontrava-se com a estrutura portante de boa parte de suas residências já executada, bem como de suas vedações (Foto 28). A infraestrutura do local, que atende também ao Condomínio Nova Era I, já se encontrava bem estruturada, com rede elétrica e de drenagem instaladas. O terreno também estava completamente murado.

Os outros dois condomínios de menor porte que também estão sendo construídos na Área, como já identificado no relatório anterior, encontravam-se em fase mais inicial de execução, sendo que apenas os posteamentos de iluminação pública e os meio-fios estavam instalados (Foto 29). Apenas uma pequena edificação em um dos condomínios estava em processo mais avançado de construção, com vedações quase completamente executadas. Pelo estágio das obras ainda não foi possível identificar com precisão as características e padrão do condomínio, mas pelo que se apresenta no local, prevê-se que serão muito próximas aos que já vem sendo instalados no bairro.

Ainda como comprovação da intensa atividade construtiva da Área 11, na visita de campo, foi identificado um novo conjunto residencial sendo construído. Este, de características bem distintas dos demais, está localizado na via principal de acesso ao bairro e se caracteriza por um pequeno conjunto de três prédios de quatro pavimentos cada, totalizando 48 unidades habitacionais (Foto 30). O condomínio já se encontrava em estágio avançado de implantação, com toda sua estrutura e vedações executadas.

Apesar de destacada pelo vetor de expansão do mercado imobiliário formal, ao se analisar fotos aéreas datadas do mês de setembro de 2011 para a elaboração do último relatório, foi possível a identificação de uma nova área de ocupação irregular a sudeste do perímetro da Área 11.

Entretanto apenas a partir da atual visita de campo foi possível a caracterização completa da área. Por informações da presidente da associação de moradores da ocupação Monte Sinai 13 de Agosto, na data da visita eram 1.432 famílias ocupando o terreno, que ainda, segundo ela, é de propriedade particular, apesar de haver uma negociação para a legalização do assentamento. A ocupação foi iniciada no mês de agosto de 2011, sendo a maioria da população própria de Porto Velho.

A ocupação da área já se encontrava bem consolidada, apesar de, como de hábito, não haver qualquer tipo de infraestrutura instalada. Os terrenos foram divididos regularmente entre os moradores, sendo as edificações bem estruturadas, algumas das quais com maiores dimensões e com vedações de alvenaria (Foto 31 e Foto 32).



Foto 28 - Vista do Condomínio Nova Era III. Notar residências no interior do loteamento.



Foto 29 - Vista dos dois condomínios de menor porte sendo instalados no interior da Área 11.



Foto 30 - Vista do Condomínio Jatobá que está sendo construído no interior da Área 11.



Foto 31–Vista da ocupação Monte Sinai. Notar adensamento da área e estrutura das edificações.



Foto 32 - Vista da ocupação Monte Sinai. Notar adensamento da área.

▪ **Área 12 – Bairro Cidade Lobo**

Nessa área permanecem os processos de adensamento observados desde a pesquisa de campo de maio de 2011, embora em ritmo menos acelerado. Por outro lado, não houve qualquer melhoria na infraestrutura do local (Foto 33).

Vale ressaltar também alguns casos pontuais de investimentos na ampliação da casa e melhoria do padrão construtivo. (Foto 34).



Foto 33 - Vista geral da porção sul da Área 12. Notar maior adensamento da gleba. Notar rede elétrica clandestina que comprova a falta de infraestrutura no local.



Foto 34 - Vista de residência de bom padrão construtivo dentro do limite da Área 12.

- **Área 13 – ao Sul do bairro Cidade Nova**

Apesar de não ter havido qualquer alteração internamente ao limite da Área 13, vale mencionar o adensamento de ocupação no loteamento ao sul do perímetro de estudo, bem como a instalação de rede elétrica e iluminação pública neste local (Foto 35).

As construções são erguidas em alvenaria e com coberturas em telhas cerâmicas ou de fibrocimento, possuindo padrão construtivo médio. Pelo ritmo de ocupação, aparentemente, o loteamento será rapidamente adensado.



Foto 35 - Vista do loteamento localizado a sul da Área 13. Notar edificações sendo implantadas e a rede elétrica e de iluminação pública instalada.

- **Área 14 – Bairro Aeroclub**

A continuidade das obras para a instalação do Condomínio Residencial Villa Bella foi a única alteração ocorrida na Área 14 (Foto 36).

À época da pesquisa, o Condomínio já se encontrava quase que completamente finalizado, inclusive com alguns moradores já instalados no local.



Foto 36: Vista frontal do Condomínio Villa Bella localizado em terreno circunscrito à Área 14.

- **Área 15 – Bairro Castanheira**

Não foram identificadas alterações na Área 15.

- **Área 16 – Bairro Ayrton Senna**

De maneira geral, dentro do limite analisado, as alterações mais significativas ocorreram na porção central da Área 16, nas proximidades das ruas Palheteiro e Tucupi, e se caracterizaram pela implantação de uma pequena ocupação irregular onde, estima-se, haja aproximadamente 70 famílias precariamente instaladas.

O local não possui qualquer tipo de infraestrutura urbana e mesmo o acesso ainda encontrava-se em estado precário de conservação, prejudicando a entrada no interior da invasão (Foto 37).

Quanto às características das edificações, obedeciam ao padrão já observado nas demais ocupações deste tipo em outras regiões do município. Já identificadas e descritas anteriormente, ou seja, com casas de pequenas dimensões, construídas em madeira para a demarcação de ocupação de cada “lote”. Apesar da construção das edificações, não foi notado qualquer tipo de demarcação clara ou estaqueamento dos lotes. Aparentemente os lotes possuem formas irregulares.

Não foi possível levantar a origem das famílias ou maiores detalhes a respeito do processo de ocupação do local.

Já no bairro Mariana, interno à Área 16, as alterações se referiram à continuidade do processo que leva à mudança de uso das edificações, de residencial para comercial/serviços de baixa complexidade (mecânicas, mercearias, lojas de materiais para construção entre outras), já observado na última visita de campo (Foto 38 e Foto 39).

Na porção ocupada pela invasão Porto Cristo, na faixa leste da Área 16, as alterações se limitaram a um lento processo de qualificação das edificações, apesar de não ter havido qualquer melhora na infraestrutura do local (Foto 40 e Foto 41). O acesso ao interior desse loteamento continuava em bom estado.

Ainda relativo à Área 16, porém já fora do perímetro de estudo, na ocupação mais recentemente instalada, notaram-se poucas alterações com evolução lenta das substituições de edificações e da infraestrutura (principalmente de acesso) da ocupação. Apesar da melhoria das condições de algumas das residências, quando comparada ao total de edificações, observa-se que são em número muito diminuto, estando concentrados particularmente nas faixas mais próximas ao limite da Área 16 (Foto 42 e Foto 43).

Quanto à infraestrutura, durante a pesquisa estava sendo feito o cascalhamento da via de acesso principal do assentamento, permanecendo as vias secundárias em péssimas condições (Foto 44).



Foto 37 - Vista da nova ocupação identificada na porção central da Área 16. Notar edificações construídas em madeira e com pequenas dimensões o que evidencia a brevidade da invasão. Notar também qualidade precária das vias de acesso.



Foto 38 - Vista de via interior ao bairro Mariana. Notar no centro da foto, ao fundo, edificação de uso comercial.



Foto 39 - Vista de edificação no interior do bairro Mariana. Exemplo de uso misto no local, residencial e serviço de baixa complexidade.



Foto 40 - Vista de via da ocupação Porto Cristo. Notar posteamento para distribuição clandestina de energia evidenciando a falta de melhorias na infraestrutura do local.



Foto 41 - Vista de residências no interior da ocupação Porto Cristo. Notar a melhoria das edificações.



Foto 42 – Vista da parte do loteamento irregular mais próximo ao limite da Área 16. Notar alguma substituição de edificações, porém com dimensões ainda pequenas (loteamento ainda não consolidado).



Foto 43 - Vista da parte do loteamento irregular mais afastada ao limite da Área 16. Notar condição precária das construções, bem como da via de acesso.



Foto 44–Vista de via interior ao loteamento irregular. Notar cascalhamento recém executado.

- **Área 17 – Bairro Castanheira**

Na Área 17 continuam, em ritmo lento, as obras de instalação da FIMCA. Na porção sul da Área as edificações que farão parte do anexo da faculdade estavam aparentemente finalizadas, porém ainda sem uso (Foto 45).

Além dessa, também foi observada a execução de obras para a melhoria da drenagem nos terrenos internos ao perímetro de estudo. Foram instaladas novas manilhas de concreto para a canalização do córrego que atravessa os terrenos locais (Foto 46).

As demais porções da Área 17 permanecem inalteradas.



Foto 45 - Vista de terreno na porção sul da Área 17. Notar estágio avançado de construção das edificações.



Foto 46 - Obras de implantação de manilhas de concreto para melhoria do sistema de drenagem na Rua Açai.

- **Área 18 – Bairro São João Bosco**

A ocupação irregular instalada às margens do igarapé que atravessa a área permanece inalterada.

Já o condomínio localizado em terreno lindeiro à Av. Lauro Sodré encontrava-se aparentemente finalizado (não havia movimentação de obras civis) e com ocupação parcial de suas unidades habitacionais (Foto 47).

O hotel localizado na faixa norte da Área, na esquina das avenidas Lauro Sodré e dos Imigrantes, estava com suas obras em estágio avançado, com acabamento externo totalmente finalizado e instalação das esquadrias quase completamente executada (Foto 48).



Foto 47 - Vista de empreendimento localizado na Av. Lauro Sodré. Notar finalização das obras civis.



Foto 48 - Vista do hotel localizado na esquina das avenidas Lauro Sodré e dos Imigrantes. Notar avanço das obras, acabamento externo finalizado e instalação das esquadrias.

- **Área 19 – Bairro Triângulo e Estação Madeira Mamoré**

De maneira geral, em termos de novas ocupações a Área 19 permanece inalterada. As encostas de igarapés e áreas inundáveis que sofreram ações de remoção de famílias permaneceram desocupadas, sendo que foram rapidamente tomadas pela vegetação.

No que se refere à infraestrutura do local, houve o asfaltamento da Rua Madeira-Mamoré no trecho próximo ao porto Cai-N'água (Foto 49), dentro do perímetro estudado, além da finalização das obras de drenagem no igarapé que atravessa o local (Foto 50).

Observou-se também o início da restauração da Estação Madeira-Mamoré (Foto 51). Um dos grandes galpões foi inteiramente pintado e o segundo, o maior deles, está em processo de requalificação.

Além desta, verificaram-se intervenções de requalificação do porto Cai-Nágua, com execução de novo píer para acesso aos barcos (Foto 52 e Foto 53).



Foto 49 - Vista da Rua Madeira-Mamoré. Notar à esquerda a via asfaltada e as margens da via desocupadas. A direita, notar encostas do igarapé desocupadas.



Foto 50 - Vista do igarapé que atravessa a Área 19. Notar, à esquerda, retificação do curso d'água.



Foto 51 - Vista da Estação Madeira-Mamoré. Notar obras de restauração das edificações e instalações do entorno.



Foto 52 - Vista do porto Cai-N'água. Notar píer de acesso às embarcações.



Foto 53 - Vista do porto Cai-N'água. Notar o novo edifício de apoio aos passageiros.

- **Área 20 – Bairro Lagoinha**

Não foram identificadas alterações na Área 20.

- **Área 21 – Bairro Rio Madeira**

Não foram identificadas alterações na Área 21.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a exposição das alterações e intervenções pelas quais as áreas em análise passaram nos meses entre as visitas técnicas de novembro de 2011 e outubro de 2012, foi possível notar que, houve certo arrefecimento do processo de grandes alterações que vinha sendo observado.

Mantendo a estrutura dos relatórios anteriores, o quadro da página seguinte, apresenta de forma sistemática e simplificada a condição de cada área quanto à ocorrência de alterações visíveis na caracterização e adensamento das ocupações e a comparação com sua condição descrita nos relatórios anteriores, podendo-se, com isso, realizar algumas avaliações.

O número de áreas sem alterações dobrou, passando de três na pesquisa anterior para seis na atual. Houve também um aumento do número de áreas com poucas alterações. Por outro lado, os números de áreas com alterações significativas diminuiu, passando de sete para três, e o de alterações muito significativas foi mantido, com três áreas em ambos os relatórios.

Dentre as áreas classificadas como de alteração significativa, em duas a intervenção consistiu da desocupação de assentamentos informais.

Não obstante, nas três áreas categorizadas como de alterações muito significativas, observaram-se novas ocupações informais, sendo que em uma delas (Área 11) registrou-se também a expansão da ocupação formal. Pela sua localização e disponibilidade de terrenos, essa área revela-se com grande poder de atração tanto para o mercado formal quanto para o informal.

Especialmente, esta última visita de campo descaracteriza em parte a tendência de ocupação exclusivamente das periferias do município. Apesar das bordas sul e leste ainda constituírem os vetores de crescimento mais fortes do município, a identificação de um assentamento irregular na Área 09, localizada no interior da malha urbana, modifica um pouco a tendência observada nos relatórios anteriores.

Vale destacar ainda que, especificamente às áreas classificadas como de “alteração significativa”, diferentemente do que vinha sendo observado nas visitas anteriores, apenas em uma delas a motivação para tal classificação ocorreu pela existência de melhorias na infraestrutura local.

Apesar de este tipo de alteração também ter sido observado em duas áreas classificadas como de pouca alteração, como por exemplo, na Área 10, onde houve implantação de redes de abastecimento de água e drenagem pluvial, notou-se que os investimentos em infraestrutura foram de pouca abrangência, realizados pontualmente e beneficiando um número limitado de moradores.

Quadro 1 : Resumo das alterações ocorridas em cada uma das áreas analisadas, Porto Velho, Outubro de 2012

Área	Modificações entre agosto de 2010 e maio de 2011	Modificações entre maio e novembro de 2011	Modificações entre Nov. de 2011 e Out. de 2012
1	Sem alteração	Pouca Alteração (novas ocupações de baixo impacto em pequenas porções da Área)	Alteração significativa (retirada de famílias que ocupavam irregularmente terreno da Área)
2	Pouca alteração (início de obras civis dos edifícios que abrigarão o IFECT)	Pouca alteração (lento processo de construção dos edifícios que abrigarão o IFECT)	Pouca alteração (retomada das obras de construção do Instituto de Educação)
3	Pouca alteração (construção de um pequeno condomínio residencial de casas)	Pouca alteração (finalização da construção de pequeno condomínio residencial de casas)	Pouca alteração (muito pouco significativa)
4	Pouca alteração (processos de alteração contínuos, em áreas pontuais do limite)	Alteração muito significativa (novas ocupações, regulares e irregulares de grande porte dentro dos limites da Área)	Alteração significativa (desocupação de área invadida e obras de ocupação de nova área para criação de loteamento residencial)
5	Sem alteração	Alteração significativa (melhoria na infraestrutura que atinge grande parte da ocupação)	Sem alteração
6	Alteração significativa (substituição de edificações em grande quantidade)	Alteração significativa (ocupação de grandes terrenos dentro da Área, que anteriormente estavam desocupados)	Alteração significativa (instalação de infraestrutura de drenagem no bairro)
7	Pouca alteração (restrita a evolução de obras anteriormente instaladas)	Pouca alteração (continuação do processo construtivo de condomínio residencial unifamiliar)	Pouca alteração (continuação do processo construtivo de condomínio residencial unifamiliar)

Área	Modificações entre agosto de 2010 e maio de 2011	Modificações entre maio e novembro de 2011	Modificações entre Nov. de 2011 e Out. de 2012
8	Pouca alteração (substituição de edificações)	Alteração significativa (melhoria na infraestrutura que atinge a toda a ocupação)	Sem alteração
9	Alteração significativa (início de implantação de empreendimento em um grande terreno da Área)	Alteração significativa (melhoria na infraestrutura que atinge grande parte da ocupação e entorno)	Alteração muito significativa (nova área de ocupação irregular dentro do limite da Área)
10	Pouca alteração (lento processo de ocupação da Área)	Alteração significativa (melhoria na infraestrutura que atinge grande parte do bairro)	Pouca alteração (melhoria da infraestrutura de poucas vias da Área)
11	Pouca alteração (restrita a evolução de obras anteriormente instaladas)	Alteração significativa (construção de outro grande condomínio do local)	Alteração muito significativa (forte vetor de expansão imobiliária do mercado formal)
12	Alteração significativa (densificação de ocupação irregular)	Alteração significativa (densificação e qualificação das edificações na Área)	Pouca alteração (densificação e qualificação das edificações na Área)
13	Sem alteração	Sem alteração	Sem alteração
14	Pouca alteração (início das obras civis de um condomínio residencial)	Pouca alteração	Pouca alteração
15	Pouca alteração (restrita a qualificação das edificações já anteriormente implantadas, sem alteração das características da Área)	Sem alteração	Sem alteração

Área	Modificações entre agosto de 2010 e maio de 2011	Modificações entre maio e novembro de 2011	Modificações entre Nov. de 2011 e Out. de 2012
16	Alteração muito significativa (adensamento da ocupação residencial irregular já existente e novas invasões)	Alteração muito significativa (melhoria na infraestrutura que atinge a toda a ocupação e vetor de forte expansão de ocupações irregulares)	Alteração muito significativa (nova área de ocupação irregular dentro do limite da Área)
17	Pouca alteração (restrita a evolução e/ou finalização de obras anteriormente instaladas)	Pouca alteração (melhoria das instalações da FIMCA)	Pouca alteração (melhoria das instalações da FIMCA)
18	Alteração significativa (rápida evolução de obras anteriormente instalada e novo empreendimento)	Pouca alteração (continuação do processo construtivo de condomínio residencial multifamiliar)	Pouca alteração (finalização do processo construtivo do condomínio residencial e continuidade do hotel)
19	Alteração muito significativa (desapropriação de grande área de ocupação irregular à muito consolidada)	Alteração muito significativa (continuidade do processo de desapropriação de grande área ocupada irregularmente e melhoria da infraestrutura local)	Pouca alteração (melhoria da infraestrutura e das condições ambientais de todo o perímetro da Área)
20	Sem alteração	Pouca alteração (melhoria da infraestrutura viária em pequeno trecho de rua)	Sem alteração
21	Sem alteração	Sem alteração	Sem alteração

Observação:

As cores de preenchimento do quadro são correspondentes às alterações ocorridas em cada área (Sem alteração - verde, Pouca alteração - amarelo, Alteração significativa - laranja e Alteração muito significativa - vermelho); e análogas as da figura a seguir.

IV. EQUIPE TÉCNICA

- **Coordenação**

Alzira Lydia Nunes Coelho
Ana Lúcia Goyatá Campante

- **Equipe Técnica**

Alexsandra Fernandes Caetano	Estatístico
Alzira Lydia Nunes Coelho	Economista Demógrafa
Ana Lúcia Goyatá Campante	Arquiteta Urbanista
Cristina Rodrigues Guimarães	Demógrafa
Felipe Nunes Coelho Magalhães	Economista
Mariana Costa Silveira	Socióloga
Léssio Lourenço Nunes	Estatístico Demógrafo
Marcos Roberto Gonzaga	Estatístico Demógrafo
Tarcisio da Silva	Estatístico

- **Coordenação de Campo**

Mariana Costa Silveira

- **Coordenação de Campo**

Caroline Ferreira Rosa
Daniele da Silva Maia
Daniele Severo da Silva
Elane Silva Araújo Penga
Jéssica Cristina Garcia da Silva
Jéssica Paula Ramos da Silva Araújo
Júlia Carvalho Nascimento
Mariana Costa Silveira
Priscylla Ramalho Dias Ferreira
Ricardo Santos de Abreu
Tháís Gomes Araújo

- **Apoio Administrativo:**

Gláucia Angélica da Silva
Glauciene Neres Caetano
Maurício Alves Lopes

V. BIBLIOGRAFIA

BHATTACHARYYA, G. K; JOHNSON, R.A. *Statistical Concepts and Methods*. John Wiley & Sons, New York, 1977.

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. *Elementos de amostragem*. São Paulo: IME Universidade de São Paulo, 2000.

BRASS, W. e HILL, K. "Estimating Adult Mortality from Orphanhood". In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE, 1973. Liege, Proceedings. Liege, International Union for the Scientific Study of Population, 1973, v. 3, p. 111-123.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P.A. *Estatística Básica*. 5ª Ed. São Paulo, Editora Saraiva, 2002.
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos e Políticas Sociais. Déficit habitacional no Brasil, 2007. Convênio PNUD/Ministério das Cidades. Belo Horizonte, 2007.

FJP, IPEA, PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000

IBGE. Censo Demográfico 2000

IBGE. Censo Demográfico 2010

IBGE. Contagem de População 2007

IBGE. Estatísticas do Registro Civil. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. Qualidade de Vida dos moradores de 60 anos ou mais de idade do bairro de Copacabana – QVIDA. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – ENCE/IBGE. Relatórios de Pesquisa. Rio de Janeiro, 2005.

NACIONES UNIDAS. "Estimación de la Mortalidad Adulta a partir de Información sobre la Distribución de los Fallecimientos por Edad". In: Manual X: Técnicas Indirectas de Estimación Demográfica. New York, 1986, cap. V, p. 138-156 (Estudios de Población, 81).

PNDS 2006. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher. Aspectos Metodológicos, 2008.

REDE Interagencial de Informação para a Saúde (RIPSA). Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 349 p.: il.

SCHEAFFER, RL.; MENDENHALL, W.; LYMAN, R. *Elementary Survey Sampling*. Duxbury Advanced Seies, Hardcover. Sixth Edition, 1990.